

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM HISTÓRIA

PEDRO HENRIQUE RODRIGUES MAGRI

A INTERFERÊNCIA NORTE-AMERICANA NA IMPRENSA GOIANA: UM ESTUDO
DE CASO DAS ELEIÇÕES DE 1962

Goiânia

2018

PEDRO HENRIQUE RODRIGUES MAGRI

A INTERFERÊNCIA NORTE AMERICANA NA IMPRENSA GOIANA:
UM ESTUDO DE CASO DAS ELEIÇÕES DE 1962

Dissertação apresentada ao Departamento de Pós-Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Thaís Alves Marinho

Goiânia

2018

M212i Magri, Pedro Henrique Rodrigues
 A Interferência Norte-Americana na Imprensa Goiana [recurso eletrônico]: um estudo de caso das eleições de 1962/ Pedro Henrique Rodrigues Magri.-- 2017.
 137 f.; il. 30 cm

 Texto em português com resumo em inglês
 Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Goiânia, 2017
 Inclui referências f.130-137

 1. Instituto Brasileiro de Ação Democrática. 2. Presidentes - Eleição - 1962 - Brasil. 3. Imprensa - Goiânia (GO)
 - Interesses norte-americanos. I.Marinho, Thais Alves.
 II.Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III.
 Título.

CDU: 070(043)

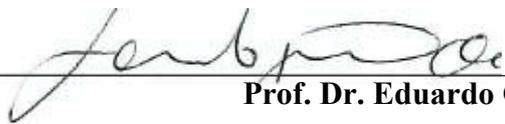
**A INTERFERÊNCIA NORTE-AMERICANA NA IMPRENSA GOIANA: UM ESTUDO DE
CASO DAS ELEIÇÕES DE 1962**

Dissertação aprovada em 21 de fevereiro de 2018, no curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Thais Ives Marinho



Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

PUC Goiás / Examinador Interno



Prof. Dr. Joao Alberto da Costa Pinto

UFG / Examinador Externo

Prof. Dr. Eduardo Jose Renato

PUC Goiás / Suplente

Profa. Dra. Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza

UFG / Suplente

RESUMO

A presente dissertação, inscrita na linha de pesquisa Identidade, Tradição e Territorialidade do Programa de Pós-Graduação em História da PUC Goiás, pretende construir novos argumentos que reforçam as teses amplamente difundidas por René Dreifuss e Carlos Fico sobre a fundamental participação norte-americana na preparação do cenário político brasileiro nos anos que antecederam o golpe civil-militar de 1964. Para tal tarefa, pretendemos analisar reportagens e colunas presentes nos veículos de comunicação impressa do Estado de Goiás durante o ano de 1962: *Revista da Arquidiocese*, jornal *Brasil Central* e jornal *Folha de Goyaz*, mostrando através de um estudo de caso, como a imprensa goiana, por meio do IBAD, apoiou diversos candidatos aos principais cargos do poder legislativo a nível federal, estadual e municipal, com o intuito de ampliar a base de oposição ao governo de João Goulart durante as eleições de 1962, garantindo, desta forma, a manutenção dos interesses norte-americanos no país.

Palavras-chave: IBAD; Eleições de 1962; Imprensa Goiana; Interesses norte-americanos.

ABSTRACT

The present dissertation which is subscribed under the research area of Identity, Tradition and Territoriality of the History Post-Graduation Program of PUC Goiás, aims at developing new arguments which reinforce the theses widely disseminated by Renè Dreifuss and Carlos Fico about the fundamental North American participation in the preparation of the Brazilian political scenario in the years preceding the Military Coup of 1964. For such task, we intent to analyze news and columns presents in the press form of Goiás State: *Revista da Arquidiocese*, *Brasil Central* and *Folha de Goyaz*. By means of a study of case, we intent to show how IBAD support some candidates to increases the opposition of João Goulart's government, thought of the elections of 1962, to ensure the north american interests in Brazil.

Keywords: IBAD. Elections of 1962; press from Goiás, North American interests.

AGRADECIMENTOS

Acima de tudo devo dizer que a realização desta dissertação não seria possível sem a participação de pessoas cuja importância foi fundamental ao longo de todo este árduo caminho.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus e a minha família por sempre atuarem como fonte de luz em meu caminho. A meus pais Sandra e Laércio, pois sempre incentivaram em todas as minhas decisões. A minha madrinha Irlanda, pelo enorme apoio moral prestado.

Agradeço especialmente a minha orientadora, Thaís Alves Marinho por todo empenho, paciência e prontidão em me atender sempre que necessário. A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-GO, que durante as aulas do curso forneceram todo o suporte intelectual que muito contribuíram durante a fase de pesquisa. Aos funcionários do IPEHBC e do IHGG pelo profissionalismo e empenho em ajudar, sempre que possível, na identificação das fontes históricas necessárias.

Estes agradecimentos são direcionados também aos professores Eduardo Gusmão de Quadros e Dalva Borges pelas contribuições dadas durante a qualificação, pois estas foram muito úteis para o aprimoramento do trabalho.

Por fim, um agradecimento especial a outras pessoas que tiveram uma enorme participação em todo este processo: a Tereza Cristina Favaro que, sempre muito prestativa, me auxiliou com a indicação de referências bibliográficas que facilitaram o andamento da pesquisa e ao Professor Jefferson Queler (UFOP), meu primeiro orientador e responsável por me apresentar este tema que há cinco anos venho desenvolvendo com muito prazer.

Cuba se foi. Para onde o Brasil for, irá toda a América do Sul.
Eric Sevareid (repórter da CBS NEWS)

LISTA DE SIGLAS

ADEP-Ação Democrática Popular

ADP- Ação Democrática Parlamentar

AL- Aliança Liberal

ALEF- Aliança Eleitoral Pela Família

ANL- Aliança Nacional Libertadora

ARENA- Aliança Renovadora Nacional

CANGS- Colônia Agrícola Nacional de Goiás

CELAM - Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano

CIA- Central Intelligence Agency

COMAP- Comité de Comércio da Aliança

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

CSN- Companhia Siderúrgica Nacional

FAG- Frente Agrária Gaúcha

FLN- Frente de Libertação Nacional

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática

INR- The Bureau of Intelligence and Research's

IPES- Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

JUC- Juventude Universitária Católica

LAPC- Latin American Policy Committee

MEB- Movimento de Educação de Base

MTR- Movimento Trabalhista Renovador

NOVACAP- Companhia Urbanizadora da Nova Capital

OEA- Organização dos Estados Americanos

ONU- Organização das Nações Unidas

PDC- Partido Democrata Cristão

PL- Partido Libertador

PR- Partido Republicano

PRP- Partido de Representação Popular

PRT- Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PSD- Partido Social Democrático

PSP- Partido Social Progressista

PST- Partido Social Trabalhista

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

PTN- Partido Trabalhista Nacional

PUC-GO- Pontifícia Universidade Católica de Goiás

UDN- União Democrática Nacional

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID- United States Agency for International Development

USIA- United States Information Agency

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Crescimento da população do Centro-Oeste do Cerrado (1920 a 1960)	63
--	----

SUMÁRIO

Introdução	14
CAPÍTULO 1- As Origens da Guerra Fria: O início das tensões entre Estados Unidos e União Soviética	26
1.1 A Guerra Fria Escancarada: A Doutrina Truman vs Stálin.	30
1.2 O Episódio de Trombas e Formoso em Goiás	31
1.3 A Atuação da Aliança Para o Progresso na América Latina	44
CAPÍTULO 2- A Aliança Para o Progresso Chega ao Brasil. IPES e IBAD: Aliados dos Estados Unidos em Território Nacional.....	53
2.1 IBAD/IPES	53
2.2 As Eleições de 1962: A Segunda Ação para Derrubar João Goulart. Criação da ADP e atuação do IPES/IBAD na política brasileira.....	58
2.3 A Atuação do IBAD em Goiás: A Manipulação da imprensa durante o processo eleitoral de 1962	68
CAPÍTULO 3- A Imprensa Aliada ao IBAD em Goiás: A relação com o pleito de 1962	79
3.1 Combate Católico ao Comunismo em Goiás. O Papel de D. Fernando neste processo e os veículos de informação católicos parceiros do IBAD.....	80
3.2 A <i>Revista da Arquidiocese</i>	81
3.3 O <i>Jornal Brasil Central</i>	92
3.4 Os Candidatos do IBAD em Goiás	100
3.5 A Ação do <i>Folha de Goyaz</i>	114
3.6 O resultado das eleições	125
Considerações Finais	128
Referências Bibliográficas	130

INTRODUÇÃO

No início dos anos 1960, no contexto da Guerra Fria, em decorrência da crise política externa vivida com Cuba, os governos Dwight Eisenhower (1953-1961) e John Kennedy (1961-1963), adotaram uma política externa mais intervencionista com relação aos demais países da América Latina. O advento do alinhamento oficial de Cuba ao socialismo em 1961, fizeram com que os Estados Unidos passassem a investir pesado na criação de instituições e em programas de combate ao comunismo na América Latina. Segundo o Historiador Carlos Fico programas como a Aliança para o Progresso, criada em 1961 no governo Kennedy e instituições como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), são exemplos dos inúmeros esforços norte-americanos para tentar salvaguardar sua tutela sobre áreas de influência tão estimadas.

No Brasil, país visto pelos Estados Unidos como peça fundamental para a engrenagem que faria funcionar, de forma permanente, o sistema capitalista na América do Sul, a atuação norte-americana se deu de maneira mais efetiva a partir da década de 1960, estando representada por uma instituição específica: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Funcionando como uma espécie de órgão mediador de finanças, segundo Eloy Dutra¹, uma das responsabilidades do IBAD era o repasse de verba advindo do governo dos Estados Unidos e do empresariado norte-americano e brasileiro aos veículos de informação para a criação de propagandas de caráter anticomunista que seriam amplamente difundidas nos principais veículos de imprensa brasileiros (DUTRA, 1963).

Apesar da política externa voltada para a expansão e manutenção da área de influência capitalista na América Latina, o ambiente não era nada favorável. Isso porque o Brasil, durante esse período, emplacou dois governos que não inspiravam confiança alguma para que os Estados Unidos mantivessem a esperança quanto à erradicação definitiva da ameaça comunista no continente. Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964), adeptos da doutrina da “autodeterminação dos povos”², promoveram uma ruptura paradigmática em

¹ Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou o IBAD em 1963.

² O princípio da autodeterminação dos povos foi definido na Carta das Nações Unidas em 1945, após o término da II Guerra Mundial. Com o intuito de estabelecer uma relação amistosa entre os países e selar a paz mundial, a

relação à postura na política internacional do país. Ao pregar a livre e irrestrita liberdade comercial e diplomática, tanto em relação aos Estados Unidos quanto aos países do bloco soviético, tal postura brasileira, aliada ao período mais delicado da Guerra Fria, onde um confronto nuclear de alcance global entre as duas superpotências estava prestes a eclodir, fizeram com que o governo norte-americano tomasse atitudes radicais em relação ao Brasil (FICO, 2008).

Neste contexto, entre 1961 e 1964, foram criadas no Brasil uma série de programas e instituições que atuavam com a intenção de manter o governo brasileiro alinhado aos Estados Unidos e afastado dos laços de parceria política e econômica com a União Soviética. Dentre estes, dois se destacam de maneira mais evidente, e por isso, serão analisadas nessa dissertação de mestrado: o IBAD³ e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)⁴.

Atuando em conjunto com o IBAD e o IPES, existiam, também, outros grupos: a ADP (Aliança Democrática Parlamentar)⁵, ADEP (Ação Democrática Popular)⁶ e ALEF (Aliança Eleitoral Pela Família)⁷. Segundo René Armand Dreifuss (1981), o IBAD estabeleceu uma

autodeterminação garante aos povos de qualquer nação o direito de escolher seu próprio destino político e econômico, sem interferências externas.

³ Fundado em 1959 pelo empresário brasileiro Ivan Hasslocher o IBAD surgiu como forma de reação ao contexto em que se firmava no Brasil uma política econômica nacionalista mais autônoma. Financiado por empresas brasileiras e multinacionais, e a partir de 1961 pelo governo norte-americano, o IBAD, sob a justificativa de combater o comunismo, passou a interferir diretamente na política interna do país para garantir os interesses de seus financiadores (DUTRA, 1963).

⁴ Segundo René Armand Dreifuss (1981), o IPES foi criado por empresários brasileiros em fevereiro de 1962 com o objetivo de estimular uma reação empresarial em resposta à tendência esquerdista que se materializava na vida política do país. O IPES atuou principalmente nas eleições de 1962, funcionando como a grande agência publicitária responsável por promover a campanha dos candidatos escolhidos pelo IBAD. Ao todo, o IPES publicou artigos nos principais jornais do país, produziu filmes de "doutrinação democrática" e anticomunista (14 no total), promoveu cursos, seminários, conferências públicas, livros, folhetos e panfletos que eram distribuídos em larga escala por todo o território brasileiro.

⁵ Composto, em sua grande maioria, por parlamentares da UDN e do PSD, partidos de oposição ao governo João Goulart, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) reunia 155 integrantes no Congresso nacional. Suas ações visavam barrar as reformas do governo João Goulart, tida como comunistas, buscar o alinhamento do Brasil com o Bloco Ocidental liderado pelos Estados Unidos e defender, de maneira veemente, a entrada de capitais estrangeiros na economia brasileira. (CPDOC)

⁶ A Ação Democrática Popular (ADEP) foi criada especificamente para atuar durante o processo eleitoral de 1962. A ação canalizava os recursos financeiros advindo de empresas multinacionais, sobretudo norte-americanas, para promover candidatos que iriam ampliar a bancada de oposição à Jango no Congresso Nacional. A ADEP fora criada por sugestão de Ivan Hasslocher, o empresário responsável, também, pela fundação e administração do IBAD. Segundo Lincoln Gordon, ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil entre o período de 1961-1966, a ADEP movimentou cerca de 5 milhões de dólares, apenas para financiar a campanha de seus candidatos.

⁷ A Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF) foi uma associação civil de vinculação religiosa atuante em pelo menos seis estados brasileiros. Agindo com o intuito de orientar e formar a consciência do eleitorado católico sobre os pontos fundamentais da doutrina e estrutura familiar social cristã, a ALEF estabelecia uma espécie de pacto eleitoral entre os seus filiados (eleitores), os partidos e os candidatos. Ou seja, sua função consistia em orientar o eleitorado católico a escolher os candidatos por ela indicado, rechaçando, desta forma, aqueles

grande rede de manipulação midiática que visava promover políticos que viessem a controlar o cenário político brasileiro, impedindo que parlamentares partidários da teoria da autodeterminação dos povos constituíssem maioria no congresso nacional. Portanto, para o cumprimento de tal objetivo, as eleições de 1962⁸ foram tratadas de forma prioritária pelo IBAD, uma vez que sua eventual vitória na mesma poderia representar uma mudança radical na estrutura administrativa do país. Os estudos realizados por Dutra (1963) e Dreifuss (1981) comprovaram a atuação do instituto no Rio de Janeiro através da análise do jornal *A Noite*, financiado com 5 milhões de dólares⁹ pelo instituto durante as eleições. Apesar da análise detalhada feita sobre o caso do Rio de Janeiro realizado por Dutra (1963), o autor afirma que a ação do IBAD/ADP também esteve presente em outros estados como: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso e Goiás. Apesar de mencionar a presença do IBAD/ADP nestes estados, tanto Dutra (1963) como Dreifuss (1981) não se detiveram a explicar com maiores detalhes como ocorreu a atuação específica do complexo em cada um dos estados mencionados. Embora realize um detalhado estudo acerca do funcionamento do IBAD, Dreifuss fala da ação do instituto de maneira genérica, identificando apenas as lideranças de cada um dos estados sem se aprofundar precisamente em cada uma delas.

Em geral o número de trabalhos a respeito da atuação do IBAD pelo Brasil é muito restrito, principalmente quando se trata dos estados mais periféricos do país, sendo estes de fundamental importância para o sucesso dos planos do IBAD/ADP em conseguir a maioria dos parlamentares no Congresso Nacional como afirma Dutra (1963). Neste sentido, Goiás, que na época contava com 13 cadeiras disponíveis, funcionava como um estado estratégico cujas perspectivas de crescimento político no futuro eram muito grandes. Apesar de alguns autores tocarem na questão da atuação do IBAD em Goiás, como Borges (1991), esse número ainda é muito pequeno, ao ponto de não ser possível a identificação de nenhum trabalho cuja

candidatos considerados de inclinação comunista. Muitos dos candidatos apoiados pela ALEF eram, também, financiados pela ADEP, o que sugere uma parceria estabelecida entre Igreja Católica e o complexo IBAD/ADEP.

⁸ Em 1962 ocorreram eleições para os cargos de governador em apenas 11 estados brasileiros. Os demais estados (Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina), só elegeriam seus governadores em 1965. Para senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores, as eleições ocorreram em todos os estados da união.

⁹ Na década de 1960, este valor corresponde a 41.925.850 milhões de dólares atualmente. Disponível in: <https://www.dollartimes.com/inflation/inflation.php?amount=1&year=1960>. Acesso 11, mar. 2018.

temática principal seja esta. Sendo assim, este trabalho se faz pioneiro acerca da busca pela identificação das formas de participação da imprensa financiada pelo IBAD para o processo eleitoral de 1962, sendo esta a motivação principal para a realização desta pesquisa.

Diante deste cenário exposto, o presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de um Estudo de Caso, a presença do IBAD e seus associados no estado de Goiás, identificando os veículos de comunicação que estiveram ao lado do instituto durante as eleições. A escolha do estado se dá em decorrência da posição importante que Goiás vinha assumindo no cenário político brasileiro na década de 1960. Em virtude do aumento demográfico, fruto do avanço econômico vivenciado pelo estado nas décadas anteriores, Goiás assumia a condição de estado emergente no Brasil (ARRIEL, 2010), contando com o total de 13 representantes do estado na câmara dos deputados do congresso nacional¹⁰. Logo, a atuação do IBAD durante as eleições de 1962 levava em conta a considerável representatividade política que Goiás possuía no Congresso, importante para os planos ibadianos de obtenção da maioria dos parlamentares a fim de barrar as reformas de estatização propostas por João Goulart (DUTRA, 1963).

A escolha do Estudo de Caso nesta pesquisa se deu pelo fato de que a aplicação deste método nos permite compreender mais profundamente a parte universal de um determinado processo histórico. Segundo Goode e Hatt (1973), o Estudo de Caso caracteriza-se como o estudo profundo de um objeto, possibilitando um amplo e detalhado conhecimento acerca dos aspectos específicos de uma realidade maior. Ambos os autores caracterizam o método como um meio de organizar e detalhar as informações a respeito de um determinado objeto de estudo, preservando, no entanto, seu caráter unitário.

Na pesquisa em questão o estudo de caso nos trará uma perspectiva regional da Guerra Fria, nos permitindo perceber que as disputas político-ideológicas geradas por este conflito imergiram profundamente o Brasil nesta questão. A análise específica de Goiás nos servirá de exemplo para compreendermos como a Guerra Fria impactou o Brasil e como o IBAD, um dos principais agentes a serviço dos interesses norte-americanos no país, atuava de forma geral no país por meio da imprensa a fim de garantir o sucesso de seus objetivos.

¹⁰ Informações obtidas a partir dos dados estatísticos das eleições federais de 1962 fornecidos pelo portal da Câmara dos Deputados.

O estudo a respeito da presença do IBAD em Goiás consistirá na análise de fontes históricas impressas presentes nas matérias, colunas de jornais e revistas que estiveram associados ao IBAD, entre o período de 1961 e 1962, com o intuito de promover a campanha de candidatos oposição a João Goulart e aos partidos de sua base aliada.

Este estudo de caso, realizado através da observação da atuação específica do IBAD em Goiás, nos dará uma amostra geral de como os institutos atuavam em todo o país. Através de um estudo anterior realizado no vespertino carioca *A Noite*, com circulação no Rio de Janeiro e Guanabara, foi identificado certo padrão de conduta adotado pelo IBAD no que se refere às formas de manipulação da opinião política dos veículos de imprensa (MAGRI, 2016). Logo, através deste estudo de caso em Goiás, buscaremos comprovar se também houve repetição deste padrão de conduta nos veículos de comunicação goianos que tiveram envolvimento com os escritórios do IBAD presentes no estado.

A análise dos veículos de comunicação goianos que estiveram vinculados ao IBAD, como o jornal *Brasil Central*, *Revista da Arquidiocese* (ambos fomentados pela Arquidiocese de Goiânia sob a gestão de D. Fernando Gomes dos Santos) e o jornal *Folha de Goyaz* (pertencente aos Diários Associados do grupo Assis Chateaubriand) nos permitem compreender que os eventos de manipulação midiática ocorridos no estado durante o processo eleitoral de 1962 inserem Goiás em um contexto político muito mais amplo, devendo ser enxergados dentro dos acontecimentos de ordem global da Guerra Fria. Através destas análises obteremos uma compreensão mais completa acerca do contexto político e social brasileiro às vésperas do Golpe de 1964, situando os eventos políticos ocorridos no país durante o governo João Goulart.

A acepção teórica que nos serve de base para a resolução desta pesquisa é a corrente histórica que explica o golpe de 1964 e suas articulações políticas no cenário brasileiro como reflexos dos esforços norte-americanos para afastar o comunismo da América Latina durante a Guerra Fria. Autores como Edmar Morel, Moniz Bandeira, René Armand Dreifuss e Carlos Fico, são de fundamental importância para essa análise, uma vez que seus respectivos trabalhos se tornaram referência nos estudos acerca do tema.

Em seu livro *O Golpe Começou em Washington* (1965), Edmar Morel realiza um estudo pioneiro ao sugerir que o Golpe de 1964 contou com a participação do governo norte-americano para seu sucesso. A justificativa apresentada por Morel para a adesão dos Estados Unidos ao golpe é explicada através de dois fatores: o primeiro de ordem política e o segundo

de ordem econômica. Sobre o fator político, Morel afirma que este “se faz em um contexto de guerra fria, onde um país como o Brasil, sendo o mais populoso da América do Sul, não poderia virar comunista e influenciar os demais irmãos menores do continente” (MOREL, 1963, p.99).

Quanto ao fator econômico, Morel afirma que o governo norte-americano, se sentindo pressionado pelas empresas multinacionais que viam em João Goulart uma ameaça a seus negócios no país, decidiu apoiar a derrubada do presidente, uma vez que seu governo, de referência esquerdista, tinha como meta a estatização de todas as empresas multinacionais no Brasil:

As empresas americanas que movimentam bilhões de dólares para os cofres americanos pressionavam o governo dos Estados Unidos a não permitir que o Brasil se torne um país comunista com medo de possíveis nacionalizações destas empresas multinacionais instaladas no Brasil como a Shell, Standard Oil entre outras. Esses donos de empresas, por sua vez possuem uma influencia tremenda na política dos Estados Unidos, sendo eles próprios políticos ou apoiadores de políticos. Logo, o Brasil representava para os Estados Unidos muito mais do que estamos acostumados a pensar, sendo aqui um fator decisivo dos rumos políticos de lá (MOREL, 1963, p.99).

Embora em *O Golpe Começou em Washington*, Edmar Morel tenha levantado a hipótese de que a intervenção norte-americana no golpe de 1964 tenha se concretizado em virtude dos interesses vinculados à Guerra Fria, a primeira documentação que comprovava, de fato, essa hipótese, fora apresentada por Phyllis R. Parker no relatório intitulado: *Separate but Equal? Us. Policy toward Brazil (1959-1964)*, no ano de 1976 durante a dissertação de seu mestrado. Posteriormente, os documentos encontrados por Phyllis contribuíram para que Moniz Bandeira publicasse no Brasil o *best seller*: *O governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964* (1978). Nesta obra, além de reforçar a tese de que o Golpe de 1964 no Brasil foi um evento decorrente da disputa travada entre Estados Unidos e União Soviética pelas áreas de influência na América Latina, Bandeira identificou os atores internacionais que participaram no país durante esse processo, bem como representar o presidente João Goulart de maneira distinta da forma como a historiografia do período havia feito. O intuito do autor era substituir a imagem de um presidente fraco, que se acovardou frente ao processo de sua deposição, pela imagem de um articulador político sábio, que vendo sua força militar aliada sucumbir, teve consciência da impossibilidade de enfrentar a resistência interna, uma vez que esta contava, ainda, com o apoio dos Estados Unidos. Esta obra de Moniz Bandeira foi de fundamental importância para a execução de estudos posteriores, pois apresentou, de forma

mais consistente, a argumentação que sustentava a tese de um golpe civil-militar¹¹ com participação ativa da Casa Branca.

Paralelo ao trabalho de Edmar Morel, atuando, no entanto, com intuito mais de denúncia do que propriamente uma análise histórica deste processo, o livro *IBAD: Sigla da Corrupção* (1963), de Elói Dutra, foi o primeiro a trazer a tona o nome de um instituto brasileiro responsável por mediar às relações entre empresas multinacionais, governo norte-americano e políticos brasileiros.

Deputado federal pelo PTB, em de 1963, Dutra foi relator da CPI que investigou o IBAD e as demais instituições a ele vinculados em sua possível relação com fraudes eleitorais no pleito 1962. Após a conclusão da CPI, Dutra publica o livro que sintetiza as descobertas feitas pela comissão. Este trabalho mostra como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, com o intuito de montar uma forte base de oposição a João Goulart no congresso nacional para enfraquecer os poderes políticos do presidente João Goulart, financiou, através de divulgação pela mídia, a campanha eleitoral de diversos candidatos de oposição, tendo, inclusive, “comprado” a opinião política de diversos jornais brasileiros para fazer propaganda oposicionista à imagem do presidente¹². *IBAD: Sigla da Corrupção* (1963) teve enorme contribuição para trabalhos posteriores, sobretudo para cientistas políticos, jornalistas e historiadores que decidiram investigar de maneira mais precisa o funcionamento do IBAD e os grupos a ele associados.

No início dos anos oitenta o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss foi ainda mais a fundo nessa discussão, publicando o mais reconhecido trabalho ao que se refere a essa corrente historiográfica. Notável pelo nível de detalhes expostos acerca do funcionamento das instituições que atuaram dentro do Brasil a serviço dos Estados Unidos, no livro *1964: A Conquista do Estado* (1981), Dreifuss mostra como o Instituto Brasileiro de Ação

¹¹ Tendo em vista que o golpe de 1964 não foi fruto da vontade exclusiva dos setores militares brasileiros, uma vez que empresários, a classe média, a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tiveram ativa participação neste movimento, optamos pela escolha de denominar o episódio em questão como Golpe civil-militar de 1964.

¹² As informações por Dutra nesse livro tiveram contribuição ímpar nesta pesquisa, pois conseguiram mostrar as formas de arrecadação financeira do IBAD e a localização de cada um de seus escritórios no Brasil, inclusive em Goiânia. A partir destas informações, a fonte da pesquisa se materializou, sendo identificada através da busca pelos veículos de informação que se engajaram na promoção da campanha dos candidatos durante os meses que antecederam o processo eleitoral de 1962.

Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), montaram uma ampla rede de manipulação política e midiática no país em prol da desestabilização do governo João Goulart as vésperas do golpe de 1964. Neste trabalho, Dreifuss trabalha sob a perspectiva do Golpe de 1964 como sendo o “resultado de uma campanha ideológica, política e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD” (DREIFUSS, 1981, p. 230), que, segundo o autor, foi uma estratégia necessária para derrubar as lideranças do poder executivo no país e conter a participação do povo.

Na segunda metade da década de 2000, o historiador Carlos Fico se tornou um dos nomes mais conhecidos acerca desta corrente historiográfica. Além de retomar as análises feitas por Phyllis Parker, Edmar Morel e Moniz Bandeira, no livro *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos Anos de Chumbo. O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira* (2008), Carlos Fico as complementa, trazendo uma série de documentos inéditos obtidos no Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Tais documentos ajudaram a ampliar o conhecimento acerca da natureza do suporte que governo norte-americano deu a oposição política no Brasil e aos militares brasileiros na derrubada do presidente João Goulart, mostrando uma participação mais direta. Através destes documentos, Carlos Fico traz maiores detalhes sobre o funcionamento da operação *Brother Sam*, ordenada pelo pentágono cujo plano consistia no envio de um porta-aviões carregado com munições e suprimentos que serviriam de suporte para que os militares pudessem concretizar suas ações intervencionistas no país caso Jango decidisse resistir ao golpe. Fico analisa as relações entre Brasil e Estados Unidos, tentando capturar as nuances que caracterizaram os anos de apoio incondicional ao Brasil durante o golpe e nos anos que iniciaram a ditadura militar no país.

Em todos os trabalhos apresentados acima, há um lugar comum na fala de cada um dos autores. Todos eles compartilham a crença de que a participação dos Estados Unidos fora de suma importância na desestabilização do governo João Goulart e na preparação do cenário político e social brasileiro para que os militares pudessem tomar o poder em 1964. É consenso, também, entre os mesmos, a existência de agentes e forças externas que operavam internamente na política nacional para concluir tal objetivo.

Neste segundo ponto, mais precisamente nos trabalhos realizados por Elói Dutra e René Dreifuss (1981), foram identificadas as instituições e nomes de pessoas pró-Estados Unidos que atuavam no Brasil. Embora descrevessem de maneira bastante aprofundada acerca da

dinâmica de atuação e captação de recursos financeiros do IBAD, ambos os autores não detiveram suas respectivas análises sobre as células regionais dos institutos presentes nos estados brasileiros mais periféricos, como Goiás, por exemplo. A única referência feita à Goiás por Dutra em *IBAD: A Sigla da Corrupção* foi publicada em um documento anexado ao final do livro, onde consta um telegrama de Ivan Hasslocher (dono do IBAD) endereçado ao general Gentil João Barreto, pedindo a este que visitasse os escritórios da ADEP em Goiás e mais onze estados. Quanto a Dreifuss (1981), o mesmo relata apenas uma vez que o arcebispo de Goiânia D. Fernando Gomes dos Santos seria o principal colaborador do instituto em Goiás.

Uma análise mais específica sobre a presença do IBAD em Goiás é feita por Dalva Borges em sua dissertação de mestrado intitulada: *1964 em Goiás: O Ovo da Serpente- Militares e Proprietários de Terra na Gestaçã da Ditadura-* (1990). Embora não seja o objetivo principal de seu trabalho, Dalva Borges (1990), no capítulo IV de sua dissertação, identifica os nomes de alguns candidatos, jornais e outros veículos de comunicação que receberam apoio financeiro do IBAD para as eleições de 1962.

Diante de cenário ainda carente de trabalhos que se dedicassem a explicar, especificamente, a atuação do conglomerado IBAD/ADEP nos estados mais periféricos do Brasil, em especial Goiás, é que tiramos a motivação para a realização de tal tarefa.

Em Goiás, em especial a imprensa católica se notabilizou por seu engajamento político durante as eleições de 1962. Um elemento chave para se pensar a atuação católica neste processo se concentra, segundo Dreifuss (1981), na figura do arcebispo de Goiânia: D. Fernando Gomes dos Santos. A frente da arquidiocese de Goiânia, o arcebispo não mediu esforços para afastar a suposta “ameaça comunista” que se instalara no Brasil e em Goiás com a chegada de João Goulart ao poder. Opositor ferrenho do presidente, segundo Dreifuss (1981), D. Fernando desempenhou papel político fundamental ao mobilizar os veículos de informação católicos do estado a apoiarem os candidatos indicados pelo IBAD. Dentre eles: *A Revista da Arquidiocese*, o jornal *Brasil Central* e a *Radio Difusora de Goiânia*¹³.

¹³ Os meios de comunicação católica mencionados acima foram selecionados como fonte histórica para a realização desta pesquisa.

Todo conteúdo impresso transmitido pela arquidiocese de Goiânia se encontra em bom estado de conservação e disponível no Instituto de Pesquisa e Estudos Históricos do *Brasil Central* (IPEHBC/PUC Goiás), coordenado e financiado pela PUC Goiás. Dentre o material selecionado, o recorte temporal das fontes analisadas tentou seguir certa padronização. No caso da *Revista da Arquidiocese* e do jornal *Brasil Central*, foram analisados todo o conteúdo produzido durante os meses de 1961 e 1962. No entanto, em decorrência da ausência das edições referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 1962 do jornal *Brasil Central* no acervo do IPHBC, a homogeneidade da observação ficou parcialmente comprometida, embora este fator não tenha prejudicado, significativamente, o resultado final deste trabalho.

Para a realização deste trabalho selecionamos outra fonte impressa, no entanto sem vinculação direta com a Igreja Católica. A escolha do jornal *Folha de Goyaz* se deu em virtude da afirmação feita por Dreifuss (1981) em relação ao serviço que os Diários Associados prestaram ao IBAD durante as eleições de 1962. Segundo o autor, os Diários Associados colocaram sua enorme rede de comunicação, na época a maior do país, à disposição do instituto para apoiar a campanha de seus candidatos. Em Goiás, a existência de um veículo de comunicação pertencente aos Diários Associados nos despertou o interesse de verificarmos como este meio de comunicação se posicionou durante o processo eleitoral.

Em linhas gerais, a escolha da imprensa como fonte base para a resolução deste trabalho está amparada na crença de que esta desempenha uma participação que transcende o papel de mera narradora dos acontecimentos de ordem política, histórica e social que presencia. A imprensa atua como um importante agente participativo destes processos, dando forma aos acontecimentos que narra (DARNTON&ROCHE, 1989). Segundo Miguel (2008) a compreensão da relação estabelecida entre o campo da mídia e o campo da política é de fundamental importância para entendermos como funciona a política contemporânea. “Os meios de comunicação não são canais neutros que ‘registram’ uma realidade que lhes é externa. Estes são agentes políticos plenos e, com a força de sua influência, reorganizam todo o jogo político” Miguel (2008, p. 180). Logo, pensar em narrativas jornalísticas, tomando como verdade a premissa de que há imparcialidade absoluta durante e execução deste processo, é se deixar tomar por um elevado grau de ingenuidade.

Outra característica detida pela imprensa, e nesta segunda está contida sua força, é seu alto poder de persuasão. Imbuída pelo mito da imparcialidade, a imprensa possui função de suma importância na construção dos discursos oficiais. As narrativas da imprensa se estruturam para transformar os acontecimentos relatados por esta em histórias oficiais. Agindo dessa maneira, os periódicos de concepções políticas diversas travam uma disputa intensa pela memória através de suas narrativas. O jogo de narrativas se configura de forma ávida e intensa, onde os discursos, ao se transformar em história, atuam em sintonia com o projeto político de seus respectivos interesses. Consciente desta força, a política sempre se serviu da imprensa para tornar verídicos os seus discursos. No caso brasileiro, esta máxima pode ser notada com maior frequência em decorrência da adoção de um modelo de imprensa, que os autores Daniel Hallin e Paolo Mancini (2007) definem como “pluralista polarizado”, caracterizado pela presença de uma mídia tendenciosa, monopolista e predisposta a atuar em prol de interesses políticos específicos. Sendo assim, através desta concepção de Hallin e Mancini, um dos objetivos deste trabalho é identificar quais atores constituem esses grupos específicos beneficiados no processo eleitoral de 1962 e como os discursos em prol dos mesmos são constituídos.

Duas perguntas foram levantadas antes da realização deste trabalho, de modo que a busca pelas respostas constituem os elementos principais que norteiam o andamento desta pesquisa. A primeira questão é: Por que o IBAD decidiu fixar sua estrutura em Goiás? A segunda, de que forma o IBAD atuou em Goiás? Para responder a estas indagações, o presente trabalho se divide em três capítulos: no primeiro fizemos uma abordagem macroespacial que abrange o contexto político em que se insere a Guerra Fria. Através da retomada dos principais eventos políticos que contribuíram para o acirramento das tensões entre Estados Unidos e União Soviética, mostraremos como a Guerra Fria chegou à América Latina, levando o conflito a uma nova fase durante os anos sessenta. Nesta fase, contextualizamos o surgimento dos programas de desenvolvimento econômico e social da América Latina (USAID, USIA e *Aliance for Progress*) financiados pelo governo norte-americano e empresas multinacionais, bem como os investimentos do mesmo em propagandas de combate ao comunismo no continente.

No segundo capítulo, analisaremos, especificamente, o cenário político brasileiro, mostrando a justificativa por trás do surgimento dos dois principais institutos a serviço dos interesses norte-americanos e das grandes empresas internacionais no Brasil: o IBAD e o

IPES. A partir da descrição dos objetivos e do modo operante destes institutos, definiremos também, os papéis de outros grupos que a estes estiveram vinculados: a ADP, ADEP e ALEF, bem como suas respectivas participações durante as eleições de 1962, tidas como fundamentais para o plano de manutenção do Brasil em alinhamento com o bloco capitalista da Guerra Fria.

No terceiro, e último capítulo, através de um estudo de caso aplicado à Goiás, analisaremos como agiam os veículos de comunicação e quem eram os candidatos que receberam apoio financeiro durante o esquema de manipulação eleitoral organizado pelo IBAD em 1962. Através desta análise microespacial, tendo Goiás como foco principal de análise, buscaremos ampliar nosso conhecimento em relação às formas de atuação das mídias filiadas ao IBAD e seus associados (ADEP e ALEF) no restante do país.

CAPÍTULO 1. AS ORIGENS DA GUERRA FRIA: O início das tensões entre Estados Unidos e União Soviética.

A morte de Franklin Delano Roosevelt em 12 de abril de 1945, pouco tempo depois das decisões firmadas na conferência de Yalta¹⁴, contribuiu para acelerar o processo de agravamento das tensões entre estados do bloco capitalista e a União Soviética na Guerra Fria. O presidente norte-americano Roosevelt, principal responsável pelo estabelecimento do diálogo de maior aceitação em relação à política expansionista de Stalin, acabara falecendo e deixava nas mãos de Harry Truman, seu sucessor na presidência e Winston Churchill, primeiro ministro britânico, a difícil missão de por em prática as conciliações firmadas entre os principais aliados (USA, Grã-Bretanha e URSS) na conferência que definiu os rumos políticos e geográficos na Europa no pós-guerra (MORRAY, 1961).

A conferência realizada na Crimeia (URSS) trouxe aos aliados um clima de união e conciliação mútua de interesses conhecido como “espírito de Yalta”. Entre os principais pontos da conferência realizada entre os 4 e 11 de fevereiro de 1945 que reuniu os chefes de estado dos países aliados na época: Franklin D. Roosevelt (USA), Winston Churchill (Inglaterra) e Joseph Stálin (URSS), ficaram decididas seis medidas fundamentais. A primeira foi libertar a Europa, por meio do estabelecimento de governos provisórios, até que eleições democráticas nos países ocupados pelos nazistas fossem realizadas. Segunda, a ocupação e a administração dos territórios, que anteriormente estavam sob o domínio nazista, que nesse momento, pelos países aliados. Terceira, a criação de um conselho de segurança que garantisse a paz no mundo, a ONU (Organização das Nações Unidas). Quarta, a ocupação e a divisão da Alemanha em quatro zonas de influência controlada pelos aliados. Quinta, a resolução da questão da fronteira entre URSS e Polônia (parte dos territórios poloneses e romenos foram entregues aos soviéticos). Por esse acordo a União Soviética, que já havia invadido os Bálcãs em 1939 oficialmente em 1945, ampliou suas fronteiras estabelecendo que o limite com terras polonesas coincidissem com a Linha Curzon. Sexta, a proibição que impunha aos países de fronteira com a União Soviética não escolherem governos de oposição

¹⁴ Conjunto de várias reuniões realizadas na Criméia (região que entre 1921-1991 pertenceu URSS) entre os líderes dos principais aliados da 2ª Guerra Mundial: Estados Unidos (Franklin D. Roosevelt) Grã-Bretanha (Winston Churchill) e URSS (Josef Stálin). O objetivo da conferência foi a definição das ações pós -guerra e as áreas de ocupação militar entre os aliados.

ao país. A decisão se baseava na afirmação de que esses países haviam facilitado a entrada dos nazistas no seu território (VASCONCELOS, 2013).

Após a conferência, segundo a análise de Morray (1961), o clima de relativa estabilidade na Europa já dava sinais de desgastes. Churchill, que não via com bons olhos a expansão do bloco comunista pela Europa, considerava que Roosevelt havia sido tolerante demais com as exigências dos soviéticos. A relação entre Churchill e Stalin se agravou ainda mais quando os chefes de estado mostraram posições diversas a respeito da situação da definição da tutela da Polônia e Iugoslávia. Impasse resolvido na segunda conferência, quando ficou decidido que a Polônia, sob a forma de um estado unificado intitulado governo Polonês Provisório de Unidade Nacional, ficaria sob controle soviético até que a convocação de um plebiscito popular fosse implementado e a democracia no país fosse reestabelecida (MORRAY, 1961). Dois grupos políticos poloneses seriam capazes de assumir os rumos do país, o primeiro, uma liderança anticomunista que acabou se exilando em Londres durante a Segunda Guerra, e o segundo, um grupo pró-soviético formado por lideranças vinculadas às classes trabalhadoras do país (MORRAY, 1961).

Visando transformar este governo provisório em algo definitivo, de acordo como Piotrowski (1998), Stálin tenta barrar a candidatura de seu grupo opositor, apoiando os líderes do segundo partido que era vinculado à Moscou no controle do governo Provisório de Unidade Nacional. Em uma convenção organizada na capital russa, ficou decidido que nenhum membro do partido exilado em Londres teria representação política dentro da Polônia. Com as lideranças do partido aliado à Moscou controlando os cargos administrativos mais importantes da Polônia, Stalin conseguiria manipular mais facilmente o resultado do plebiscito popular. Em 05 de fevereiro de 1947, Boleslaw Bierut, forte aliado do governo stalinista, se torna o primeiro presidente da República Popular da Polônia (PIOTROWSKI, 1998).

Assim como ocorreu com os países ocupados pelos soviéticos, ainda segundo Piotrowski (1998), Stalin apoiou os partidos comunistas a tomarem o poder definitivo estabelecendo uma aliança permanente com Moscou. Partidos até então considerados pequenos e de pouca representatividade, durante a ocupação soviética alcançaram poderes inimagináveis. Durante esse processo, assim como ocorreu na Polônia no final de 1946, Bulgária, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Hungria, Alemanha Oriental e Romênia já integravam

oficialmente territórios pertencentes ao bloco socialista liderados pela União Soviética (PIOTROWSKI, 1998).

Temendo o avanço do socialismo em mais países da Europa, em 5 de março de 1946 o Primeiro Ministro britânico Winston Churchill em seu famoso discurso em Westminster College, na cidade de Fulton, Missouri, nos Estados Unidos, levou a público sua preocupação e repúdio frente às anexações soviéticas. Segundo Churchill no referido discurso:

De Estetino, no mar Báltico, até Trieste, no mar Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos Estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia. Todas essas cidades famosas e as populações em torno delas estão no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não somente à influência soviética, mas também a fortes, e em certos casos crescentes, medidas de controle emitidas de Moscovo. CHURCHILL, 1946, p.5)¹⁵.

Neste discurso, Churchill alerta o mundo para as pretensões “imperialistas” de Moscou sobre a Europa em decorrência dos mais de 470.000 km² de territórios anexados, mantendo sob sua tutela da União Soviética uma população de aproximadamente 22 milhões de pessoas. Pela primeira vez a expressão “cortina de ferro” (*iron curtain*) era utilizada. A expressão de Churchill se tornaria uma simbologia altamente difundida durante a Guerra Fria para demarcar a divisão estabelecida entre os dois blocos político-econômicos, tornando-se uma referência amplamente utilizada para se referir aos países que estivessem sob a zona de influência soviética.

Outra parte do discurso mostra a tentativa de Churchill em mobilizar o apoio do presidente norte-americano Harry Truman no combate à expansão comunista. Churchill é ainda mais enfático ao apontar a URSS como uma potência totalitária que, através do uso da força militar, estaria ocupando os países do leste europeu com o intuito de estabelecer uma ditadura militar. A partir dessa afirmação, Churchill aponta a URSS como um inimigo a ser combatido, caso contrário uma nova guerra se tornará iminente. Nas palavras do primeiro ministro:

Se a Rússia não se defrontar com homens que a detenham com punhos de aço e com palavras enérgicas, haverá uma nova guerra. Ela só compreende uma única linguagem: ‘Quantas divisões possuem vocês?’ Eu não acredito

¹⁵ O discurso na íntegra pode ser lido em: <http://textosdodolicocefalo.blogspot.com.br/2011/03/o-discurso-da-cortina-de-ferro.html>

que devemos perder mais tempo fazendo concessões (CHURCHILL, 1946, p. XX).

As palavras de Churchill tornaram-se as primeiras, após a conferência de Yalta, a demonstrar a existência de uma animosidade explícita entre as ideologias dissidentes dos dois blocos. O discurso de Churchill pode ser visto como um marco importante na história, pois inaugura o acirramento das tensões entre os dois blocos, que se perpetuariam no decorrer das décadas posteriores. Embora sacramentasse o fim do “espírito de Yalta”, o discurso de Churchill não pode ser apontado como o único elemento responsável por provocar o início da Guerra Fria.

Em represália ao discurso de Churchill no Missouri, em 13 de março de 1946 Joseph Stálin concedeu uma entrevista ao renomado jornal *Pravda* de Moscou. Em declaração nada amistosa, Stálin afirma que as palavras do primeiro ministro britânico em Fulton, com o aval dos Estados Unidos, fora “um grito de guerra contra a U.R.S.S”, o que poderia comprometer a paz mundial nos próximos anos. Invertendo as acusações de Churchill, Stalin afirma nesta mesma entrevista que a Inglaterra e os Estados Unidos estariam tentando impor seu modelo ideológico sobre todo o mundo, declarando guerra a quem fosse contrário as suas imposições (MORRAY, 1961). Quanto às acusações de expansionismo, ainda durante a entrevista ao *Pravda*, Stalin se defende afirmando que as acusações de Churchill são caluniosas, uma vez que em Berlim e Viena ficou decidido o controle soviético sobre a fiscalização do Conselho de Controle Aliados, formados pelos representantes das quatro nações responsáveis pela reorganização da Europa. Acerca das ações da União Soviética, definidas por Churchill como expansionista, são, na realidade, vistas por Stálin como pacifistas uma vez que os países ocupados pela União Soviética ainda possuíam uma base nazista hostil ao socialismo e, portanto, deveria ser combatida de maneira dura, como ficou definido em Yalta pelos três chefes de Estado. Esse combate é justificado por Stálin como de suma importância para proteger a União Soviética de uma possível volta do nazismo, responsável pela morte de aproximadamente sete milhões de soviéticos durante a Segunda Guerra segundo Stálin.

Se a ressonância causada pelo discurso de Fulton não pode ser visto como a origem das tensões entre capitalismo e socialismo, e classifica-lo dessa forma seria afirmar que as dissidências entre as duas políticas se resumem única e exclusivamente a figura de um homem, uma vez que a discordância entre os modelos se estabelece desde suas origens na doutrina marxista, o discurso do primeiro ministro britânico marca, de fato, o início de uma

nova era (MORRAY, 1961). O discurso de Churchill reconhece publicamente que o espírito de Yalta, que Roosevelt tanto tentou manter, já não existia mais. A partir daquele momento as incompatibilidades político ideológicas estavam escancaradas frente a opinião pública internacional. Era o início da Guerra Fria.

1.1 A Guerra Fria Escancarada: A Doutrina Truman vs Stálin.

Com a rivalidade já escancarada em relação às posições ideológicas distintas por parte dos blocos, fato que tornava utópico a permanência do espírito de Yalta, em 1947 o presidente norte americano Harry Truman lança um programa econômico de ajuda aos países do bloco de influência capitalista conhecido como Plano Marshall. A criação de programas de suporte financeiro aos países com maiores dificuldades neste aspecto está diretamente vinculada às propostas de combate à proliferação do comunismo nos países que pertenciam ao bloco capitalista da Europa. Durante esse período, o governo norte-americano sob os preceitos da Doutrina Truman inicia um amplo programa de investimentos focados no projeto de “contenção” das ideologias soviéticas pelo mundo (MORRAY, 1961).

De inspiração altamente anticomunista, a doutrina Truman foi implantada a partir do diagnóstico do diplomata norte-americano George Kennan¹⁶ após um extenso telegrama de dezenove páginas enviado ao secretário de estado em Washington no dia 22 de fevereiro de 1946 dando seu parecer a respeito do posicionamento ideológico da União Soviética e seus reais objetivos pelo mundo. Neste telegrama, publicado posteriormente com o pseudônimo de *Article X* pela revista de relações internacionais *Foreign Affairs* (1947), Kennan faz uma análise a respeito da complicada situação econômica e social da União Soviética e informa Washington a respeito das mazelas do socialismo. No entanto, o que chama a atenção no documento é o alerta de Kennan a respeito das pretensões externas do país. Segundo Kennan a União Soviética se via em guerra permanente contra o capitalismo e enxergaria qualquer grupo não comunista como inimigo, estabelecendo assim uma aliança com grupos marxistas na Europa e em todo mundo para espionar o capitalismo imperialista. (KENNAN, 1946). O impacto desse telegrama é tamanho que o governo norte-americano decide inserir dentro da

¹⁶ George Frost Kennan, cientista político, historiador e diplomata norte americano. Foi conselheiro do embaixador dos Estados Unidos em Moscou, Avarrell Harriman, entre 1944 e 1946. Seu diagnóstico a respeito da URSS motivou o congresso norte americano a iniciar um amplo programa de contenção da União Soviética pelo mundo.

Doutrina Truman outro importante programa: o Plano Marshall para a reconstrução da Europa¹⁷.

O Plano Marshall consistiu na injeção de 16 bilhões de dólares americanos na Europa para a reconstrução e reorganização das finanças dos países europeus destruídos pela II Grande Guerra. Embora funcionasse como uma campanha de apoio ao continente seus objetivos político eram muito bem consolidados:

Além de trabalhar na estruturação de um mercado europeu rentável para as finanças e comércio privados com os EUA, o que permitia também laçar os fundamentos materiais necessários ao desencadeamento da luta contra as tendências políticas opostas aos seus interesses, esse projeto iniciou-se pela zona alemã (unificando as áreas de ocupação da Grã-Bretanha e dos EUA), que em seguida deveria ampliar-se por toda Europa Ocidental. (VIZENTINI, 2004, p. 73)

Os dólares americanos percorriam por toda a Europa tentando minar a esquerda de países que ainda não haviam se decidido acerca de sua orientação política, casos da Iugoslávia e Grécia (VIZENTINI, 2004). A resposta da URSS ao Plano Marshall veio nos mesmos termos. Em abril de 1949 foi criada a Council for Mutual Economic Assistance - COMECON¹⁸, uma tentativa de avançar o desenvolvimento do leste europeu para não tornar tão discrepante os dois lados em disputa no jogo de poder da Guerra Fria.

Com a Europa já reconstruída e relativamente recuperada da crise financeira, no final da década de cinquenta e início da década de sessenta uma nova fase da Guerra Fria é inaugurada. A Europa deixa de ser o centro do debate entre as duas potências, delegando à América Latina o local onde os lados dissidentes travariam disputas mais intensas na tentativa de repudiar a difusão de suas ideologias antagônicas. A atenção de Nikita Khrushchev ao continente e a entrada de John Kennedy na Casa Branca tornariam a Guerra Fria uma disputa global de poder.

1.2 A GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA: Brasil e Goiás no contexto da ordem bipolar.

¹⁷ Plano Marshall levou o nome do general norte-americano George Marshall, na época secretário de Estado. Idealizador do plano para a reconstrução de 16 países afetados pela II Guerra Mundial, George Marshall foi contemplado com o prêmio Nobel da Paz em 1953.

¹⁸ O COMECON (*Council for Mutual Economic Assistance*) visava a integração econômica dos países aliados à União Soviética. Tal iniciativa objetivava o fortalecimento econômico entre os países do bloco socialista estabelecendo ajuda financeira por parte da URSS e facilidades comerciais entre os mesmo.

Enquanto as tensões entre Estados Unidos e União Soviética se acirravam na Europa, a América Latina, na segunda metade da década de quarenta, já era considerada pelos Estados Unidos como uma importante zona de influência no contexto político da Guerra Fria. Esta importância se manifesta através do Tratado Interamericano de Ajuda Recíproca (Tiar)¹⁹ assinado em 1947 no Rio de Janeiro.

Inserido no contexto da fase inicial da Guerra Fria, o Tiar funcionava como uma espécie de aliança entre os países do continente americanos, incluindo propriamente os Estados Unidos, cujo objetivo era muito bem definido: “o desenvolvimento de uma política de defesa para o continente que restringia a interferência de potências não americanas na região”. (MUNHOZ, 2003, p. 2). Por essa premissa é possível identificar que o verdadeiro sentido do tratado era assegurar a hegemonia norte-americana na América Latina, afim de garantir a supressão de movimentos sociais que pudessem pressionar os governos por reformas políticas e regimes governamentais de esquerda alinhados à URSS, que vinham crescendo de maneira intensa na América Latina (MUNHOZ, 2003).

A TIAR se enquadrava dentro de um conceito mais amplo defendido pelos Estados Unidos para a proteção de seu território: a Doutrina de Segurança Nacional, implantada após a Segunda Guerra Mundial no momento em que a Ordem Bipolar começava a se configurar no mundo marcando a fase inicial da Guerra Fria. No entanto, a doutrina de Segurança Nacional também possuía um braço estratégico que atuava como força militar. Sob a coordenação do Pentágono, a esta visava cooptar os governos da América Latina e a orientar suas forças armadas a como agir contra o comunismo (GIANNASI, 2011).

Para garantia da Doutrina de Segurança Nacional, o Departamento de Estado norte-americano e a CIA deveriam agir em conjunto na América Latina, buscando aliança com governos pró-capitalistas e atuando na desestabilização de governos hostis a este modelo. Para o caso da existência de governos opositores aos Estados Unidos, a orientação da Casa Branca era sua substituição por governos aliados. Pouco interessava se estes seriam governos

¹⁹ O TIAR ou Tratado do Rio foi um acordo assinado pelas repúblicas americanas na Conferência do Rio de Janeiro (1947), esse tratado de defesa hemisférica estabelecia basicamente que “um ataque armado por qualquer Estado contra um Estado americano será considerado como um ataque contra todos os Estados americanos”, ao mesmo tempo que definia os princípios, obrigações e mecanismos que deveriam ser postos em ação em caso de necessidade. O tratado procurava dar um formato permanente às afirmações de solidariedade hemisférica estabelecidas em encontros interamericanos anteriores, especialmente na Conferência do México, dois anos antes (1945) (CPDOC, 2017).

democráticos ou autoritários. Havia, neste este aspecto, a mais pura forma da *Realpolitik*²⁰ que segundo Giannasi (2011):

Não vacilava diante da promoção de um golpe de Estado e da guerra civil, se assim fosse julgado necessário, e que sabia fechar os olhos para os aspectos pouco louváveis dos *governos amigos*. Totalmente de acordo com a frase muito realista do secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, segundo o qual, um país não tem amigos ou inimigos, tem interesses. Essa é a essência da *Realpolitik* (GIANNASI, 2011k p. 88).

A Doutrina visava garantir a segurança dos Estados Unidos por meio de ações operadas fora do território americano. Tal estratégia consistia no combate ao “inimigo” mantendo o máximo de distância possível, impedindo sua aproximação dos Estados Unidos. Sendo assim, para garantir o sucesso desta empreitada, era de fundamental importância combater o comunismo nos locais onde sua presença era verdadeiramente uma ameaça próxima, sendo necessário, portanto, sua erradicação na América Latina. Desta forma a Doutrina de Segurança Nacional foi estabelecida, tendo sua “sombra” projetada em toda América Latina, especialmente no Brasil, cujos ideais marxistas possuíam grande adesão.

No Brasil, as ideias de Karl Marx eram representadas, principalmente, por um partido específico: O PCB, que por sua vez se associou diretamente ao principal rival norte-americano naquela conjuntura, a URSS, somente em 1930. Impulsionadas, em grande medida, pelos imigrantes italianos comunistas e anarquistas que vieram para o Brasil trabalhar como operários durante o processo imigratório do início do século XX, a difusão do marxismo e a grande adesão do operariado brasileiro a essa doutrina fez surgir em 1922, na cidade de São Paulo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sobre a liderança de Astrojildo Pereira²¹, o partido se materializaria como a principal organização política da esquerda no país. Desde o princípio, o PCB deixou bem claro suas metas: “a transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista” (ABREU, 2009, p.2). No entanto, meses após a sua fundação, o PCB foi declarado ilegal pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Mesmo agindo na clandestinidade em seus anos iniciais, o partido conseguiu solidificar suas bases no país, atuando principalmente nos sindicatos operários de São Paulo e Rio de Janeiro, estados onde sua representatividade era maior (ABREU, 2009).

²⁰ *Real*: “realístico” e *Politik*: “política”. Palavra de origem alemã que se refere a uma forma de política ou diplomacia baseada em interesses unilaterais de um Estado. Segundo Henry Kissinger (1999) a *Realpolitik* se configura como sendo uma política exterior baseada em avaliações de poder e interesse nacional.

²¹ Fundador do Partido Comunista Brasileiro, Astrojildo Pereira foi professor e jornalista favorável ao projeto da Internacional Comunista, no qual previa a disseminação do comunismo soviético pelo mundo.

O retorno à legalidade do PCB só ocorreria cinco anos depois, em 1927, no governo Washington Luís (1926-1930). Durante este período, o PCB ampliou sua penetração no movimento operário, criando células dentro dos sindicatos e se preocupando em engajar a juventude junto ao movimento através da criação da Federação da Juventude Comunista (ABREU, 2009).

Os anos em que Getúlio Vargas esteve à frente do governo representaram ao PCB a volta aos tempos amargos de clandestinidade que o partido havia vivenciado em seus anos iniciais. Sendo contrário a Getúlio Vargas durante o processo que culminou com sua chegada ao poder em 1930, o PCB se articulou com o partido comunista soviético e grupos socialistas, católicos, democratas e tenentistas, a fim de angariar recursos humanos e financeiros para a realização da revolução comunista no Brasil, sob o pretexto de retirar o ilegítimo governo de Vargas. Em 1935, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, a ANL (Aliança Nacional Libertadora)²², em articulação com o PCB, deu início ao malfadado golpe de estado conhecido como Intentona Comunista (ABREU, 2009).

Após o fracasso da Intentona, a ANL é dizimada e seus principais líderes são presos e deportados, casos de: Luís Carlos Prestes, Olga Benário, Arthur Ernst Ewert, Victor Baron, Jules Vallée e Antônio Maciel Bonfim. Mesmo perdendo suas principais lideranças, o PCB continuou atuando até o fechamento do congresso e a dissolução de todos os partidos políticos por Vargas em 1937. Durante o Estado Novo (1937-1945) uma perseguição ferrenha aos membros do partido se iniciou e o PCB passou por reformulações políticas que ocasionaram cisões entre seus principais membros. Setores ideologicamente diversos (contrários e favoráveis ao presidente Vargas) emergiram dentro do partido. Mesmo diante desta crise interna, o PCB continuou atuando de forma clandestina até 1945, com o fim do primeiro período da Era Vargas (ABREU, 2009).

O processo de redemocratização vivido pelo Brasil no fim da primeira fase de Getúlio, fez com que o PCB retornasse à legalidade em 1945. A legenda ressurgia fortalecida, tendo ampliado sua representatividade no cenário político brasileiro durante o processo eleitoral daquele ano²³. Tal fator, fez com que o PCB ganhasse bastante força no país, insuflando ainda

²² Fundada em 1935, a ANL foi uma frente de esquerda composta por setores que congregavam organizações de caráter anti-imperialista, antifascista e anti-integralista. Compunham a ANL: comunistas, tenentes, operários e intelectuais de esquerda. (VIANNA, 1992).

²³ Em 1945 o PCB saiu da clandestinidade quando Vargas anuncio a convocação das eleições para 1945. A legenda voltou fortalecida e conseguiu conquistar 10% dos votos para presidente da República, eleger um senador e ampliar sua base nas assembleias legislativas e câmaras municipais (MUNHOZ, 2003).

mais os trabalhadores a se engajarem nos protestos através de uma influente imprensa partidária atuante em todo o Brasil. O crescimento do partido fora tamanho, que em 1947 o PCB contava com 200 mil filiados, tornando-se o maior partido comunista da América Latina (MUNHOZ, 2003).

No Brasil, o governo Dutra,²⁴ em seus anos iniciais, demonstrava resquícios de uma forte repressão herdados do regime ditatorial de Vargas, proibindo greves de trabalhadores e qualquer tipo de manifestação popular contrária ao governo. No entanto, as ações mais incisivas do governo convergiram sobre o PCB. Colocando o partido novamente na clandestinidade em maio de 1947, perseguições aos membros do partido, vigilância constante sobre a imprensa do PCB e cassações dos mandatos dos senadores da legenda, foram uma forte marca do governo Dutra, que promoveu no país uma forte repressão aos ideais de esquerda (MUNHOZ, 2003).

As ações anticomunistas que marcaram a segunda metade da década de 40 no Brasil, não podem ser vistas de maneira isolada. Elas são reflexos de uma cultura política global emanada pelos países do bloco capitalista em um contexto histórico específico: a Guerra Fria. Em sintonia com essa estrutura mais ampla, o aumento da repressão aos comunistas no Brasil, coincide com o momento em que os Estados Unidos, sob a influência da doutrina Truman, promoveu uma ampla campanha para barrar toda e qualquer influência comunista em seu país e na América Latina. Logo, a repressão ao PCB no Brasil seguiu a tendência dos demais países latino-americanos que, sucessivamente, cassaram os mandatos dos parlamentares de seus respectivos partidos comunistas como a forma mais incisiva de acabar com o movimento: Chile, abril de 1947, Brasil, janeiro de 1948 e Costa Rica, julho de 1948. Além de tais medidas, “o Brasil e o Chile romperam relações diplomáticas com a União Soviética em 1947, a Colômbia fez o mesmo em 1948, a Venezuela e Cuba em 1952 e a Guatemala, em 1954, após o golpe militar organizado pelos EUA” (MUNHOZ, 2003, p. 5).

A perseguição realizada por Dutra ao PCB não ficaria sem resposta. Enquanto faziam forte oposição ao presidente Dutra, classificado como um “fascista sanguinário”, o PCB escrevia seu manifesto²⁵, publicado em agosto de 1950, onde lançavam as bases para o projeto de governo após o golpe de estado no Brasil (ABREU, 2009).

²⁴ Eurico Gaspar Dutra governou o Brasil entre 1946-1951. Foi o primeiro presidente eleito democraticamente após a era varguista que perdeu no país entre os anos de 1930 e 1945.

²⁵ Neste manifesto, também conhecido como *Manifesto de Agosto*, foram apresentadas as propostas de confisco e estatização de todos os bancos, indústrias, empresas de serviços públicos, transportes, energia elétrica e minas. O

Se a segunda metade da década de 40 expôs ao mundo a crescente preocupação dos Estados Unidos em relação ao avanço comunista na América Latina, a década de 50 contribuiria ainda mais para o aumento desta tensão. A partir de 1953, a União Soviética, sob a liderança de Nikita Khrushchev, inicia um amplo programa de apoio econômico a diversos países da América Latina visando ampliar suas áreas de influência sobre o continente. A estratégia soviética tem êxito e consegue contagiar Cuba (1959), que acaba por “escancarar as portas” da América Latina para que as ideias socialistas contagiassem outros países do continente a aderirem aos ideais do gigante do leste europeu. No entanto, a difusão do socialismo na América é considerada uma ameaça em potencial às pretensões hegemônicas norte-americanas sobre o continente, fazendo com que o clima entre as duas superpotências fique cada vez mais instável (FICO, 2008).

A década de 50 no Brasil marca o fim do governo Dutra (1946-1951) a volta de Getúlio Vargas, desta vez pela via democrática. Na segunda fase da Era Vargas o PCB, ainda na clandestinidade, teve importantes ações em um dos maiores confrontos agrários da história do Brasil. Participando ativamente do confronto ocorrido em Goiás entre 1954 e 1957 no episódio conhecido como a Revolta de Trombas e Formoso, o PCB segundo Cunha (1994), buscou, na luta entre camponeses e grileiros do norte do estado, uma brecha para se instaurar no local, transformando a região no que seria: “o ponto onde eclodiria a revolução no Brasil” (CUNHA, 1994, p.140).

Em síntese, a Revolta de Trombas e Formoso foi uma série de conflitos ocorridos na região norte do estado de Goiás, mais precisamente no município de Amaro Leite, originado da disputa entre fazendeiros que possuíam grandes latifúndios e camponeses pelas terras devolutas²⁶ da região. Para entender este conflito é necessário, primeiramente, fazermos uma breve recapitulação histórica do processo, entendendo o cenário político-econômico goiano no início da década de 40.

1.2 O Episódio de Trombas e Formoso em Goiás e o anticomunismo no estado

Durante o Estado Novo, por iniciativa do governo federal, surgem as Colônias Agrícolas Nacional de Goiás (CANGs) que visava o desenvolvimento da região norte do

manifesto também garantia o confisco aos latifúndios agrícolas sem qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários. Além do confisco das terras, estas seriam entregues aos camponeses, assim como ocorrera na China durante a revolução de 1949. Segundo o novo programa, o PCB rompia com a política de união nacional e atribuía ao capital estrangeiro o maior obstáculo ao desenvolvimento nacional. (ABREU, 2009).

²⁶ Terras pertencentes à União, mas que não se encontram sobre exploração de nenhuma natureza.

estado. O projeto atraiu milhares de camponeses motivados pela promessa de “terras livres” cedidas pelo governo (que variavam de 30 a 200 hectares), acesso a empréstimos, facilidades no uso de máquinas, assistência técnica, médica e educacional (DRAYELL, 1974). O acesso às terras era visto como um fator de sobrevivência para milhares de camponeses espalhados pelo país que viram nesta região a oportunidade única de alcançar aquilo que mais almejavam: um pedaço de chão para chamar de seu. Este foi o fator fundamental para melhorar de vida, deixando para trás a condição degradante e humilhante que ocupavam anteriormente na função de agregados e meeiros. Neste sentido, o norte de Goiás foi responsável pela reunião de um grupo social bem definido, movido pela promessa do governo de que o local ofereceria as condições adequadas para a realização de uma agricultura de subsistência (MAIA, 2008).

O estabelecimento destes camponeses advindos do Maranhão, interior do Piauí, sertão baiano e de Goiás, em conjunto com alguns posseiros que ali já se encontravam, criou um movimento populacional marcado, predominantemente, por núcleos familiares que avançaram sobre uma extensa área da região de Trombas e Formoso. A formação destes grupos familiares definidos fez emergir na região uma estrutura social muito bem organizada que permitiu a eclosão do sentimento de identidade coletiva entre os camponeses ali presentes. Segundo Cândido (2001), a realização de tarefas no mesmo espaço e a convivência entre esses indivíduos fizeram com que os camponeses se não sentissem isolados em suas próprias famílias, mas pertencentes a um único grupo social que compunha uma grande família, sendo este um fator fundamental para a o enraizamento do “sentimento de localidade”.

Além da existência das famílias dos posseiros que se fixaram em Trombas e Formoso de forma contínua tardiamente, a região já contava com a presença de outro grupo que ocupava seus arredores. Composto por grandes latifundiários que formavam uma pequena elite agrária, esse grupo era responsável por boa parte da produção econômica do norte de Goiás. Não tardou muito para que o acesso dos posseiros e suas famílias às terras devolutas se tornasse um fator de incômodo para os fazendeiros estabelecidos nos arredores, uma vez que os mesmos possuíam enorme interesse por essas terras devolutas entregues pelo governo aos camponeses, praticando, inclusive, grilagem como afirma Abreu (1985) para a obtenção das mesmas (MAIA, 2008). Logo, a presença destes dois grupos antagônicos dividindo o mesmo espaço e possuindo o mesmo objetivo será o fator preponderante para que um dos maiores conflitos agrários do Brasil ocorra na região durante boa parte da década de 1950.

Movendo ações que lhes garantissem o direito de produzir nas terras devolutas, agentes públicos, advogados e os fazendeiros iniciaram processos que lhes garantissem o direito à posse das terras mencionadas. A tensão na região se agravava à medida que a pressão exercida pelos latifundiários, em conjunto com a polícia, sobre os posseiros aumentava. Se julgando proprietários das terras devolutas aos camponeses, os fazendeiros passaram a exigir dos posseiros da fazenda Formoso o pagamento do arrendo sobre o arroz que plantavam, algo que para eles era algo absurdo. O conflito teve seu desfecho durante uma reunião convocada pelos fazendeiros na qual contou com a presença de Nego Carreiro²⁷, alguns soldados, jagunços e um oficial de justiça que detinha em mãos um documento que ordenava a retirada dos posseiros das terras em um prazo de dez dias (MAIA, 2008). Abreu (1985) descreve desta forma o episódio ocorrido no encontro:

Sentindo convergir sobre sua pessoa os olhares aflitos de seus vizinhos, Nego Carreiro se encheu de coragem e protestou: - Isto é um absurdo, seu João Soares. Nós entregaremos a terra, damos as benfeitorias, mas carecemos do mantimento pra comer. Ninguém vai pagar arrendo. O sargento Nelson só estava à espera de um pretexto, ansioso por provocar um incidente que lhe proporcionasse a chance de matar aquele posseiro atrevido e receber os 50 contos Sem dizer palavra, aproximou-se sorrateiramente dos posseiros e, para surpresa de todos, aplicou-lhe um violento murro no nariz. Nego Carreiro já caiu com o 38 na mão direito. Um tiro certo, bem no meio da testa, prostrou sem vida o agressor (ABREU, 1985, p. 67-68. In: MAIA, 2008, p. 158).

O assassinato do sargento da polícia, identificado pelos jornais da época como Sargento Nelson é o estopim que marca a eclosão do conflito em Trombas e Formoso. A partir do acontecimento narrado por Abreu (1985), o Estado define seu lado na guerra, optando pela defesa dos fazendeiros e passando a agir com extrema violência para reprimir os camponeses. Embora o governo reconhecesse a doação das terras a favor dos camponeses nas terras fornecidas pelo Estado, nada foi feito para por fim ao avanço dos grandes latifundiários sobre as terras devolutas. Ao invés disso, o que houve foi uma “má vontade” dos agentes de Estado, que deram o tempo necessário para que os latifundiários produzissem falsos documentos que garantissem o direito à posse das mesmas (MAIA, 2008).

O conflito armado durou de 1954 a 1957 e teve ampla cobertura por parte da mídia goiana, sendo esta a responsável por construir a imagem dos dois lados rivais. De um lado: fazendeiros locais, defensores da ordem, que lutavam por suas terras. De outro: camponeses

²⁷ Posseiro que abitava Trombas e Formoso na conjuntura em questão tido como responsável pela precipitação do conflito ocorrido na região.

posseiros, descritos pelos jornais do período como comunistas cujo objetivo era tomar o poder na região²⁸. Durante o ocorrido, os jornais mais importantes do período: *O Popular* e *Folha de Goyaz* procuraram expressar seu apoio aos interesses da burguesia agrária incitando o governo de Goiás a tomar uma atitude mais enérgica em relação ao movimento dos posseiros (MAIA, 2008). Esta imagem criada pela mídia era reforçada pelo fato de algumas lideranças²⁹ camponesas terem recebido orientações diretas do PCB³⁰ em ações específicas durante o combate. Embora a revolta de Trombas e Formoso tenha contado com a participação do partido pelo lado dos posseiros, este não foi o principal articulador da revolta. O conflito foi, essencialmente, gerado pela disputa por terras entre os ocupantes da região no que diz respeito a questão do acesso a esta. Nem todos os personagens ou lideranças atuantes neste processo pelo lado camponês eram comunistas ou agiam mediante ordens do PCB (MAIA 2008).

Para outros autores, caso de Cunha (1994) em sua dissertação de mestrado: *Aconteceu longe demais: A luta pela terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB no período de 1950-1964*, a atuação do PCB no norte do estado foi imprescindível para o desfecho do conflito, estando todos os acontecimentos deste episódio diretamente associados à presença do mesmo. Cunha (1994) afirma que a pretensão do partido na região se deu pelo desejo deste em transformar o local no ponto inicial da revolução comunista que aconteceria no país. Logo, o conflito seria a oportunidade perfeita para que seus membros pusessem em prática as diretrizes presentes no Manifesto de Agosto³¹.

Por mais que alguns autores relativizem a participação do PCB enquanto principal peça da revolta, existe um ponto em comum entre todos eles no que se refere à sua

²⁸ Em reportagem publicada em *O Popular* no dia 09 de junho de 1955, o jornal acusa os posseiros de serem “uma quadrilha de pistoleiros que é chefiada por elementos pertencentes ao Partido Comunista”. (*O POPULAR*, 09/06/1955, p. 6. In: Maia, 2008, p. 165).

²⁹ Entre os participantes da revolta se destacaram os nomes de: Bartolomeu Gomes da Silva, Geraldo Tibúrcio, José Porfírio de Souza, Nego Carreiro, Odília Pereira Barros, Dorina Pinto da Silva, Geraldo Marques, José Ribeiro, João Soares, Manoel de Souza Castro, Arão de Souza Gil, Dirce Machado da Silva, Walter Valadares de Castro, Selvino de Souza Gil, Joana Pereira Marinho e Carmina Castro Marinho.

³⁰ A Revolta de Trombas e Formoso não foi a primeira que o PCB ajudou na organização de um movimento camponês em Goiás. O partido já havia atuado na trincheira das lutas, localizada no Arrendo (1948-1952), Campo Limpo, região do município Orizona, Estação do Roncador/Estrada de Ferro no sudoeste Goiano. Nesta região o PCB organizou o campesinato a se mobilizar na luta contra os fazendeiros em defesa do baixo arrendo das terras (FÁVARO, 2015).

³¹ O Manifesto de Agosto de 1950 buscou traçar uma linha revolucionária para o PCB. Um dos tópicos essenciais do manifesto prega o "armamento geral do povo" e a criação de um "exército popular de libertação nacional". Em linhas gerais, o manifesto sacramentava uma postura mais revolucionária do partido, onde golpe de Estado se tornava necessário. Como afirma Maciel (2014) o PCB tentou criar em Goiás uma série de campos de treinamento e focos guerrilheiros, o que demonstra a importância da luta armada no campo para os projetos revolucionários do partido (FÁVARO, 2015).

importância para o movimento. O PCB foi de fato atuante, sobretudo no período de maior incidência dos combates (1955-1957). Nesta fase os camponeses chegaram a montar um conselho organizado pelo partido: a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas, cujo intuito era organizar a luta armada e o auxílio à plantação e desenvolvimento de suas terras. A associação contava, inclusive, com uma espécie de conselhos de orientação conhecido como: *Os Conselhos dos Córregos*, instâncias da Associação dos Lavradores que funcionavam com o objetivo de organizar a agricultura da região servindo como uma espécie de mutirão coletivo que auxiliava mutuamente os camponeses nas épocas de plantio, colheita, venda dos produtos e por instruir a resistência armada. (MAIA, 2008).

Embora o conflito tenha durado oficialmente até 1957, o caso só foi resolvido em agosto de 1962 com a entrega de títulos de propriedade aos camponeses por Mauro Borges, governador de Goiás. Desde que assumiu o poder, em 1961, Mauro Borges se utilizou de um discurso nacionalista e modernizador, voltado para atender as demandas populares, sobretudo no campo. Para ele a reforma agrária dispersiva passava pelas colônias agrícolas. Estas eram vistas como capazes de estabelecer um modo de produção agrícola mais tecnológica em Goiás. Com esta nova proposta, o Plano Mauro Borges, buscava o aumento da produção através do “incentivo à mecanização da agricultura, instalação de armazéns e silos, melhoria da assistência técnica, desenvolvimento do fomento vegetal e animal e desenvolvimento de pesquisas sobre agrotologia e pastagens” (FAVARO, 2015, p. 176-177). A política daria incentivo às colônias agrícolas, tidas como fator preponderante para levar a modernidade e prosperidade ao homem do campo. Segundo Fávaro (2015), tudo estaria articulado às: “Condições Gerais de Produção (CGP) a partir da criação de escolas rurais, ensino técnico, criação da fazenda modelo, capacitação em novas técnicas/práticas agrícolas e de manejo do solo” (FAVARO, 2015, p. 177).

Apesar da tentativa de regulamentar a situação dos posseiros, o Plano Mauro Borges visou congregar diferentes interesses, onde a solução não deveria prejudicar demasiadamente os latifundiários na região. A entrega de títulos e propriedades aconteceu, como o governador havia prometido em sua campanha. No entanto, houve a regulamentação das terras de Trombas e Formoso, ficando definida a limitação das terras invadidas em lotes que seriam vendidos por um valor acessível aos posseiros.

Este fato celebra a vitória dos posseiros na região, mostrando que apesar das pressões da imprensa e da repressão do Estado contra os camponeses, a justiça acabou por prevalecer. Segundo Maia (2008) o recebimento dos títulos só foram possíveis através da vitória obtida com a luta armada. Somente com união dos camponeses em prol deste ideal de direito legítimo à terra, foi possível que o governo reconhecesse seus verdadeiros donos.

Podemos perceber que o papel ativo que o PCB desempenhou na Revolta de Trombas e Formoso se deu em decorrência da tentativa do partido em se fortalecer para concretizar a revolução comunista no país. Além da revolta ocorrida em Goiás, três anos antes, uma outra havia terminado no norte do Paraná: a Revolta de Porecatú (1946-1951). Assim como ocorrera em Trombas e Formoso, (disputa entre fazendeiros e posseiros pelas terras da região) a revolta paranaense também contou com a intensa participação do partido na luta armada (CUNHA, 2007). A ação do PCB em Goiás, somado ao conflito anterior deflagrado no Paraná, foi crucial para chamar a atenção da política nacional para a presença comunista no estado, fator determinante para a implantação de políticas anticomunistas em Goiás na década seguinte.

No plano internacional, ainda buscando combater o comunismo, a fim de garantir a manutenção de seus interesses econômicos na América Latina, os Estados Unidos viam no continente um importante mercado, tanto no fornecimento de matérias primas como de consumo para seus produtos industrializados. A América Latina, desde o século XIX no contexto imperialista, funcionava muito bem como peça essencial na engrenagem econômica norte-americana, estabelecendo uma dependência vital dessa estrutura de poder. A partir do século XX, os Estados Unidos mudaram sua forma de imperialismo. Centenas de empresas do país se estabeleceram na América garantindo lucros significativos para a potência do norte. No caso de Cuba, a introdução de uma economia planificada após 1959 representou enormes prejuízos para os grupos que detinham o poder econômico na ilha: donos de cassinos, hotéis, e de negócios ilícitos como prostituição e tráfico de drogas (VIZENTINI, 2004). Outro grupo potencialmente prejudicado foram os donos de empresas norte-americanas na ilha, a estatização destas promoveram prejuízos imensos que impactaram a economia dos Estados Unidos. Diante desse quadro, tornou-se de suma importância para o governo norte-americano o impedimento do avanço desse modelo econômico para o restante da América.

A relação entre Estados Unidos e Cuba não havia se alterado com a consolidação da revolução na ilha em 1959. De fato a saída de Fulgêncio Batista³² prejudicou os interesses econômicos dos Estados Unidos no país, mas não a ponto de promover o rompimento diplomático entre ambas as nações. No entanto, a relação muda de figura após 1961 quando Fidel Castro anuncia formalização do regime socialista no país. Este episódio promoveu um desgaste ainda maior entre EUA e URSS quando Nikita Khrushchov anunciou que a URSS interveria militarmente caso alguma nação desrespeitasse a decisão do país em permanecer socialista. O recado aos Estados Unidos estava dado. Até mesmo o governo da Costa Rica, antes aliado norte-americano, se posicionou desfavorável a qualquer ação intervencionista que viesse a desrespeitar a política de autodeterminação cubana (FICO, 2008).

No entanto, as declarações de Khrushchev e o apoio da Costa Rica foram ignorados pelos Estados Unidos, ocasionando em abril de 1961 a autorização de John Kennedy à execução do fracassado plano de derrubada de Fidel Castro no episódio conhecido como Invasão da Baía dos Porcos³³. O fracasso da empreitada geraria uma reação mais radical por parte dos Estados Unidos: o bloqueio econômico à Cuba, implantado no final de 1961.

A questão cubana foi responsável pelo maior acirramento das tensões entre as duas superpotências no início da década de 60. A situação, que se encontrava extremamente complicada, ficou a um passo de se materializar em uma guerra de alcance global em 1962 quando um avião-espião norte americano que sobrevoava Cuba fotografou uma base nuclear soviética. As fotos dos mísseis repercutiram de maneira muito negativa, dando a entender que Cuba, com o apoio soviético, estava se preparando para uma guerra nuclear. Diante desse episódio Kennedy exigiu a retirada imediata dos mísseis.

Mesmo com o ultimato do presidente norte-americano, a “crise” só foi resolvida após negociações diplomáticas que culminaram no seguinte acordo: Khrushchev retiraria os mísseis de Cuba e os Estados Unidos desativariam sua base nuclear na Turquia. Mesmo com a resolução do impasse, a questão cubana ainda se mostrava um assunto delicado e provocava na opinião pública global a impressão de que as disputas entre as duas superpotências se

³² Militar e presidente eleito de Cuba entre 1940 e 1944 e ditador do país entre 1952 e 1959. Durante seu governo ditatorial a frente de Cuba, Fulgêncio Batista teve apoio dos Estados Unidos, tanto no golpe de estado que o levou ao poder quanto no decorrer de sua gestão (MORRONE, 2008).

³³ O Ataque à Bahia dos Porcos consistiu em uma tentativa de invasão à Cuba por um grupo de exilados cubanos fixados em Miami (FL) treinados pela CIA com o objetivo de derrubar Fidel Castro do poder. A malfadada operação deu início em abril de 1961, apenas três meses após a posse de John Kennedy e terminou com a derrota dos exilados, em pouco mais de dois dias de combate.

intensificavam a ponto de tornar a corrida pelas zonas de influência um combate que seria levado até as últimas consequências. Todo esse clima de instabilidade política abalou drasticamente a conduta do governo dos Estados Unidos na América Latina, que passaram a adotar uma mudança paradigmática com relação à política externa no continente. A partir deste momento o pensamento vigente na Casa Branca era evitar a qualquer custo que outra Cuba emergisse do ventre latino-americano (FICO, 2008).

No último ano da gestão Dwight Eisenhower as discussões acerca de militarizar e treinar os aliados latino-americanos com táticas e instruções militares de combate à guerrilha foram amplamente difundidas. Se Eisenhower iniciara o amplo programa de combate ao comunismo no continente americano, foi John Kennedy o presidente responsável por levar esta estratégia ao seu ápice. A partir de Kennedy, é significativo o aumento de militares latino-americanos que receberam treinamento em unidades militares nos Estados Unidos, na Escola das Américas e na Zona do Canal do Panamá, ampliando ainda mais as bases militares norte-americanas espalhadas pelo continente que funcionavam como escolas de guerra desde a década de cinquenta (FICO, 2008). Cada uma dessas escolas, além de instruir a população local em táticas de combates militares antiguerrilha, treinava soldados americanos para esse tipo de combate. As atividades eram intensas e todas as tropas eram “treinadas em cursos de ‘Operações Especiais’, especializando-se em ações de atentados, sabotagem, assassinatos, emboscadas, explosões, espionagem, incursões, vigilância e amedrontamento”, além de cursos rápidos para aprender o básico de espanhol e português. (PADRÓS, 2007, p.20).

No contexto da Doutrina de Segurança Nacional, a partir dos anos 50, as forças armadas dos Estados Unidos passaram a adotar uma doutrina que ficou conhecida na América latina como “Pentagonização” (PADRÓS, 2007, p.20). Dentre os países do cone sul, quase todos receberam influência do processo. A expressão representava a ampliação da estrutura de poder norte-americano, e acabou resultando no seguinte processo:

Intercâmbio de informação, fornecimento de equipamentos militares e munição, treinamento diverso para fins de segurança interna, instrução para ações encobertas, acesso às escolas militares estadunidenses criadas ou reconvertidas para esses fins, oferta de linhas de financiamento específicas, etc. (PADRÓS, 2007, p.14).

Na América do Sul, a ameaça se tornara ainda mais grave em decorrência do surgimento de guerrilhas pró-comunistas na Venezuela, Guatemala e Peru. Este fato, fez com que Kennedy tivesse que levar os preceitos da doutrina Truman para a parte sul do continente. Embora o braço militar tenha exercido incisiva atuação em toda a América latina, a principal contribuição de Kennedy para combater o comunismo na região não foi exclusivamente uma política de guerra. O que de fato associou o nome de Kennedy à sua preocupação excessiva em relação à política interna latino-americana foram os recursos financeiros mobilizados pelo presidente em resposta à possibilidade do surgimento de outras repúblicas socialistas na América do Sul. Diante desse quadro, os Estados Unidos criaram um plano de incentivo econômico com características semelhantes ao que Khrushchev havia implantado em Cuba. Era o início do Plano Marshall sul-americano: a Aliança Para o Progresso.

1.3 A ATUAÇÃO DA ALIANÇA PARA O PROGRESSO NA AMÉRICA LATINA.

Antes mesmo de Cuba tornar-se socialista e a Aliança Para o Progresso ser lançada na América Latina, o continente já era visto como uma área problemática para o governo norte-americano. Suas primeiras ações de combate ao comunismo não se configuraram nos moldes mais diplomáticos que o programa da Aliança previa. Operações militares e a montagem de bases no continente para treinar os exércitos nacionais contra a insurgência comunista já se faziam presentes desde a década de 50 e tinham como metodologia a incorporação da população local ao treinamento militar (FICO, 2008).

Inaugurada em setembro de 1961 no governo John Kennedy em uma conferência na cidade uruguaia Punta Del Este, a Aliança Para o Progresso funcionava de forma similar ao Plano Marshall de reconstrução da Europa. Financiada pelo governo norte americano, a Aliança Para o Progresso foi um plano de incentivo econômico aos chamados países do “terceiro mundo” da América Latina através da injeção de milhões de dólares na economia destes países. O intuito do programa era claro: à medida que os países fossem recebendo os investimentos financeiros, seus respectivos governos aplicariam o dinheiro em áreas como educação, saúde, transporte público e obras de infraestrutura que garantissem melhorias na qualidade de vida da população. Através deste programa, os Estados Unidos aguardavam um resultado mais amplo: suprimir qualquer desejo popular por abruptas mudanças; fossem elas de cunho social ou político (SCHLESINGER, 1975). Segundo o programa, o desenvolvimento da América Latina estaria atrelado a três condições básicas:

- 1) os países participantes deveriam tomar conscientemente a decisão de desenvolver-se, incluindo-se aí o enfrentamento dos sacrifícios necessários (inúmeros, mas melhores ou preferíveis aos do comunismo, que seriam liberticidas);
- 2) os países deveriam buscar estruturas sociais adequadas ao desenvolvimento, no sentido de que os frutos do desenvolvimento deveriam dirigir-se à totalidade das populações, não se restringindo às elites. Reformas sociais seriam necessárias, portanto; em virtude de sua própria natureza, elas não entrariam nos cálculos econômicos, ainda que fossem essenciais para o desenvolvimento econômico (a fim de obter o assentimento e o apoio popular às mudanças econômicas) e;
- 3) deveria ocorrer um desenvolvimento dos recursos humanos necessários ao progresso social – o investimento humano, nesse sentido, seriam verdadeiramente importantes a longo prazo. A iniciativa caberia aos Estados Unidos e as avaliações econômicas iniciais eram de pesquisadores e políticos latino-americanos. (AVILA DE MATOS, 2008, p.360)

Seguindo a teoria de Richard Rubottom³⁴, os problemas sociais gerados pelos baixos índices de desenvolvimento econômico dos países funcionavam como os “fomentadores das revoluções” (FICO, 2008). Se os países latino-americanos continuassem apresentando índices pífios de desenvolvimento econômico, isso fatalmente acarretaria na intensificação de problemas sociais como: desemprego, pobreza, desigualdade social, etc. Segundo Rubottom, essa série de problemas criariam as condições perfeitas para que uma ideologia revolucionária de caráter socialista ganhasse terreno fértil na América Latina.

Para que a política da Aliança Para o Progresso de fato funcionasse nos países sul-americanos integrados ao programa, algumas metas fundamentais deveriam ser alcançadas: crescimento econômico, mudanças sociais e estruturais, democratização política e educação popular (SCHLESINGER, 1975). Todo esse investimento na América do Sul possuía, na verdade, intenção totalmente propagandista. As imagens de sucesso sustentadas pelos países que recebessem incentivos financeiros do programa serviriam como “exemplos de sucesso” utilizados pra promover a imagem capitalista frente à opinião mundial. Os Estados Unidos, ao contribuírem para o desenvolvimento de países subdesenvolvidos, mostrariam ao mundo que o verdadeiro caminho para a construção de um país forte e desenvolvido necessariamente passaria pela adoção de um regime político capitalista.

³⁴ Diplomata norte-americano, secretário e assistente de Estado para Assuntos Interamericanos entre 1957 e 1960. Rubottom se notabilizou por desempenhar um importante papel no embargo dos Estados Unidos em represália à Revolução Cubana.

Outra estratégia adotada pelo programa era a implantação de um corpo de paz (*Peace of Corps*) composto por jovens americanos engajados em prestar serviços, voluntariamente, na América Latina. No Brasil sua atuação era discreta, pois a maioria dos jovens se dirigiam para o interior do país, sobretudo para os estados mais pobres, para trabalhar em projetos de merenda escolar, cooperativas agrícolas, apoio a população rural, projetos de habitação, serviço social, controle de esquistossomose, etc. (FICO, 2008 *apud*: AZEVEDO, 1999).

Na análise de Adolf Berle (1960), diplomata norte-americano responsável por reportar suas impressões sobre a América, em memorando escrito ao presidente John Kennedy, ele recomenda a implementação de uma força tarefa cujo objetivo seria ampliar os investimentos na América latina para superar os já realizados pela URSS no continente. Segundo Berle:

Os esforços norte-americanos devem competir e defender-se contra o atual programa do bloco comunista, e esperar em uma escala sete vezes maior, do que os atuais esforços dos Estados Unidos, medidos por comparação entre despesas. (Somando-se todas as agências dos Estados Unidos, gasta-se aproximadamente 15 milhões de dólares. Os países do bloco comunista estão gastando na região cem milhões de dólares). (Da Silva, 2008 p.48).

Os esforços de Berle para alertar o governo americano em relação a difusão do comunismo na América Latina não foram as únicas ações direcionadas a esta questão. Atuando no continente havia uma agência responsável pela difusão da propaganda norte-americana: A USIA³⁵. Essa serviu muito mais do que uma simples agência de informações fora dos domínios norte-americanos. Ela teve papel crucial no mecanismo da Aliança para o Progresso ao ficar responsável pela publicação de: livros, panfletos, folhetos, revistas, programas de rádio e televisão, intercâmbio de pessoas, distribuição de filmes, organização de conferências, etc (DA SILVA, 2008). Seu diretor, o executivo John McKight, fez algumas recomendações pedindo o aumento dobrado dos investimentos do governo norte-americano para a ampliação de recursos humanos e materiais para essa tarefa. Os valores passariam para a casa dos trinta e oito milhões de dólares aos cofres da Casa Branca e se somados com os investimentos já realizados pelo Departamento de Defesa, a contagem final fecharia em setenta e um milhões e quatrocentos mil dólares (DA SILVA, 2008). O conteúdo do material era promover a imagem de sucesso do modelo de vida norte-americano, ostentando toda

³⁵ *United States Informaion Agency*. A USIA foi uma agência de informações que funcionou entre 1953 e 1999. Sua função era informar o governo norte-americano sobre a respeito de assuntos políticos externos.

pujança econômica e prosperidade do mundo capitalista, em contraposição ao mundo socialista repleto de fome, desemprego e restrições democráticas.

Antes mesmo da implementação do programa, a realização de tal tarefa apresentava empecilhos gigantescos. A imagem dos Estados Unidos no continente americano era péssima desde a saída do presidente Roosevelt e o término de sua “política da boa vizinhança”. Após seu governo, a esquerda latino americana ganhava muita força, sobretudo nas universidades, onde a maioria dos intelectuais, de formação marxista, repudiava veementemente a volta da interferência norte-americana nos assuntos políticos do continente. Somada a essa imagem desgastada, os Estados Unidos ainda se deparavam com outro grande problema: a simpatia da população latino americana aos ideais de igualdade social, prometidos pelo comunismo. Diante desse quadro, a Aliança Para o Progresso não obteria o impacto desejado.

Como a propaganda norte-americana tinha cunho essencialmente político, para implementá-las, o governo Kennedy teve que pensar em estratégias referente a programas de informações. Em abril de 1962 é criado o LAPC (*Latin American Policy Committee*)³⁶, formado por representantes de várias agências do governo estadunidense que se revezavam nas reuniões organizadas semanalmente. O LAPC acabou se tornando, junto com a USIA, o principal mecanismo de obtenção de informações sobre política externa para dos Estados Unidos. Sua atuação abrangia desde assuntos mais rotineiros até os que afetavam diretamente a segurança do país. As agências que compunha o LAPC eram as seguintes:

[...] Gabinetes de Assuntos Inter-Americanos, Agência de Desenvolvimento Internacional (AID), o Gabinete de Inteligência e Pesquisa (*Bureau of Intelligence and Research*, INR), a USIA, Central de Inteligência Americana (CIA), o Departamento de defesa, a Casa Branca- na pessoa de algum assistente-especial do presidente Kennedy- e outras agências que compareciam às reuniões de acordo com o tema que seria debatido (DA SILVA, 2008, p.52).

Ainda segundo Vicente Gil da Silva (2008), durante algumas dessas conferências alguns nomes como os de Teodore Moscovo, Richard Goodwin e Cord Meye, Morales Carrión e Robert Kennedy propunham uma intervenção mais efetiva no processo educacional da América Latina. As difusões das ideologias anticomunistas deveriam ser ensinadas nas escolas, através da distribuição de panfletos, cartazes, filmes, realização de projetos, por orientação dos próprios professores e dentro das Universidades com a escolha e doutrinação

³⁶ Comité de Políticas Para a América Latina.

de um copo docente anticomunista que receberia treinamento oferecido nos Estados Unidos e com o envio de professores americanos para a América Latina. Ainda sobre essa perspectiva, alguns autores, Caso de Morales Carrión, defendiam a difusão de revistas e periódicos que refletisse a “ideologia democrática básica” emanada pelos Estados Unidos, premiando autores latino-americanos por seus trabalhos publicados nestas revistas. Os trabalhos seriam recebidos tanto na América latina quanto nos Estados Unidos, e seriam publicados em revistas como: *Cuadernos Combate*, *Arbor*, *Política* e *Cadernos Brasileiros*. No Brasil, em 1963 a USIA criou um escritório especial para tratar de assuntos estudantis. Esse escritório ficaria responsável por selecionar 5 mil lideranças estudantis nas universidades do país, propondo a estas sessões de discussão com empresários e funcionários americanos (FICO, 2008).

Como mostra Vicente Da Silva (2008) em estudo realizado sobre o material selecionado pela LAPC que fora destinado a América Latina, boa parte deste conteúdo era enviado em forma de revistas em quadrinhos. Grande sensação do período, os quadrinhos conseguiam contagiar o público jovem que rapidamente associava os personagens presentes nas histórias aos heróis de sucesso dos *comic books* norte-americanos. Segundo Da Silva (2008), “as principais temáticas dessas histórias eram a religião, liberdade de expressão e de imprensa”. Outra temática sempre presente nestas histórias era a “resistência à ‘subversão’ em relação aos ideais comunistas”³⁷.

Nessas histórias figuras como Fidel Castro, Ernesto Che Guevara, Mao Tsé Tung e Lênin são constantemente atacados (DA SILVA, 2008, p. 63). A USIA também produzia materiais voltados ao outro público, fora do núcleo estudantil. Cerca de 1.442 milhões de exemplares de histórias em quadrinhos, em língua espanhola e portuguesa, foram distribuídos para o público de trabalhadores rurais e urbanos (DA SILVA, 2008). Embora não obtenha informação exata do número de exemplares produzidos, em seu estudo Da Silva (2008) afirma que a USIA distribuía, também, materiais em forma de revistas e quadrinhos inserindo

³⁷ Uma das histórias em quadrinhos era *A Punhalada*, que relata a história de um casal de jovens em Cuba pós-revolução de 1959 que veem seus sonhos frustrados por perceberem que Fidel Castro estava transformando a ilha em um país comunista. A história é narrada pelo padre Llorente, um ex-revolucionário arrependido que ajudou Fidel a tomar o poder. Outro quadrinho intitulado *Los Expoliadores*, retrata a trajetória de um jovem casal cubano que ganha de Fidel uma viagem para conhecer as “maravilhas” do sistema socialista vividas pela população de Berlim Oriental, Moscou e Pequim. Ao chegar ao destino, ambos percebem sérios problemas relacionados a esse sistema como: escassez de alimentos e jornadas de trabalho coletivo exaustivas. Ao retornar à Cuba, ambos percebem que Fidel está tentando implementar o mesmo sistema em Cuba e que seu discurso de que a revolução seria nacionalista e sem qualquer vínculo com ideologias comunistas eram meras falácias.

nas histórias a logomarca e alguns produtos de empresas que entraram em parceria com a Aliança Para o Progresso.

Com todos esses investimentos na área da Cultura, a LAPC acaba por fundar um núcleo dentro de sua própria estrutura para por em prática todas as decisões tomadas em conferências no que diz respeito à área cultural e acadêmica. Um mês após a fundação da LAPC é criado o Subcomitê de Programa Cultural da LAPC. Em maio de 1962 é criado mais um comitê dentro da Aliança Para o Progresso: o Comitê de Comércio da Aliança (COMAP). A partir desta data, definiu-se que os investimentos para o projeto na América não ficariam a cargo exclusivo do governo norte-americano, mas, também, de empresas privadas como: *Fundação Rockefeller, Ford Motor Company, Guggenheim, Williams Faulkner, Koopers Company, Anaconda Company, Standart Oil, Johns Manville International Corporation, Minerals and Chemical Company, Aluminium Company of América, FMC Corporation, Dresser Industries, Manhattan Bank, etc.* (DA SILVA, 2008). Os acordos firmados por essa aliança permitiu que essas companhias, com o intuito de garantir seus interesses particulares na América Latina pudessem financiar “pequenos projetos” no continente. Através de um memorando produzido pelo diretor do Gabinete de Cooperação Privada da USIA, Stanford S. ficou definido as bases da parceria entre USIA e COMAP:

- 1- A política americana no exterior é representada tanto pelas empresas estadunidenses quanto pelo governo dos Estados Unidos.
- 2- É para bem e interesse dos negócios das firmas e do governo dos Estados Unidos que ambas cooperem no exterior. As empresas norte-americanas precisam se identificar externamente com uma entidade que ajudará no desenvolvimento de um dado país latino americano.
- 3- Empresas estadunidenses que operam em um país estrangeiro devem cooperar entre si com o interesse de apresentar uma imagem favorável dos Estados Unidos para os cidadãos do país do qual operam.
- 4- Acima de tudo, as empresas estadunidenses devem promover o entendimento, através da Aliança Para o Progresso, do nosso sistema de livre imprensa, para as pessoas do país hospedeiro possam emular esse sistema. Par este fim, empresários locais do país hospedeiro deveriam ser encorajados a cooperar com as empresas estadunidenses.
- 5- As missões do governo dos Estados Unidos no exterior, inclusive a USIA, devem servir como conselheiros da comunidade empresarial estadunidense no que diz respeito à questões de política externa e deve prestar toda assistência possível para o desenvolvimento do sistema da livre empresa (DA SILVA 2008, p. 89).

Mesmo com o acordo de parceria formalmente fechado, os firmamentos estabelecidos pelo termo de compromisso eram constantemente desrespeitados por parte das empresas.

Schlesinger (1975) afirma que muitas vezes eram as próprias empresas que não cumpriam rigorosamente o acordo. Uma das bases fundamentais do termo era que estas deveriam, em suas áreas de atuação, desenvolver ações sociais comunitárias. No entanto, em várias ocasiões, as companhias não o faziam, e quando faziam, não indicavam o nome do programa Aliança Para o Progresso, o que acabou acarretando na pouca divulgação e pouco impacto na mudança de imagem dos Estados Unidos Frente à América Latina.

Embora a Aliança Para o Progresso tenha se enfraquecido após a morte do presidente Kennedy, pois os conflitos gerados pela Guerra do Vietnam eram tratados como prioridade pelo presidente Lyndon Johnson, o programa se manteve no Brasil. Os custos financeiros no Brasil representavam uma parcela significativamente elevada para os Estados Unidos, “somente no Brasil foram gastos cerca de US\$ 2 bilhões entre 1961 e 1971 (sem considerar outras fontes de ajuda econômica, como o programa “Comida para a Paz”, que investiu aqui, no mesmo período, meio bilhão de dólares) (FICO, 2008). A alguns dias do golpe de 1964, a USIA lançou um relatório indicando que o Brasil deveria receber “atenção especial” da Aliança Para o Progresso. Essa “atenção” resultaria em mais investimentos por parte do programa para reforçar o chamado “Centro Democrático Progressista”, somente no ano de 1964 seriam destinados:

US\$ 523 mi, distribuídos em despesas como rádio (US\$ 45 mil), TV (US\$ 69 mil), imprensa, (US\$ 100 mil) unidades móveis de exibição de filmes (US\$154 mil), entre outras atividades de propaganda. [...] programa de publicação de livros (US\$ 490 mil), as concessões financeiras para os centros culturais e de ensino de línguas e os recursos do programa de intercâmbio (US\$ 1 milhão) (FICO, 2008, p. 80).

Para manter os representantes do governo atualizados, a USIA criou um boletim informativo, distribuídos por uma espécie de jornal (*News Letter*), que alertava os parlamentares e autoridades (governadores, prefeitos, juizes) a respeito da ameaça comunista (FICO, 2008). Para os militares, entre 1963 e 1964, a USIA investiu cerca de US\$ 15 mil com a divulgação de livros e filmes com ampla distribuição nos ambientes militares de todo o país, além de adquirir unidades móveis de projeção, o que lhe permitia abranger audiências militares em clubes, quartéis bases, escolas e navios. Segundo Carlos Fico:

Em 1963, um ano típico, segundo o relatório, eram feitas 1.706 exibições, somente no Rio de Janeiro, para cerca de 180 mil militares. [...] Noticiários cinematográficos e filmes de propaganda política de curta metragem,

também para exibição em cinemas, seriam continuamente produzidos localmente pelo serviço de informações norte-americano, além daqueles que eram trazidos de Washington. Em 1965, além de três noticiários específicos sobre a Aliança para o Progresso e outros de caráter geral, foram feitos no Brasil os seguintes curtas: *A força do homem* (sobre auto-ajuda como meio de desenvolvimento), *Revolução Democrática no Brasil* (sobre o golpe) *Pirambú-* o milagre da auto-ajuda- sobre a favela nordestina) e *Crise na República Dominicana. [...]* (*Cruzada do ABC*), sobre a livre iniciativa e a criação de empregos (*Assombração no Varejo*), sobre o programa e moradia popular. (FICO, 2008, p.81)

O combate ao comunismo na América Latina não se restringiu apenas ao aspecto pacífico das propagandas e dos materiais de campanha distribuídos pelo governo norte-americano e das empresas através da USIA. A atuação no continente foi mais efetiva, tendo o braço militar uma das principais forças de atuação no combate ao comunismo. Essas ações militares se justificam em resposta à ala mais radical da esquerda, que durante os anos 60 organizou diversas guerrilhas revolucionárias em diversos países do continente.

Embora a Aliança Para o Progresso não tenha atingido seu objetivo da maneira impactante que se esperava, demonstra um aspecto muito característico da Guerra Fria. Uma guerra travada muito mais no campo ideológico do que nos campos abertos onde prevaleciam os conflitos militares. Os Estados Unidos, como nenhum outro país, se utilizaram ao máximo dos meios de comunicação, não só para melhorar sua imagem, mas para construir a concepção de que o capitalismo era o melhor modelo político econômico vigente, e via na Aliança para o Progresso, melhor meio de conter o comunismo na América.

Na década de 1960, o Brasil já possuiu posição de destaque na América do Sul. Para alguns autores, como Peter Kornbluh³⁸, o Brasil, na condição de país com maior potencial econômico, tanto pelo número de habitantes, na época 72 milhões de pessoas³⁹, quanto pela riqueza de seus recursos naturais, exercia uma posição de liderança na América Latina e era visto pelos outros países como tal. O próprio Lincoln Gordon fazia questão de enfatizar essa posição. No entanto tal afirmação se mostra um tanto quanto exagerada, já que o Brasil frente aos olhos dos demais latino-americanos jamais ocupou tal posição. A crença em tal afirmação se justifica em decorrência dos discursos de Lincoln Gordon para tentar convencer à Casa Branca de que o país deveria receber por atenção especial. De certa forma, as intenções de Gordon dão resultado, pois o Brasil foi o país a receber a maior quantidade de recursos por

³⁸ Organizador dos Arquivos de Segurança Nacional dos Estados Unidos.

³⁹ Fonte adquirida no site do IBGE.

parte dos Estados Unidos, culminando, inclusive, com o envio de recursos materiais às vésperas do golpe de 1964 para garantir o sucesso do mesmo (esse assunto específico trataremos no próximo capítulo).

Para além dos investimentos da Aliança para o Progresso, no Brasil, duas instituições acabaram se tornando fundamentais para garantir a manutenção dos interesses norte americanos no país em prol do combate ao comunismo: o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). No próximo capítulo aprofundaremos, também, a análise sobre atuação dessas duas instituições no país.

Capítulo 2- A ALIANÇA PARA O PROGRESSO CHEGA AO BRASIL. IPES E IBAD: ALIADOS DOS ESTADOS UNIDOS EM TERRITÓRIO NACIONAL.

2.1 IBAD/IPES

Atuando como o grande mediador e articulador dos interesses norte-americanos no Brasil, o emblemático Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi criado em 1959 pelo economista e empresário brasileiro Ivan Hasslocher e presidida pelo deputado baiano João Mendes nos anos finais do governo Juscelino Kubistchek. Alegando ser uma associação civil formada, segundo seu fundador, com o intuito de “incentivar o surgimento da livre imprensa no país” (DUTRA, 1963, p.5), o IBAD foi uma associação formada por empresários brasileiros e estrangeiros que, sob a alegação de combater o avanço do comunismo no Brasil, tentava controlar o clamor popular por reformas de base e os projetos nacionalistas da indústria brasileira, fatores que se mostravam prejudiciais aos negócios dessa lite empresarial estrangeira fixada no país. (DUTRA, 1963).

Até 1961, o IBAD não teve um impacto muito visível na política interna brasileira. O instituto operava de modo reservado, procurando apoio financeiro e humano das mais diversas fontes para garantir uma infraestrutura que lhe desse os subsídios necessários para ações futuras. Somente durante o governo Jânio Quadros, somado e a declaração oficial de Cuba como socialista, que a instituição muda sua postura, passando a agir de maneira mais significativa na política interna brasileira. Tal mudança é motivada em decorrência das atitudes protagonizadas por Jânio Quadros em sua época como presidente da República. O episódio da nomeação de um dos líderes da Revolução cubana de 1959, Ernesto Che Guevara, com a insígnia militar mais importante das forças armadas brasileiras⁴⁰, bem como a viagem de seu vice, João Goulart, à China e Rússia para estabelecer acordos econômicos, fizeram com que a elite empresarial brasileira e o próprio governo dos Estados Unidos adquirissem uma imensa desconfiança quantos aos rumos políticos do Brasil.

⁴⁰ Em agosto de 1961, em cerimonia realizada no Salão Verde do Palácio do Planalto, Jânio Quadros, para reprovação de seu partido, a UDN, condecorou um dos líderes da Revolução Cubana de 1959, o argentino Ernesto Che Guevara, com a Grã Cruz da ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, insígnia militar mais importante do exército brasileiro. Com essa atitude, Jânio demonstrava o reconhecimento do Brasil em relação ao recém-formado governo socialista de Cuba. (Fonte: Banco de Dados da Folha. Folha, Domingo, 20 de agosto de 1961. Acesso em: http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_20ago1961.htm).

Se a desconfiança em relação a Jânio aumentava, a figura de João Goulart também não se mostrava nada inspiradora para o futuro dessa elite empresarial no Brasil. Os episódios subsequentes à renúncia de Jânio Quadros, bem como o lançamento da Campanha Pela Legalidade ajudam a compreender o porquê da preocupação excessiva com o vice-presidente.

A polêmica renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 se mostrou uma boa oportunidade para que os supostos planos comunistas de João Goulart fossem impedidos de prosseguir. Seu partido, o PTB, já apresentava maiores vínculos com os partidos socialistas e comunistas de menor expressão no cenário político nacional, fato que desagradava alguns setores do exército e a bancada de oposição ao PTB no Congresso Nacional (DA SILVA, 2007), formada, em sua maioria, por membros da UDN e do PSD. Diante desse impasse, uma junta militar formada pelos três ministros das forças armadas: almirante Sílvio Heck, marechal Odylio Denys e brigadeiro Gabriel Grun Moss, aproveitando a ausência do vice-presidente, nomearam o Sr. Ranieri Mazzilli à presidência da República, desconsiderando a lei constitucional que delegava a João Goulart o cargo de presidente quando de sua ausência.

Para os Estados Unidos, o cumprimento da sentença constitucional que garantia a Jango plenos direitos de posse à presidência, manteria o Brasil em um curso de aproximação com o lado soviético; tal qual Jânio Quadros demonstrava fazer em seu governo em devido a algumas atitudes consideradas “suspeitas”, como a já mencionada condecoração Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul e a viagem de Goulart à China, União Soviética e outros países da “cortina de ferro” representou aos Estados Unidos uma perigosa demonstração de aliança com o comunismo (FICO, 2008).

Em oposição às ações anticonstitucionais iniciadas pelos militares em Brasília e no Rio Grande do Sul, o então governador do estado, Leonel Brizola, dava início a uma ampla campanha difundida pelas rádios e jornais gaúchos a favor da posse do vice-presidente. Pregando discursos moralistas que visavam desestruturar o movimento dos militares antijanguistas, Brizola reunia apoio político em prol de sua causa, porém o clima de guerra pairava no ar. A junta militar ordenava de maneira enfática, sob ameaça de prisão pelas tropas do governo, que o governador do Rio Grande do Sul desistisse de se opor a nomeação de Mazzilli e abandonasse imediatamente o movimento. Mesmas ordens dadas a Mauro Borges, governador do Estado de Goiás, (tratarei desse episódio com maiores detalhes a frente) que solidário à Brizola e sua Campanha Pela Legalidade, inicia uma resistência armada no Estado para rechaçar as ordens do comando do exército (FERREIRA, 1997).

Indignado com a ordem, Brizola se fechou no palácio do Piratini, sede do governo gaúcho, e apoiado pela população armada, resistia incessantemente à ordem do governo. Fechando a conta dos legalistas estava, aliados à Leonel Brizola e Mauro Borges, a maior infantaria do Brasil, o III Exército, liderado pelo general Lopez Machado (FERREIRA, 1997).

Nos dias que se seguiram, durante o mês de agosto, a junta militar vinha sofrendo frente à opinião pública brasileira uma enorme perda de prestígio. Embora não apoiassem unanimemente a figura política de João Goulart, a imprensa nacional entrou em relativo consenso de que sua posse representaria a preservação imprescindível da letra constitucional. Sem o apoio da imprensa e da população, os militares desistem de se opor a Goulart. No dia 2 de setembro de 1961, com a anuência dos militares, Tancredo Neves, no exercício da função de Primeiro Ministro, assina a emenda constitucional alterando o regime político brasileiro para o parlamentarismo. Era o fim do impasse político. João Goulart assumiria a presidência, mas seus poderes políticos ficariam restritos ao parlamento (FERREIRA, 1997).

Após os episódios narrados acima, IBAD mudaria completamente sua forma de agir no Brasil. Ainda que continuasse atuando de maneira sigilosa⁴¹, tentando manter ao máximo seu anonimato, algo que se tornou marca registrada dessa instituição, a posse de João Goulart tornou a participação da instituição mais contundente no cenário político brasileiro. A posse de Jango serve de justificativa para que o IBAD ampliasse sua captação de recursos, para “comprar” a opinião dos mais importantes meios de comunicação do Brasil na época: Dentre esses gigantes da informação, se destacavam: *Diários Associados* (propriedade de Assis Chateaubriand), *Folha de S. Paulo* (do grupo de Otávio Frias), *Estado de São Paulo*, *Jornal da Tarde* e *Radio El Dourado*, de São Paulo (Grupo Mesquita), *Tv Record*, *Tv Paulista*, *Rede Globo* e o jornal *O Globo* (das Organizações Globo, propriedade do grupo Roberto Marinho), *Tribuna da Imprensa* (Carlos Lacerda), jornal *A Noite* (Rio de Janeiro) entre vários outros

⁴¹ A atuação do IPES/IBAD no país foi tão bem encoberta que, mesmo na época, os empresários e políticos que se filiaram ao instituto não assumiram abertamente sua posição. O que torna o apontamento de nomes algo muito incerto. Essa passagem relatada por Rene Dreifuss mostra a preocupação do complexo em manter sigilo absoluto no que diz respeito a suas ações: “Em 1962, a equipe do General Golbery destacou 200 militares das três Forças, enquanto Glycon de Paiva ofereceu uma lista de 200 políticos (do Congresso e governadores de Estado), 200 estudantes, 150 profissionais, 50 jornalistas, 50 empresários, 50 professores universitários e 100 associados do IPES de São Paulo, todos influentes “formuladores” de opinião, para receber e participar vitalmente da disseminação de material ideológico fornecido pela dite orgânica. Tornou-se a decisão de que o nome do IPES não deveria aparecer em muitas das publicações que fossem distribuídas.” (DREIFUSS, 1981, p.234)

periódicos impressos e rádio de repercussão regional, espalhados por todo o país ⁴² (DREIFUSS, 1981).

René Armand Dreifuss, cientista político uruguaio, responsável por realizar o trabalho mais completo a respeito do funcionamento desta instituição, afirma que o IPES/IABD mantinha o controle sobre as redes de notícias e canais de informações em todo o país, além de manter um relacionamento muito próximo com companhias de publicidade e anunciantes.

Os canais de persuasão e as técnicas mais comumente empregadas compreendiam a divulgação de publicações, palestras, simpósios, conferências de personalidades famosas por meio da imprensa, debates públicos, filmes, peças teatrais, desenhos animados, entrevistas e propaganda no rádio e na televisão. A elite orgânica do complexo IPES/IBAD também publicava, diretamente ou através de acordo com várias editoras, uma série extensa de trabalhos, incluindo livros, panfletos, periódicos, jornais, revistas e folhetos (DREIFUSS, 1981, p. 232).

Com essa abrangente rede de informações, tudo aquilo que era publicado nos jornais associados ao complexo, passava pelo reconhecimento do IPES, sobretudo as matérias de cunho político. Essas seguiam sempre um padrão pré-estabelecido: “infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista,” (DREIFUSS, 1981, P.231) manchando de maneira contundente a imagem do comunismo e todas as ideologias que se vinculassem a um programa político de esquerda.

Não eram apenas os jornalistas, que trabalhavam nos periódicos, os responsáveis pela composição das matérias. Segundo José Rubens Fonseca, líder do IPES, a instituição também difundia sua ideologia anticomunista através de composição de materiais próprios, distribuídos em forma de curta-metragem (15 no total) e propagandas em formato de vídeo e em formato impresso, através de revistas. Os vídeos eram transmitidos nas salas de cinema de todo o Brasil, nas empresas para os funcionários em seu horário de almoço, em praças do interior, favelas, sindicatos, clubes e universidades (ASSIS, 2001).

Dentre o material impresso de fabricação própria o mais notável foi a revista de circulação mensal: *Ação Democrática*, que em seu auge fez rodar, aproximadamente, cerca de 250.000 exemplares. Todo esse material era apoiado por deputados, líderes udenistas,

⁴² No livro 1964: A Conquista do Estado, Dreifuss trás detalhadamente os nomes dos principais jornais, revistas, programas de rádio e televisão, bem como os jornalistas e donos de veículos de comunicação que estiveram associados ao IBAD.

influentes empresários e políticos, sendo distribuído gratuitamente, sem patrocinadores nem anunciantes (DREIFUS, 1981, p.234).

O IPES possuía uma estrutura física bem montada, estrategicamente posicionada nas principais capitais brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre (TAVARES, 2008). Em muitos casos, algumas colunas e artigos de opinião já vinham prontos do IPES e o próprio periódico ficava encarregado apenas de publicar o material, fato que justifica a ausência da autoria em muitas delas. Isso acontecia com os manifestos contrários às medidas do governo João Goulart que foram produzidos por algumas associações como: das enfermeiras, dos estudantes de direitos, dos grandes empresários, etc. Através da complexa rede de informações que interligava os jornais em todo o país, o IPES/IBAD ordenava a publicação destes, enfatizando as reivindicações exigidas pelos manifestantes em forma de críticas ao governo João Goulart (DREIFUSS, 1981).

Dentre o material antimarxista de fabricação própria distribuído pelo IPES se destacavam: *Cartilha Para o progresso* (contendo os principais fundamentos da Aliança Para o Progresso), *Cadernos Brasileiros* (essa possuía envolvimento com a revista *Encounter produzida pela CIA*), *Convivium em Síntese*, *Temas da Hora Presente* e *Cadernos Nacionalistas*. Cada uma dessas revistas era responsável por atender um público específico. A revista *O Gorila*, por exemplo, teve sua distribuição direcionada às Forças Armadas. Segundo Dreifuss:

Em 1963, os Grupos de Opinião Pública/Publicações já haviam editado mais de 280.000 livros e imprimido 36.000 boletins mensais. Por essa época, o IPES havia distribuído ao todo 2.500.000 unidades impressas' e diversos milhões de cópias dos panfletos mencionados acima. Excetuando aquelas consideradas como publicações legítimas, condizentes com um "Instituto de Pesquisas", não se podia identificar nenhuma das reedições como sendo patrocinadas pelo IPES. (DREIFUSS, 1981, p. 237)

Em relação aos investimentos, além da contribuição feita pelos mesmos investidores do IBAD, o IPES captava recursos próprios, obtidos através da venda de seu material impresso e de uma terceira fonte financeira, composta por:

Círculos Operários carioca e paulista, a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos, a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde) do Rio, a União Cívica Feminina de São Paulo, o Instituto Universitário do

Livro, e o Movimento Universitário de Desfavelamento⁴³ (DE PAULA, 2017).

Apesar de atuarem em conjunto, possuindo no Brasil um inimigo comum: o comunismo, o IPES e IBAD eram instituições independentes. A direção do IPES possuía sua autonomia administrativa, não estando subordinado ao IBAD. Embora a estrutura ibadiana fosse mais complexa e dotada de maior envergadura no país, recebendo mais investimentos de suas fontes (empresas multinacionais, nacionais e do governo norte-americano), a relação existente entre as instituições não se estabelece em um patamar hierárquico. Ambos trabalhavam paralelamente, atuando em prol de um objetivo comum que coincidiam com os interesses norte-americanos no Brasil.

2.2 As Eleições de 1962: A Segunda Ação para Derrubar João Goulart. Criação da ADP e atuação do IPES/IBAD na política brasileira.

Até o presente momento pudemos perceber como o complexo IPES/IBAD, através da utilização da imprensa brasileira, conseguiu ampla divulgação de materiais de fabricação próprio com o intuito de garantir a difusão das ideologias acordadas no programa da Aliança Para o Progresso no país. No entanto, outro setor aliado ao IBAD já atuava desde o primeiro semestre de 1961 de forma mais direcionada à política interna nacional. Contando com aproximadamente 155 membros na Câmara dos Deputados, a Ação Democrática Parlamentar (ADP) era composta, em sua maioria, por parlamentares filiados à União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Social Democrático (PSD). Embora contasse com deputados do Partido Republicano (PR), do Partido Social Progressista (PSP), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido Trabalhista Nacional (PTN), do Partido de Representação Popular (PRP), do Partido Libertador (PL) e um representante do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ainda que não fosse uma célula do IBAD, a ADP tinha uma relação direta com o instituto, possuindo ambos o mesmo objetivo no país: fazer oposição ao governo do presidente João Goulart (LAMARÃO, 2009).

Outro instituto, esse sim atuando como um braço direto do IBAD, era a Ação Democrática Popular (ADEP). Interligada com o complexo IBAD, a ADEP era responsável

⁴³ Verbete CPDOC/FGV. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_de_Pesquisa_e_Estudos_Sociais. Acesso: 14 de out.2017.

por “canalizar recursos para os candidatos contrários a Goulart que concorreriam às eleições legislativas e para o governo de onze estados em 1962” (DE PAULA, 2009). Por mais que fossem instituições separadas, a ADEP era fundamental para a continuação da ADP, pois a primeira tentaria eleger o maior número de candidatos possíveis nas eleições de 1962 que acabariam se filiando à segunda.

O complexo IBAD/ADEP obteve um grau de influência tão grande na política nacional, que a partir da década de sessenta conseguiu obter informações detalhadas das reformas propostas pelo governo João Goulart. Todos os projetos de reforma como: Remessa de Lucros, Reforma Tributária, Reforma Judicial, Habitação Popular, Reforma Eleitoral, Inflação, Reforma Constitucional, Reforma Agrária e Planejamento foram estudados e analisados minuciosamente pelos agentes da instituição. Através da “aliança” estabelecida com deputados senadores da ADP, o IBAD conseguia propor a alteração, veto e até proposta de novos projetos de lei no Congresso Nacional. A ação da ADP era tão intensa, que em março de 1963 o IBAD já havia submetido para análise do congresso o total de vinte e quatro projetos (CEHELKY, 1974).

Dentre as reformas propostas por João Goulart nos meses iniciais de seu governo, a mais delicada delas, e que gerava uma maior preocupação por parte governo dos Estados Unidos em decorrência da associação desta com as políticas comunistas dos governos de esquerda, era a reforma agrária. As gestões anteriores a de João Goulart sempre se propuseram a discutir a questão da distribuição de terras no país, sem nunca, de fato, terem feito mudanças significativas no setor. Com sua posse em 1961, Goulart se ateu imediatamente à questão, tratando essa querela secular como uma das pautas mais urgentes de seu governo. Se a imagem comunista de João Goulart se intensificava frente aos olhos da casa Branca, uma parcela significativa deve ser creditada à Lincoln Gordon, o embaixador norte-americano no Brasil entre 1961-1966 (FICO, 2008).

Na condição de embaixador, Gordon teve um capítulo especial e de fundamental importância nas questões envolvendo assuntos da política interna brasileira, obtendo ele a condição de principal informante dos Estados Unidos, sendo o responsável direto por repassar as informações aos membros do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos e para os presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson (FICO, 2008).

Em seus relatórios, Gordon sempre mostrava a seus superiores um cenário catastrófico que o Brasil estava submerso mediante a gestão de João Goulart. Em um desses relatórios

enviados a McGeorge Bundy, conselheiro de segurança nacional, o embaixador aponta quatro cenários possíveis para o Brasil. Em um deles, o qual Gordon mais enfatiza, ocorreria no Brasil uma tomada gradual do poder por ultranacionalistas de extrema esquerda, liderados pelo presidente João Goulart (FICO, 2008).

Responsável por mapear o cenário brasileiro, Gordon tentava a todo o momento convencer as autoridades norte-americanas que uma intervenção no país era necessária para a retirada de Goulart. Em um telegrama enviado diretamente ao presidente Kennedy, em abril de 1962, o embaixador alerta o presidente da necessidade de estabelecer contato imediato com Goulart:

As atitudes de Goulart representam um perigo crescente. Se perdermos o Brasil, não teremos outra Cuba, mas outra China em nosso hemisfério ocidental. Eu acredito que seja uma hora apropriada para um convite oficial do governo dos Estados Unidos, incluindo uma visita à Base Aérea de Offutt, Nebraska- Lincoln Gordon, USS ambassador”. (Documentário: O Dia que Durou 21 Anos)

Embora João Goulart tenha acatado prontamente o pedido de Kennedy, realizando a visita à base aérea de Offutt poucos dias após o convite do presidente norte-americano, as conversas entre ambos não contribuíram para o alinhamento brasileiro a uma política que os Estados Unidos julgasse adequada. Goulart era extremamente intransigente quanto à política intervencionista norte-americana, posição que ficara ainda mais evidente em outubro de 1962 durante o episódio da Crise dos Mísseis de Cuba. Durante esse processo, em carta destinada ao presidente Goulart, John Kennedy revela toda sua preocupação com a presença de mísseis soviéticos em Cuba e chama o presidente brasileiro para realizar, caso necessário, uma operação militar conjunta para o desmantelamento da base soviética na ilha. No entanto, a resposta de Goulart não é nada simpática ao solícito pedido de Kennedy.

A carta resposta do presidente brasileiro fora extremamente rígida e de repúdio completo as ações de Kennedy. Na carta, Goulart afirmara que a “defesa do princípio da autodeterminação dos povos, em sua máxima amplitude, tornou-se ponto crucial da política externa do Brasil”⁴⁴ e que seria um “desagrado à consciência do povo brasileiro qualquer forma de intervenção em um Estado americano”⁴⁵, afirmando ser completamente desfavorável

⁴⁴ Instituto João Goulart. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=5309>. Acesso em: 13/08/2017.

⁴⁵ Instituto João Goulart. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=5309>. Acesso em: 13/08/2017.

às políticas de sanção ao governo cubano (posição já revelada na VIII Consulta de Chanceleres Americanos). O último trecho da carta possuiu um tom mais agressivo em relação às políticas externas protagonizadas pelos Estados Unidos. As palavras do presidente deixam claras a sua visão a respeito do assunto:

O Brasil é um país democrático, em que o povo e o governo condenam e repelem o comunismo internacional, mas onde se fazem sentir ainda mais perigosas pressões reacionárias, que procuram sobre o disfarce do anticomunismo defender posições sociais e privilégios econômicos, contrariando desse modo o próprio processo democrático de nossa evolução. Acho que o mesmo se passa em outros países latino-americanos. (Fonte: Instituto João Goulart. Publicado em: 12. mar.2012).

Quanto mais João Goulart resistia em ceder às pressões dos Estados Unidos, adotando uma posição de neutralidade em relação à política latino americana, mais sua imagem se complicava frente aos Estados Unidos e perante a elite empresarial brasileira. A essa altura, o plano de afastá-lo da presidência da República já era uma pauta fortemente debatida entre Lincoln Gordon e o presidente Kennedy concordantes de que não seria desejável que João Goulart chegasse às eleições de 1965 como forte candidato a reeleição. Embora as conversações acerca de uma retirada pela força, contando com as ações de uma operação militar, já estivessem em andamento, outra estratégia menos radical foi considerada: “enfraquecer” politicamente o presidente, reduzindo sua base aliada para que seus projetos no congresso fossem barrados. (DUTRA, 1963) A oportunidade aguardada logo chegara: as eleições de 1962.

Segundo informações dadas pelos compositores da CPI que investigou fraudes nas eleições de 1962, o ex-deputado federal e vice-governador da Guanabara, Eloy Dutra, os deputados Ulysses Guimarães (presidente da CPI) e Pedro Aleixo (relator), o esquema que movimentou mais de 5 bilhões de cruzeiros⁴⁶ (DUTRA, 1963, p. 17) se dava da seguinte forma: o IBAD arrecadava os fundos necessários para a campanha através de doações feitas por empresários norte-americanos e brasileiros. Os investimentos vinham de diversas

⁴⁶ Em 1962 este valor corresponde a um total aproximado de 660 milhões de reais em 2018. Este cálculo foi feito com base no Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). O IGP-DI, calculado pela FGV, é a média aritmética ponderada de três outros índices de preços: o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) com os pesos de 60%, 30% e 10%. A Disponibilidade Interna é a consideração das variações de preços que afetam diretamente as atividades econômicas localizadas no território brasileiro. Sua série histórica inicia em fevereiro de 1944. Disponível em <https://www.fee.rs.gov.br/servicos/atualizacao-valores/>. Acesso em 02, fev. 2018.

empresas multinacionais como: “*Texaco, Pfizer, Ciba, Schering, Bayer, Belgo-Mineira, AEG, Herm, Stoltz, Coty* e da mineradora *Hanna Mining*” (MOREL, 1965, p. 14). Além de uma quantia significativa que era enviada pelo próprio governo dos Estados Unidos. Quantias que só cresciam à medida que as eleições de 1962 se aproximavam. O montante do dinheiro não era depositado diretamente na conta do IBAD. Os depósitos eram feitos, primeiro, nas contas *Incrementadoras de Vendas Promotion*, empresa publicitária de Ivan Hasslocher, abertas no *Royal Bank of Canadá, Bank of Boston* e *The National City Bank New York*. Após finalizar esse processo, o dinheiro era enviado ao IBAD, que ficaria responsável por fazer o repasse da verba para o IPES e a ADP, por exemplo. Os depósitos eram feitos sempre com quebras de 30, 40 ou 50 centavos, o que comprova a origem externa do dinheiro. “Trata-se de uma conversão cambial de moeda estrangeira, em depósitos sempre feitos em agências de bancos de outros países, que funcionam no Brasil”. (DUTRA, 1963, p.53).

O que chamava a atenção nas investigações realizadas pela CPI era a discrepância entre os valores. Segundo Eloy Dutra, a *Promotion*, que até 1960 declarava faturamento anual inferior a 10 milhões, estava gastando verbas bilionárias com o processo eleitoral. Segundo o depoimento de Hasslocher à CPI do IBAD, somente para a ADP, a *Promotion* destinou a quantia de “2 bilhões e 440 milhões de cruzeiros para bancar todo o material de campanha dos 600 candidatos a deputado estadual, 250 a deputado federal” (DUTRA 1963), além dos candidatos a governador para o estado do Pernambuco, João Cléofas, Edmundo de Macedo Soares (PSD), candidato ao governo do Rio e Janeiro; Lopo Coelho (PSD), candidato a vice-governador do Rio de Janeiro; Gilberto Marinho (PSD), Juraci Magalhães (UDN), candidatos ao senado pela Guanabara; e Carlos Lacerda (UDN), candidato à reeleição para governador da Guanabara que seria realizada somente em 1965.

Para a escolha desses candidatos, não eram levadas em consideração suas respectivas filiações partidárias, mas sim a orientação político-ideológica de cada um deles. Para se filiarem ao IBAD, eram priorizados os que já possuíam aspirações anticomunistas e os que não tinham qualquer restrição à aplicação de capital estrangeiro ou à presença de empresas multinacionais no Brasil. Dentre os políticos escolhidos pelo IBAD para concorrer aos principais cargos nas eleições pela Guanabara estavam: Juracy Magalhães, Edmundo de Macedo Soares, Lopo Coelho, Gilberto Marinho e Carlos Lacerda, todos estes, invariavelmente, apresentaram as características desejáveis pelo instituto (DUTRA, 1963).

Edmundo de Macedo de Soares, militar e engenheiro, nos anos 30 fez parte da equipe responsável pela Construção da Companhia Siderúrgica Nacional. Durante a criação do projeto, Edmundo Soares, fechou um acordo de empréstimo no total de 45 milhões de dólares com a EXIMBANK dos Estados Unidos para a construção da CSN. Logo após, se deslocou a Cleveland (EUA) onde acertou com a sede da firma Arthur McKee todo o material tecnológico necessário para a realização operacional dos fornos da siderúrgica (PINTO, 2011).

Entre 1942 e 1946 Macedo Soares foi o diretor técnico-administrativo da CSN. Em seguida foi governador do Rio de Janeiro (1947-1951) para logo após o término de seu mandato retornar à CSN como diretor presidente, entre 1954-1959, e paralelamente a esta função exerceu o cargo de diretor-presidente da ACESITA de 1952 a 1956. Na década de 1960, Macedo Soares foi vice-presidente da Mercedes Benz do Brasil, ministro da Indústria e Comércio durante o governo Costa e Silva e presidente da Mercedes Benz no Brasil (PINTO, 2011).

No caso de Juracy Magalhães, sua escolha pelo IBAD se dava mais pelos serviços prestados em relação ao combate ao comunismo. Magalhães, durante os anos em que exerceu seu primeiro mandato como governador da Bahia (1931-1937), não mediu esforços para combater a Ação Libertadora Nacional (ANL), célula comunista de maior ameaça no país durante a era Vargas (COUTINHO, 2014). Mesmo como deputado federal, eleito em 1945, continuou mantendo suas convicções ideológicas acirradamente anticomunistas ao atuar incisivamente na constituinte ⁴⁷.

Quanto a Carlos Lacerda, sua antipatia por João Goulart já se fazia evidente antes mesmo deste tomar posse como presidente. Como um dos mais fervorosos funcionários do IBAD, Lacerda utilizou de maneira intensa seu jornal e sua posição política para tentar barrar o crescimento da adesão popular ao movimento Campanha Pela Legalidade durante o episódio de censura à imprensa na Guanabara⁴⁸. Lacerda teve que utilizar toda a influência

⁴⁷ *Juraci Continua Conquistando a Cidade*. A Noite. Rio de Janeiro. Castelar. 1911-1964.

⁴⁸ Por se opor ideologicamente ao posicionamento político do *Tribuna da Imprensa* em relação ao impasse constitucional que assolava o Brasil, importantes jornais da época no Rio de Janeiro como: *A Noite*, *Última Hora* e *Correio da Manhã*, tiveram as edições que defendiam a posse de Jango, em agosto de 1961, censuradas pelo Conselho Nacional de Segurança a pedido do governador do estado da Guanabara, Sr. Carlos Lacerda. O episódio foi levado a público e, após decisão judicial, que determinou o pedido de interdição arbitrário, a ordem de censura foi suspensa. (MAGRI, Pedro. *A Interferência Norte-Americana na Imprensa Brasileira: O Caso de Jornal A Noite*. Revista Mosaico. Ed. PUC-GO. Goiânia, 2017).

política que seu cargo de governador lhe conferia para garantir, de qualquer forma, a supressão do movimento pró-Goulart que ganhava força no estado da Guanabara e no Rio de Janeiro. Suas ações no Brasil e encontros com o presidente Kennedy, são a prova de sua aliança com o complexo, o tornando forte candidato a receber apoio do IBAD no país.

Todos esses esforços do IBAD e da ADEP para organizarem essa bancada de oposição ao governo, segundo consta no depoimento de Carlos Carroli, depoente na CPI do IBAD, possuíam um objetivo muito claro: “A tomada do poder em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que de acordo com o Ato Adicional nº4, controla realmente a direção do país” (GORDON, 1977)⁴⁹. Contudo, para garantir o sucesso do objetivo, que restringiria o poder político de Goulart, reduzindo o número de seus aliados no congresso, era imprescindível que a maioria dos candidatos financiados pelo IBAD vencesse as eleições de 1962. Sendo assim, o caminho estaria livre para que os interesses norte-americanos no Brasil fossem resguardados.

Em entrevista concedida à revista *Veja* na edição do dia 9 de março de 1977 o próprio ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, afirmou que para as eleições de 1962, tendo em vista, também, as próximas eleições de 1965, diversas empresas multinacionais norte-americanas em conjunto com a embaixada dos Estados Unidos contribuíram com a quantia que iria de “1 a 5 milhões de dólares para as campanhas dos candidatos adversários ao governo João Goulart e de seu indefinido programa de reformas de base” (GORDON, 1977, p.03-6). Segundo Gordon, parte desse dinheiro foi distribuído diretamente aos candidatos do PSD e da UDN através do Instituto Brasileiro de Ação Democrática sob a forma de propina para se aliarem a instituição. O discurso de Gordon confere perfeitamente, também, com algumas acusações levantadas pela CPI que investigou o IBAD em 1963, iniciadas após as denúncias de fraude eleitoral de Leonel Brizola ao jornal *Última Hora* (DALCANAL, 2014).

Por formarem um conglomerado coeso e bem estruturado, o IPES também atuou juntamente com o IBAD nas eleições de 1962, ajudando os candidatos comprados pela ADEP a vencerem o pleito em seus respectivos estados. Como já possui os principais veículos de comunicação do país, seja rádio, televisão e jornais impressos, além de parlamentares que representavam quase todos os estados brasileiros em suas mãos, o IPES passou a fazer

⁴⁹ Entrevista concedida a Roberto Garcia da Revista veja em: 17 de março de 1977.

campanha favorável através desses veículos, com o intuito de promover esses candidatos.

Segunda Dutra:

Em 1962 foram autorizados mais de 300 horários de rádio e de TV, as vésperas do pleito, promovendo candidatos que também tiveram a cobertura de fartas matérias pagas à imprensa. A *Promotion* patrocinava ainda cerca de 80 programas radiofônicos semanais em emissoras espalhadas por todo país. (DUTRA, 1963, p.28)

Durante a CPI que investigou o IBAD, Eloy Dutra trás a tona o caso do jornal carioca *A Noite*, acusado de ter recebido 5 milhões de cruzeiros para fazer campanha contra o presidente João Goulart e apoiar os candidatos da ADEP durante os noventa dias que antecederam o pleito de 1962 (DUTRA, 1963). De fato, as acusações levantadas durante a CPI puderam ser confirmadas posteriormente. Houve um forte envolvimento do *A Noite* com os candidatos em questão, justificado pela mudança repentina de ideologia política do jornal imediatamente após a entrada da verba do IBAD (MAGRI, 2016)⁵⁰. O *A Noite* foi apenas um dos jornais investigados pela CPI. Como vimos, o IBAD possuía uma rede de controle sobre a imprensa que abrangia todo o território nacional, fazendo de Hasslocher o grande mentor do esquema.

Hassloscher, de fato era o líder da organização e o responsável direto pelo funcionamento de toda a estrutura. Durante a CPI, seu depoimento foi considerado o mais importante e esclarecedor a respeito de todo funcionamento do esquema. T tamanha era sua importância que, além de dono do IBAD/ADEP era ele o responsável pelas “verbas, pagamentos, recebimentos e controles sobre todos os colegiados da *Promotion*” (DUTRA, 1963, p.57). Um documento apresentado por Eloy Dutra na CPI, relatando uma conversa entre Hasslocher e Emanuel (contador do IBAD/*Promotion*), um dos candidatos da ADEP no Pernambuco, evidencia a função do líder do complexo:

⁵⁰ A respeito do jornal *A Noite*, fiz uma pesquisa detalhada nas diversas reportagens, colunas e artigos de opinião presentes no vespertino entre o período de agosto de 1961 e dezembro 1962. Ao final do trabalho, concluí que o *A Noite*, antes de receber a propina advinda do IBAD, possuía uma posição política favorável à João Goulart, tendo, inclusive, o apoiado durante o período da Campanha pela Legalidade e para a volta do regime presidencialista no Brasil imediatamente após sua posse. Nos meses que antecederam as eleições de 1962, após o recebimento dos 5 milhões de cruzeiros, o *A Noite* muda completamente sua postura política, passando a fazer uma ampla propaganda anti-Goulart, publicando diversas reportagens que buscavam convencer seus leitores de que o presidente pretendia instalar o comunismo no país. Quanto às eleições, durante os noventa dias em que esteve associado ao IBAD, o periódico ficou incumbido de publicar matérias e artigos de opinião que promovessem a campanha dos candidatos vinculados à ADEP (casos de: Carlos Lacerda, Lopo Coelho, Edmundo de Macedo Soares, entre outros), além de construir matérias que visassem enaltecer os feitos políticos dos candidatos já citados. O trabalho completo encontra-se no artigo: MAGRI, Pedro. *A Interferência Norteamericana na Imprensa Brasileira: o Caso do Jornal A Noite (1961-1962)*

Senhor Emanuel. – Comunico-lhe que nos últimos dias remeti a importância de Cr\$ 60.000.000,00 à ADEP do Recife para sua campanha. – Ao Sr. Peter Muranye, em São Paulo, foi remetida a importância de Cr\$ 8.000.000,00 como última parcela das nossas contribuições à ADEP naquele Estado – Ao Sr. Leopoldino foi entregue a importância de 14.106.000,00 também como última parcela das nossas contribuições à ADEP de Minas Gerais. – Ao Sr. Armando Fillardi foi entregue a importância de Cr\$ 1.560.000,00 também como última parcela de nossas contribuições ao Estado do Rio de Janeiro. – Atenciosamente, –Ivan Hasslocher. (DUTRA, 1963, p.54).

Somente nessa última parcela de “contribuições”, Hasslocher destinou aos candidatos de cada um desses estados o total de Cr\$ 83.000.000,00. Documentos como estes, relatando para quem e para onde os valores foram enviados, estão descritos em documentos expedidos e assinados pelo próprio Ivan Hasslocher que fora anexados à CPI. Os números só foram crescendo a medida que as eleições se aproximavam, ultrapassando a cifra de 2 bilhões de cruzeiros.

A estrutura responsável pelo funcionamento dos escritórios da ADP, que atuavam em quase todos os Estados brasileiros (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Amazonas, Pará, Bahia, Sergipe Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará) era bem sofisticada. Ivan Hasslocher era extremamente detalhista quanto a suas operações, fazendo questão de receber dos diretórios uma planilha administrativa a respeito do andamento das operações, a estimativa das verbas necessárias ao seu funcionamento, além do balanço financeiro contendo todas as despesas com as eleições. Para cada um desses escritórios, Hasslocher designava uma liderança responsável por informa-lo dos acontecimentos políticos de cada estado, administrar o escritório, gerir o dinheiro recebido pelo IBAD/*Promotion* e procurar políticos para se filiarem ao esquema. Desta forma o IBAD funcionava de maneira eficiente (DUTRA, 1963, p. 89).

Manipulando a imprensa em cada um dos estados, aliciando jornais e políticos de confiança duvidosa, o IBAD construiu uma estrutura com capacidade administrativa e financeira para atuar em todo o território nacional. A organização só não alcançou voos mais altos porque as eleições de 1962 não obtiveram o resultado esperado, ainda que alguns de seus candidatos obtivessem êxitos com o pleito. A apuração dos votos, finalizada em 16 de outubro confirmara a derrocada dos candidatos ibadianos. O PTB, partido de João Goulart na Câmara dos Deputados, apresentou a maior margem de crescimento em comparação com as eleições

anteriores, realizadas em 1960. A sigla terminou as eleições em segundo lugar, com 116 cadeiras no quadro nacional de deputados eleitos, perdendo somente para o PSD, com 118. Se compararmos com a eleição anterior, a margem de votos do PTB cresceu consideravelmente, passando de 177.583 para 190.034 (LOPES, 2013, p. 44). A UDN apresentou uma queda considerável, ficando com 91 cadeiras⁵¹.

Dos dois candidatos apoiados pelo *A Noite* por recomendações do IBAD/ADEP, tidos como potenciais candidatos a ocupar as expressivas cadeiras no senado, apenas Gilberto Marinho venceu, ficando com 431.284 votos. Aurélio Viana do PTB, eleito o senador com maior número de votos no estado, 509.900, ocupou a primeira cadeira, minando definitivamente as chances do IBAD em conseguir unanimidade de senadores pela Guanabara. Juracy Magalhães, o nome mais forte apoiado pelo *A Noite* durante a campanha eleitoral, terminou, apenas, em terceiro lugar, com 371.892 votos⁵².

No quadro geral das eleições de 1962, dos 11 governadores eleitos, quatro eram do PTB, José Augusto de Araújo-AC, Plínio Coelho-AM, Francisco Aguiar- ES e Badger da Silveira- RJ. Três eram da UDN, Lomato Júnior- BA, Virgílio Távora- CE e Petrônio Portela- PI. Dois do PSD, Ildo Meneghetti- RS e Seixas Dória- SE. Os demais candidatos vitoriosos foram um do PSP, Adhemar de Barros- SP e um do PST, Miguel Arraes- PE. Para vice-governador, nove estados tiveram eleições, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Guanabara, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, sendo dois estados com vitória da UDN, CE e ES; dois com vitória do PSD, PI e SE; dois com vitória do PR, SP e PE; um com vitória do PDC, BA; um com vitória do PSB, RJ e um com vitória do PTB, justamente na Guanabara. Eloy Dutra, candidato do PTB e precursor da CPI que investigou o IBAD, assume o cargo com 484.842 votos, desbancando Lopo Coelho, outro candidato da base de apoio do IBAD, que ficara na segunda posição com 402.292 votos. A posse de Eloy Dutra fora um golpe duro ao IBAD, pois agora a instituição e todos aqueles que corroboraram para o seu funcionamento teriam de conviver com um inimigo abertamente declarado e com plenos poderes dentro da Guanabara⁵³.

⁵¹Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13038#>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

⁵² Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13038#>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

⁵³ Idem.

Embora o IBAD tenha sofrido nova derrota ao dividir a maioria dos governadores com o partido de João Goulart, o PTB, não se pode afirmar que todos os candidatos vinculados a UDN ou ao PSD possuíam alguma relação com o IBAD. A vitória do PTB implicava sim em uma dificuldade imensa para a instituição garantir a manutenção dos interesses norte-americanos no Brasil em decorrência da base aliada favorável a João Goulart estar fortalecida, mas o IBAD agia de tal forma que até mesmo alguns candidatos do PTB, em bem menor número se comparados a UDN e o PSD, estiveram vinculados ao IBAD. Como mostra René Dreifuss:

De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede Ipes/Ibad/Adep que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR. (KORNIS, 2014)

Podemos concluir com o resultado das eleições que o plano da ADEP fracassou, minando qualquer possibilidade de limitar os poderes políticos de João Goulart no Brasil. Até o processo eleitoral de 62, as duas tentativas de derrubar Jango fracassaram. A primeira em 1961, durante o atentado constitucional que visava impedir a posse de Jango e a segunda, por meio da tentativa de manipulação eleitoral. A terceira, e última tentativa, seria a mais brutal de todas. O Golpe de 1964, imposto através de uma intervenção militar nacional abrupta em conjunto com o governo dos Estados Unidos, seria a alternativa final para retirar Jango do poder. No entanto, antes de atentar a essa discussão, analisarei como se deram essas formas de intervenção no processo eleitoral de 1962 em Goiás, tido como um dos Estados mais delicados pelo IBAD em decorrência de alguns fatores que serão explorados mais detalhadamente no próximo tópico.

2.3 A Atuação do IBAD em Goiás: A Manipulação da imprensa durante o processo eleitoral de 1962.

Se o complexo IBAD/*Promotion*/ADEP, em conjunto com o IPES e a ADP, inseridos dentro do contexto da Aliança para o Progresso, estabeleceram uma poderosa rede de manipulação midiática com capacidade técnica e financeira para atuar amplamente em todo o

território nacional, a atuação do instituto e seus associados nos estados brasileiros mais periféricos também pode ser notada.

Em Goiás, a atuação do IBAD seguiu um esquema de corrupção de manipulação política e midiática padronizada, incidente em todo o território nacional. O complexo de Hasslocher financiava a campanha de vários candidatos de renome no estado através do pagamento ilícito de propina a diversos veículos de comunicação, inclusive os de origem católica (jornal *Brasil Central*, *Revista da Arquidiocese* e *Radio Difusora* de Goiânia). Assim como ocorreu no jornal *A Noite*, constantemente citado durante o andamento da CPI do IBAD, os jornais goianos acusados de receber propina aceitaram convocar seus respectivos leitores a escolherem os candidatos indicados pelo complexo nos meses próximos às eleições de 1962, fato que comprovaremos adiante através de análise dos periódicos citados.

Em estudo realizado por Dalva Borges (1990) não foram encontrados elementos suficientes que indiquem a presença do IPES em Goiás. A autora justifica essa constatação afirmando que:

A estrutura econômica pouco significativa para a fração da classe que se organizava nacionalmente, por si só justifica essa ausência. [...] o desenvolvimento do estado não comportava a presença sequer de um setor industrial, muito menos com vinculações estreitas com o capital multinacional (BORGES, 1991, p.58).

Embora a autora negue a presença do IPES, em contrapartida, não descarta que a atuação do IBAD, de fato, ocorreu. A atuação do IBAD/ADEP em Goiás se confirma através das provas obtidas a partir de documentos anexados à CPI do IBAD, onde o próprio Ivan Hasslocher confirmou a presença de um escritório da ADEP (DUTRA, 1963)⁵⁴. Por intermédio do IBAD, alguns políticos de grande renome no estado eram filiados à ADP (Ação Democrática Parlamentar) no Congresso Nacional, entre eles: “Anísio Rocha (PSD), Benedito Vaz (PSD), Emival Caiado (UDN), Alfredo Nasser, Dr. José Luís Bittencourt, Hermano Vieira da Silva e Castro Costa” (BORGES, 1991. 59).

Diante destas informações que apontam para um envolvimento de políticos goianos no esquema de manipulação eleitoral, duas questões primordiais se fazem pertinentes. Primeira, por que Goiás, um estado ainda periférico no cenário político nacional durante os anos 1960, chamou a atenção de Ivan Hasslocher, fazendo com que o empresário ordenasse a montagem

⁵⁴ Vide anexo: IBAD, sigla da Corrupção. Pg. 88-91.

de um escritório da ADEP? Segunda, qual a relevância de Goiás para o sucesso dos planos do IBAD no Brasil?

A resposta para a primeira pergunta se encontra em uma série de fatores que resultaram em uma posição de destaque nacional à Goiás durante a década de 1960. Entre as décadas de mil novecentos quarenta e sessenta, as políticas de desenvolvimento regional, através de investimentos do governo, favoreceram a implantação de uma agropecuária moderna integrando o estado a uma nova dinâmica econômica nacional⁵⁵ (ARRIEL, 2010). Além dos incentivos tecnológicos para o aumento da produção agrícola, entre estes períodos, Goiás passou por dois surtos migratórios que contribuíram para o aumento demográfico do estado. O primeiro, durante a construção de Goiânia e a fundação das CANGS (Colônia Agrícola Nacional de Goiás) e o segundo, com a construção de Brasília. Ambos, fruto das políticas de desenvolvimento interno do Brasil advindas do programa da “Marcha para o Oeste”, implantada durante a era Vargas.

A criação das CANGS em Goiás tinha como finalidade principal, a tentativa de superação das carências do modelo desenvolvimentista brasileiro, dando a pobres agricultores do Brasil, a oportunidade de conseguir trabalho no interior de Goiás, desenvolvendo a região central do Brasil e potencializando a produção agrícola nacional (DAYRELL, 1974). Juntamente com a criação das colônias, outros benefícios estiveram associados como:

A fundação de uma sede, instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola e cooperativas de produção para venda e consumo dos produtos. A construção de residências também constava no decreto, assim como sua distribuição, que deveria privilegiar famílias com muitos filhos (mínimo de 5) (CASTILHO, 2012, p. 3).

Aos colonos que se interessassem pelo projeto, era dada a estrutura necessária para o cultivo do solo e povoamento da região. Além dos lotes de terra, (que variavam 20 e 50 hectares por família) haviam ainda: instituições de ensino agrícola primário, instalações de indústrias de beneficiamento agrícola, cooperativas de produção visando à venda e consumo dos produtos, ferramentas para plantio, casas, escolas e apoio técnico (CASTILHO, 2012).

⁵⁵ Ver referência em Instituto Mauro Borges: http://www.imb.go.gov.br/viewcad.asp?id_cad=4417&id_not=2

Durante o primeiro surto migratório, as CANGS implantadas nos anos 40 foram as principais responsáveis pelo grande aumento populacional do estado neste período. Segundo Eliane Garcindo Dayrell:

A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia. No ano seguinte já residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área contava com 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes (onde 33.222 residiam na zona rural e apenas 3.450 na zona urbana). Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e estados do Norte (20%), do próprio estado de Goiás, do Sul (especialmente Gaúchos) e de outros países (20%) (DAYRELL, 1974. In: CASTLHO, 2012, p. 121).

A ocupação da região Norte de Goiás, em decorrência das CANGS, deu origem a diversos vilarejos que atualmente recebem a categoria de municípios autônomos, por exemplo: Ceres, Rialma, Uruana e Carmo do Rio Verde. Outro fator que permitiu o ingresso de mais colonos na região foi a abertura de estradas. Cada vez mais frequentes, elas garantiam que novos elementos fossem agregados aos núcleos urbanos com maior facilidade, como: Correios e estações de rádio (CASTILHO, 2009).

Segundo a análise de França (1985) a CANG foi “mais que uma aventura, significou a ampliação econômica do território nacional e a ligação com São Paulo. O projeto de modernização da agricultura no Mato Grosso Goiano significou também a criação de demanda para a indústria paulista”. (In: CASTILHO, 2009, p. 125). As culturas agrícolas advindas da região abasteciam, além do mercado paulista, todo o restante do país com produtos como: arroz, milho, feijão, açúcar, algodão, café, cana e mandioca (CASTILHO, 2009).

O povoamento contínuo do território goiano, gerado pela vinda de pessoas de diversas regiões do Brasil atraídas pela promessa governamental de terras férteis e com o oferecimento do devido suporte material para o cultivo das mesmas, não pode ser visto como um processo pacífico. A existência de grupos detentores de interesses econômicos antagônicos na região foi fator preponderante para a eclosão de conflitos. Latifundiários grileiros e os agricultores posseiros protagonizaram, como vimos no capítulo anterior, uma série de conflitos decorrentes da disputa pelas terras devolutas da região. Este embate culminou com uma das

revoltas camponesas mais violentas do Brasil: a Revolta de Trombas e Formoso⁵⁶. A incidência deste episódio, além de levar o nome de Goiás frequentemente aos noticiários de todo o país, ascendeu o alerta dos setores anticomunistas presentes no Brasil para a presença do PCB no Estado. Fato que será de suma importância para que o IBAD voltasse seus olhos para o estado.

Não devemos atribuir à presença da CANGS em Goiás a total responsabilidade pelo salto demográfico que o estado sofrera nas décadas de 1950 e 1960. O projeto de construção da nova capital do Brasil, que acabou por resultar no processo de construção de Brasília (1957-1960), também foi imprescindível para que Goiás, juntamente com toda a região central do Brasil, ampliasse sua população. Pensada a partir do discurso nacional desenvolvimentista que marcou a política do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), Brasília foi construída sob uma perspectiva progressista tendo como objetivo duas premissas básicas: levar a industrialização para o centro do Brasil, superando uma economia “quase colonial” que se fazia presente na região e promovendo a integração do território nacional (ALVES, 2017).

Para dar início ao projeto de construção de Brasília, Juscelino Kubitschek fundou a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Para compor a comissão que encabeçaria o projeto de transferência da capital, Juscelino nomeou o engenheiro e deputado federal pelo PSD: Israel Pinheiro como presidente da Novacap; Ernesto Silva como diretor administrativo; o engenheiro Bernardo Sayão como diretor técnico; Íris Meinberg à diretoria financeira e Oscar Niemeyer como diretor do Departamento de Arquitetura (FIGUEIREDO, 1979).

Responsável por todo o fornecimento do suporte material, financeiro e administrativo que faria surgir no meio do cerrado brasileiro a nova capital do país, à Novacap coube a tarefa de construir a sede da empresa, pagar o salário de todos os operários, construir escolas, postos de saúde, um hospital, um posto policial, dois restaurantes populares e as residências para abrigar as equipes técnicas e administrativas das empresas construtoras. Com toda a estrutura montada, a partir de 1957 operários de todo o Brasil, em especial: nordestinos, mineiros e mato-grossenses, chegaram ao Planalto Central em busca de trabalho (RODRIGUES, 2013).

⁵⁶ Os motivos, desencadeamento e consequência que a Revolta de Trombas e Formoso geraram para Goiás já foram abordados no capítulo I.

Os impactos da construção de Brasília podem ser percebidos a partir da análise de dados estatísticos presentes na tabela abaixo (tabela 01). Eles nos mostram, quantitativamente, a taxa crescimento populacional na região Centro-Oeste durante ao período em questão:

Tabela 01– Crescimento da população do Centro-Oeste do Cerrado (1920 a 1960)

Ano	População	Crescimento populacional (%)
1920	758.531	-
1940	1.258.679	66
1950	1.736.965	38
1960	3.006.866	73

Fonte: Adaptado de Klink & Moreira (2002). Elaboração própria (2017).

O quadro acima é prova de que realmente houve uma explosão demográfica na região central do Brasil durante o período que coincide, justamente, com a fundação da CANGS e a construção de Brasília. Como pudemos observar, o crescimento populacional da região chegou aos 73%, fazendo com que o número de habitantes da região saltasse de 1.736.965 na década de 1950 para 3.006.866 na década de 1960. Somente em Goiás, a população que era estimada em 826.414 na década de 1940, passou para 1.913.289 na década de 1960⁵⁷. Os números provam que Goiás, gradativamente, caminhava em direção a um processo de crescimento econômico e social que, conseqüentemente, acarretaria na ampliação de sua representatividade no cenário político brasileiro.

A construção de Brasília não contribuiu para Goiás apenas com o crescimento demográfico proporcionado pela oferta de trabalho decorrente da construção da nova capital. A cidade produziu diversas mudanças importantes, tendo maior destaque a construção das rodovias federais que cortam o estado. Segundo Borba e Barreira, (2017) o emaranhado de rodovias formam: “artérias que promovem a comunicação, fluxo de pessoas e capitais,

⁵⁷ Fonte: IBGE Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

circulação de mercadorias com todas as regiões do país”. A partir delas as possibilidades de acesso à região se ampliaram, permitindo a intensificação da dinâmica populacional e da oferta por serviços em Goiânia-GO, Anápolis-GO e nas cidades do entorno de Brasília, resultando, além do notório crescimento econômico das cidades mencionadas, nas ações públicas em seu processo de inserção para o interior do Brasil (BORBA&BARREIRA, 2017).

A presença da CANGS e os reflexos gerados pela construção de Brasília, atuando em conjunto, deram a Goiás uma projeção de maior destaque no cenário nacional, colocando o estado na posição de uma das regiões mais emergentes do país na década de 1960. De fato, Goiás desta época ainda não ocupava o mesmo grau de importância política e econômica dos estados mais desenvolvidos da união como: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande Sul. No entanto, podemos afirmar que o estado adentrava a sexta década do século XX apresentando índices de crescimento que chamavam a atenção da mídia nacional, consolidando sua posição como uma das regiões de maior destaque no setor agropecuário. Em decorrência do notório crescimento demográfico, se associava, também, a elevação do número de representantes do estado que ocupariam as cadeiras do Congresso Nacional.

Em vista do cenário mencionado, a preocupação do IBAD com Goiás era evidente. Um último fator a ser mencionado, e nele está depositado grande parcela desta preocupação do IBAD para com Goiás, se dá por conta da presença de Mauro Borges Teixeira como governador do estado. Suas ideias incompatíveis com a filosofia política da instituição, justificada pelos ideais que carregava desde o início de sua carreira política, aliados à sua proximidade com Jango, até certo ponto, foram fatores decisivos para uma maior atenção do complexo.

Mauro Borges era filho do ex-interventor⁵⁸ e ex-governador do estado de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, iniciou sua carreira militar antes mesmo de entrar na política. Coursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e se especializou como oficial de transportes, participando do conselho fiscal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap): empresa encarregada de executar a urbanização e a construção de Brasília. Fez parte, ainda,

⁵⁸ Durante a Revolução de 1930, que culminou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, o mesmo nomeou Pedro Ludovico Teixeira ao cargo de interventor de Goiás, em substituição ao cargo no governador fo estado.

da comissão construtora da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, inaugurada na gestão do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) ⁵⁹.

Na política, iniciou sua carreira como deputado federal por Goiás na legenda do PSD, assumindo em fevereiro de 1959. Desde este tempo, Mauro Borges se descrevia como nacionalista, defendia a manutenção do monopólio Estatal sobre o petróleo brasileiro e era radicalmente contra as voluptuosas entradas de capital estrangeiro no país, postura que lhe dera notoriedade e acabara pesando positivamente para sua vitória nas eleições de 1960 ao cargo de governador do estado de Goiás. Em sua campanha, cujo lema se fixava no princípio do “nacionalismo e desenvolvimento”, seus projetos se pautavam nos ideias de reforma, planejamento e justiça social, estando incluídas uma gestão financeira que priorizava o incentivo do controle total do estado sobre as indústrias de Goiás (TOSTE, 2017).

Ao assumir o governo do estado, Mauro Borges fundou em 1961 o movimento que melhor explicitaria sua ideologia política: a Frente de Libertação Nacional (FLN). A carta publicada em Goiânia, no dia 24 de outubro de 1961, e que marcara o lançamento da *Frente*, deixava evidente o teor ultranacionalista do movimento, enfatizando sua incompatibilidade aos interesses das grandes companhias norte-americanas. Em linhas gerais a FLN defendia a:

Independência política e econômica do país, através da nacionalização das companhias estrangeiras, regulamentação da Lei de Remessa de Lucros e da Reforma Agrária. A intromissão norte-americana ou soviética na política interna ou externa brasileira era condenada (KORNIS, 2014).

Com a renúncia de Jânio quadros, em 25 de agosto de 1961, Mauro Borges uniu-se à Brizola fazendo forte oposição à resistência dos ministros militares à posse de Jango. No dia 30 do mesmo mês, em manifesto à nação, Mauro Borges declarando-se totalmente favorável à posse de Goulart, inicia uma resistência encabeçada pelo governador Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, convocando todo o país a se unir ao movimento contra as tropas antilegalistas, movimento este que ficaria conhecido como: Campanha pela Legalidade (BORGES, 1965).

A participação de Mauro Borges no episódio referente à Campanha Pela Legalidade pode ser entendida pelos Estados Unidos, e pela ala política brasileira de oposição a Jango, como uma declaração de aliança com o comunismo. João Goulart era visto a esta altura como

⁵⁹ Verbete CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-ludovico-borges-teixeira>

um presidente indesejável pelos setores mencionados em decorrência de sua postura nacionalista que incorporava elementos de viés marxista como: reforma agrária e estatização de empresas estrangeiras. O apoio de Mauro Borges a Goulart, firmado em decorrência da compatibilidade política partilhada por ambos, transcendeu a manifestação diplomática e se tornou questão militar quando no dia 28 de agosto de 1961 o governador de Goiás publica o seu Manifesto a Nação, convocando o povo brasileiro, goiano, governadores, deputados e vereadores a uma resistência “pelas forças que se fizerem necessárias”. (BORGES, 2006, p.184) Tal iniciativa deveria ser tomada caso os militares viessem a deflagrar o golpe tomando o poder como forma de impedir a posse de João Goulart. Nas palavras de Mauro Borges: “se não for respeitada a democracia, distribuirei armas ao povo e marcharei sobre Brasília” (FERREIRA, 1997).

Durante o mês de setembro de 1961, a capital do estado esteve na eminência de tornar-se palco de um conflito armado entre tropas legalistas⁶⁰ e os exércitos que apoiavam os militares: Silvio Heck, Odílio Denys e Gabriel Grun Moss. O Palácio das Esmeraldas, sede do governo estadual, esteve fortemente resguardado pelas barricadas e metralhadoras da Polícia Militar enquanto aguardava o bombardeio prometido pelos aviões da FAB (Força Aérea Brasileira) que sobrevoavam constantemente a cidade (FERREIRA, 1997). Apesar de todo o alarde, o conflito armado não ocorreu. A pressão popular em todo o país deu resultado e os militares desistiram dos planos de impedir a posse de Jango, fazendo com que a Campanha Pela Legalidade obtivesse êxito.

Apesar de todo apoio prestado por Mauro Borges a João Goulart na luta pela sua posse, a postura de apoio incondicional em relação ao presidente ficaria estremecida logo nos primeiros meses que sucederam sua posse. A resposta para tal mudança é justificada pelo próprio Mauro Borges em seu livro de memórias *O Golpe em Goiás: história de uma grande traição*. Segundo o governador, a razão de sua frustração em relação ao governo de Jango se dá em decorrência do não cumprimento de alguns acordos⁶¹ de ordem política, firmados entre

⁶⁰ Composta por estudantes, populares e a própria polícia militar.

⁶¹ O descontentamento manifesto por Mauro Borges em relação ao não cumprimento de alguns acordos firmados entre ele e o presidente João Goulart são da seguinte natureza: uma maior participação de Goiás em alguns órgãos do governo federal (Spva, Fundação Brasil Central, Banco do Brasil e Novacap), a indicação para que Goiás pudesse nomear um ministro de Estado, um dos diretores do Banco do Brasil e o prefeito de Brasília, além do pedido do repasse de 2 bilhões de cruzeiros de verbas federais ao estado. No entanto, Mauro Borges afirma que dos acordos firmados, apenas a possibilidade de indicar um ministro e um dos diretores do Banco do Brasil

ele e o presidente dias após o reconhecimento de sua posse à presidência da república (BORGES, 1965).

Mesmo sendo um dos líderes e precursores da vitoriosa Campanha Pela Legalidade, os planos de Mauro Borges de trazer à Goiás um maior reconhecimento e prestígio frente aos demais membros da união, traduzidos por maiores investimentos financeiros ao estado, caíram por terra. Mesmo assim, Mauro Borges manteve sua fidelidade ao presidente, sendo voz ativa no movimento que lutava pelo retorno ao presidencialismo para que Jango obtivesse maiores poderes em sua gestão. No entanto, para as eleições de 1962 as relações entre o PSD (partido de Mauro Borges) e o PTB (principal base aliada de Jango) em Goiás ficaram estremecidas, o que se agravaria ainda mais dois anos depois com o rompimento total entre as legendas, permitindo que a articulação do governador de Goiás junto a importantes apoiadores do golpe de 1964 (Carlos Lacerda, Juracy Magalhães, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto) se concretizasse (BORGES, 1965).

Com o estremecimento da relação entre Mauro Borges e o presidente João Goulart, o programa de desenvolvimento do estado por meio da CGP conseguiu outras fontes financeiras. Além dos investimentos no setor agrícola, a CGP mobilizou recursos para desenvolvimento do estado em outras áreas, através da instalação de estabelecimentos de ensino, hospitais, instituições penais, casas de detenção, unidades sanitárias, armazéns de grãos, serviços básicos de saneamento e infraestrutura urbana: água esgoto, energia elétrica, estradas, rodovias, pontes (FÁVARO, 2015). No trabalho realizado por Fávares (2015), a autora aponta que grande parte deste investimento em Goiás foi sustentado por recursos norte-americanos advindos diretamente do programa Aliança Para o Progresso. No setor educacional, houve a construção de 528 salas em municípios goianos e a inauguração de uma escola na capital: Grupo Escolar Presidente Kennedy, localizado no setor Universitário. A sua inauguração contou com a presença do conselheiro Robert Dean, representando na ocasião o embaixador Lincoln Gordon. Na carta endereçada à Subcomissão Federal de Investigação no dia 9 de abril de 1964, Mauro Borges afirma que foram investidos “Cr\$ 1.300.000.000,00 (um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros), no setor educacional, com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico desta região do Brasil” (Fundo Mauro Borges do Instituto

foi cumprido. Quanto ao pedido de ampliação das verbas federais ao estado, dos 2 bilhões de cruzeiros solicitados, apenas 500 milhões de cruzeiros foram enviados aos cofres de Goiás. (BORGES, 2006)

de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) /PUC-GO. Goiânia. In: FÁVARO, 2015, p. 212-213).

Os três fatores apontados anteriormente: a elevação de importância política de Goiás em decorrência do crescimento populacional, a presença constante do PCB no estado e a existência de um governador aliado ao presidente, chamaram a atenção do IBAD/ADEP, fazendo com que o complexo montasse sua estrutura de intervenção em Goiás. A presença do instituto pode ser comprovada por meio da tentativa de manipulação eleitoral através do financiamento da campanha de políticos de esfera municipal, estadual e federal por meio de propagandas em jornais e revistas. No próximo capítulo veremos como se deu o apoio aos candidatos de oposição a João Goulart nos veículos de comunicação goianos que receberam o apoio do IBAD.

CAPÍTULO 3- A Imprensa Aliada ao IBAD em Goiás: A relação com o pleito de 1962.

A imprensa brasileira, desde o seu surgimento durante o período colonial, sempre esteve sujeita ao atendimento de interesses políticos específicos. Se naquela conjuntura, como afirma Sodré (1999), suas atividades se justificavam unicamente para implantar uma cultura externa que viesse garantir o domínio realizado pela metrópole portuguesa, hoje, suas ações se adaptam para atender as demandas daqueles que são os verdadeiros detentores do poder político e econômico. Segundo Azevedo (2006), a partir das definições propostas por Hallin e Mancini (2004), no Brasil, desenvolveu-se um tipo de mídia semelhante a que circulava na França, Portugal, Espanha, Itália e Grécia. Este modelo, chamado de “pluralista polarizado”, apresenta como principais características, jornais de baixa circulação, cuja orientação é feita, predominantemente, por membros pertencentes às elites políticas restritas, detentoras de quase todas as formas de mídias expressivas. Este quadro contribui para a construção de um elevado “paralelismo político” onde predomina “um jornalismo opinativo orientado para a defesa de interesses ideológicos, políticos e econômicos ou, em casos mais extremos, simplesmente a serviço de governos, partidos ou grupos econômicos” (AZEVEDO, 2006, p.90).

Este tradicional paralelismo estabelecido entre a imprensa e os donos do poder se justifica, segundo Darnton e Roche (1989), pela capacidade que a primeira tem de atuar como um eficiente agente participativo dos processos históricos. A imprensa, além de detentora da capacidade de contar os acontecimentos históricos que evidencia, através de seus discursos, é hábil em dar forma aos acontecimentos que narra, ao expô-los de maneira a reforçar ou rechaçar outros discursos. Ou seja, é por comportar justamente esta habilidade, que a imprensa se mostra capaz de formar opiniões acerca daquilo que narra.

Na década de 1960, além da Igreja Católica, responsável por vários meios de comunicação à serviço de seus interesses, os Diários Associados, empresa midiática pertencente ao megaempresário da comunicação Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello e que detinha o monopólio de grande parte deste setor no Brasil, foram responsáveis por sustentar um forte discurso anticomunista cujo principal alvo a ser combatido era o

presidente João Goulart e os membros de seu governo. Neste capítulo, veremos como os veículos de comunicação pertencentes a essas duas grandes mídias nacionais, Igreja Católica e Diários Associados, agiram em Goiás em prol de interesses específicos.

3.1 Combate Católico ao Comunismo em Goiás. O Papel de D. Fernando neste processo e os veículos de informação católicos parceiros do IBAD.

O combate ao comunismo em Goiás não se deu apenas pelos setores político e empresarial do estado, a Igreja Católica teve fundamental contribuição nesse processo, sobretudo por meio da forte influência de Dom Fernando Gomes dos Santos, uma das figuras mais comprometidas com o sucesso do projeto. Arcebispo da arquidiocese de Goiânia, D. Fernando se encarregara de colocar em prática os preceitos definidos na primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), ocorrida em 1955, onde se definiram os verdadeiros inimigos do catolicismo no mundo: “comunismo, maçonaria, protestantismo e espiritismo” (BORGES, 2007, p.17).

Desde o início de sua trajetória clerical, D. Fernando se mostrara intransigente em relação à doutrina marxista. Na década de 1940, quando ainda atuava como padre em Patos (PB), sua terra natal, fundou o movimento Círculo Operário Católico, fortemente marcado por práticas assistencialistas para os seus membros associados e de posição radicalmente anticomunista. Outra característica marcante do Círculo Operário era sua postura política, marcada intensamente por uma ideologia que defendia maior autoritarismo por parte do Estado na esfera social do país (BORGES, 2007).

Em 1957, quando assumiu a Arquidiocese de Goiânia, em conjunto com o grupo de bispos do qual fazia parte, D. Fernando tinha o intuito de tornar a igreja mais participativa em todos os setores da vida social. Tais objetivos seguiam as metas estabelecidas na CELAM, ocorrida em 1955, que visava restaurar a ordem cristã na sociedade apresentando a ideologia da Igreja em alternativa às ideias comunista que ganhavam força em todo o mundo (BORGES, 2007). A postura dura de D. Fernando em relação ao comunismo se enrijeceria ainda mais ao longo da década de 60 em decorrência do acirramento das tensões referentes à guerra fria, em especial após a adesão oficial de Cuba ao socialismo em 1961. Tal episódio gerou atitudes ainda mais radicais por parte da Igreja, fazendo com que D. Fernando se utilizasse ainda mais de sua influência no estado em prol de interesses de ordem política.

Uma de suas primeiras atitudes à frente da arquidiocese de Goiânia fora a restauração da Ação Católica, fazendo emergir no seu centro a Juventude Universitária Católica (JUC), “que ampliou sua atuação na Arquidiocese, com ênfase na formação do militante, tendo em vista prepará-lo para atuar como liderança em seu meio” (BORGES, 2007, p. 62). Outros movimentos como o MEB (Movimento de Educação de Base) que visava uma alfabetização, educação profissional e promoção social na zona rural, bem como a Reforma Agrária realizada na fazenda Nossa Senhora da Conceição, situada no Município de Corumbá e de propriedade da Arquidiocese, foram estratégias para amenizar a pobreza e desigualdade social no estado (BORGES, 2007), fato que permitiria, segundo a doutrina Rubottom, o fechamento das “frestas” por onde o comunismo poderia “germinar”.

Suas ações no campo educacional não pararam por aí. Decidindo levar adiante o plano de Dom Emanuel Gomes de Oliveira de criar a primeira instituição católica de ensino superior de Goiás, em 1959, Dom Fernando inaugura a Universidade Católica de Goiás, disputando espaço com seus tradicionais adversários, em especial a maçonaria (BORGES, 2007).

Durante o período em que esteve à frente da Arquidiocese (1957-1985), D. Fernando viu na imprensa um poderoso instrumento que poderia ser utilizado a seu favor. Dando os incentivos necessários para a criação e reativação de vários veículos de comunicação, responsáveis pela difusão do pensamento cristão emanado pela Igreja, o arcebispo deu à *Revista da Arquidiocese*, a *Rádio Difusora* e o jornal *Brasil Central* um intenso engajamento político no combate ao comunismo em Goiás. A partir deste ponto, deteremos nossa análise, em especial, acerca da *Revista da Arquidiocese* e do jornal *Brasil Central*, procurando demonstrar quais as estratégias utilizadas pelos mesmos no combate a todos os ideais de esquerda no estado.

3.2 A Revista da Arquidiocese

Fundada em 1957 pelo próprio D. Fernando, a *Revista da Arquidiocese*, foi criada dentro de um projeto mais amplo cujo intuito era “organizar” os católicos goianos em torno de uma comunidade que congregasse tanto os sacerdotes quanto o laicato em função dos planos da arquidiocese. Além da intenção de integrar o clero goiano, disposto em torno de uma arquidiocese geograficamente dispersa, a revista apareceu como uma ferramenta importante,

capaz de promover o combate às ideias comunistas que se faziam presentes em Goiás para defender a “fé católica” e a doutrina da Igreja (BORGES, 2007).

Embora a *Revista da Arquidiocese* fosse mais voltada ao público católico, algumas publicações presentes em suas publicações visavam dialogar com outros segmentos. De circulação mensal, a maior parte de seu conteúdo continha, basicamente: orações, preces, pronunciamento do clero em relação ao Concílio Vaticano II, reafirmação dos valores cristãos e informes de eventos organizados pela Igreja referentes ao mês de cada edição e assuntos referentes à política nacional e internacional. Através de seus textos, a *Revista da Arquidiocese* funcionou como uma espécie de “guia” ao público católico, mostrando a este como se posicionar frente aos problemas políticos, sociais e culturais do contexto histórico em questão (BORGES, 2007).

Antes de 1961, as pautas de maior destaque da revista se referiam à ameaça comunista internacional e formas que demonstravam como “resolver” este problema. Na passagem abaixo, presente na *Revista da Arquidiocese* na edição 1959, D. Fernando define as maneiras de lidar com o comunismo, mostrando como a utilização dos veículos de comunicação poderia ser a melhor maneira de se construir uma contrapropaganda eficiente contra este “mal” que assolava o mundo. Nas palavras do próprio arcebispo:

Devemos estar preparados para enfrentar os inimigos com as mesmas armas com que eles nos atacam. Imprensa, rádio, comício, cartazes, reuniões, palestras, organizações de classe, tudo deve ser mobilizado em defesa dos bons princípios, porque tudo isso está sendo aproveitado para propaganda do erro e do mal (SANTOS, 1959, p. XX).

A contrapropaganda veiculada pela revista consistia na associação do comunismo a um sistema autoritário e intolerante. Os artigos de destaque que circulavam no periódico, falavam constantemente a respeito da perseguição religiosa (prisões e tortura de padres, proibição de manifestação pública da fé, fechamento de templos) aos cristãos e fiéis de qualquer outro credo na URSS, China, Cuba e nos países do leste europeu (BORGES, 2011). As manifestações de repúdio ao comunismo por parte de seus escritores não se resumiam apenas aos artigos publicados na *Revista da Arquidiocese*. Como aponta Lindsay Borges (2011) em sua dissertação de mestrado⁶², o próprio D. Fernando publicou em *O Popular*, um dos

⁶² Revista da Arquidiocese de Goiânia (1957-1967): As Representações das Diferenças e a Construção da Unidade Religiosa.

principais jornais impressos de Goiás, um artigo que mostrava a coerência de ideologias da arquidiocese de Goiânia e as recomendações expostas pelo papa Pio IX, na *Divini Redemptoris*⁶³, onde este mostra o temor da igreja com a propagação do comunismo na América Latina, definido como “destruidor” dos preceitos difundidos pela religião.

Na transição da década de 1950 para a década de 1960, a revista passa a dar maior destaque para a presença comunista cada vez mais próxima da América Latina. No texto de Padre Lombardi intitulado: *Um Brado de Alarme Contra o Proselitismo Vermelho*, publicado pela revista na edição de outubro de 1960⁶⁴, há uma alerta em relação a criação pela URSS de uma espécie de “escola comunista” de nome “Universidade da Amizade Entre os Povos”, cujo intuito é preparar professores e profissionais da educação, em especial da Ásia, África e América Latina para atuar em seus próprios países, afim de fazer uma “penetração cultural e ideológica” da doutrina comunista pelo mundo.

Com o agravamento das tensões referentes à Guerra Fria, sobretudo a partir de 1961, em decorrência do alinhamento oficial de Cuba ao socialismo, a *Revista da Arquidiocese*, como mostra Lindsay Borges (2011), deixa transparecer com maior frequência sua opinião sobre assuntos dessa alçada, voltando sua atenção para tratar, mais especificamente, da presença comunista na América Latina e no Brasil. Esta preocupação fica evidente na edição de abril de 1961 na *Mensagem dos Bispos e Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia* na qual evidenciava-se que o comunismo, de fato, *penetrou nas terras da América Latina*. Segundo a mensagem publicada pela *Revista da Arquidiocese*:

Já não há mais dúvidas: o comunismo penetrou nas terras da América Latina, importado da Rússia pela ousadia de um Ditador que, traindo o povo e seus próprios companheiros de Revolução, estabeleceu a tirania do ódio e da morte contra todos os valores fundamentais do homem. Fecharam escolas católicas e jornais democráticos. Silenciaram os microfones da verdade. Foram supressas as liberdades dos cidadãos, enquanto são perseguidos, presos ou fuzilados Líderes Classistas, Intelectuais, Sacerdotes, Estudantes, Operários, todos, enfim, que preferem o cárcere ou a sepultura ao supremo ultraje do aniquilamento do direito de ser livre, do dever de ser cristão⁶⁵.

⁶³ Carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI em 19 de março de 1937 (data da festa de São José na Igreja Católica) acerca da condenação do comunismo ateu.

⁶⁴ LOMBARDI, Paulo Ricardo. Um brado de alarme contra o proselitismo vermelho. *Revista da Arquidiocese*, Goiânia n. 10, p. 55-60, out.1960.

⁶⁵ Mensagem Aos Bispos Prelados da Província Eclesiástica de Goiânia- VI Solidariedade Cristã. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 5, mai. 1961. p 295. In: BORGES, Lindsay. *Memória e Sacralização de D. Fernando*

Se o ano de 1961, marcado pelo advento da oficialização de Cuba ao socialismo, foi tratado tanto pelos Estados Unidos quanto pela Igreja Católica como o divisor de águas da Guerra Fria na América Latina, a mesma postura vale em relação ao Brasil. No entanto, a preocupação da própria Igreja e de D. Fernando com a presença do comunismo no Brasil não se inicia em 1961. Antes deste fato, em 1945, a questão já estava colocada em decorrência do processo da redemocratização do Brasil que acabou permitindo que o PCB fosse, mais uma vez, retirado da ilegalidade ao fim da fase ditatorial do governo Vargas. Com sua volta a legalidade, o partido passou a se articular em todo país em torno de movimentos operários, camponeses e estudantis participando em Goiás de maneira bem ativa (DAYRELL, 1984). Tanto que em 1959, o anúncio da visita de Luiz Carlos Prestes, líder do PCB, à Goiânia gerou um enorme desconforto aos membros da Arquidiocese. A atitude de Dom Fernando em resposta a este evento foi imediata. No artigo publicado pela *Revista da Arquidiocese: Vitória do Bom Senso e da Liberdade*⁶⁶ fica evidente o apoio à atitude de veemente repúdio por parte dos vereadores de Goiânia e deputados estaduais em relação à visita de Prestes à capital. Em votação realizada na Câmara Municipal e na Assembleia Legislativa, a pedido do próprio D. Fernando, decidiu-se pelo voto de protesto, culminando com a não recepção de Prestes.

Um dado interessante no episódio da mal fadada visita de Prestes está no poder político que Dom Fernando exercia em Goiânia. Imediatamente após o anúncio oficial da visita, o mesmo convocou os católicos de todo o Estado a pressionarem os vereadores e deputados com cartas de repúdio à presença de Prestes (BORGES, 2007). A atitude se converteu em sucesso, pois a decisão dos parlamentares foi favorável à causa de D. Fernando. O poder de persuasão do arcebispo prosseguiu forte ao longo da década de 1960 e sua interferência na política só ampliava à medida que os eventos da Guerra Fria tornavam o “clima” político mundial cada vez mais tenso.

Embora o conteúdo da revista não deixasse de atender a sua função inicial, isto é, temas relacionados aos programas da Igreja, 1961 marca, também, a intensificação por parte da revista da publicação de matérias de opinião a respeito da política interna brasileira e acerca

Gomes dos Santos: O Arcebispo da Providência. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

⁶⁶ Vitória do Bom Senso e da Liberdade. *Revista da Arquidiocese*. Goiânia, n. 4/5, p. 31-39, abr/mai 1959. In: BORGES, Lindsay. *Memória e Sacralização de D. Fernando Gomes dos Santos: O Arcebispo da Providência*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

das eleições nacionais que ocorreriam em 1962. Além de passar ao público leitor que a presença comunista no Brasil era real, matérias de cunho político nacional passam a ser publicadas com mais frequência. Em decorrência deste fato, a revista passou a designar uma sessão específica para a abordagem desta pauta, a sessão: *Pelo Brasil e Pelo Mundo*.

Publicada constantemente durante as edições mensais dos anos de 1961 e 1962, a sessão *Pelo Brasil e Pelo Mundo* trazia as principais notícias políticas da Guerra Fria no âmbito internacional e da política interna brasileira, contendo comentários acerca da posição da Igreja referente a estes temas. Na edição de abril de 1961, na sessão *Pelo Brasil e Pelo Mundo*, a Revista da Arquidiocese trouxe o pronunciamento integral do presidente John Kennedy feito na Casa Branca em 13 de março de 1961 durante a recepção aos representantes da América Latina. No pronunciamento em questão, o presidente Kennedy afirma a existência de uma “história comum que une o continente”, história esta pautada na luta contra a opressão colonial arbitrária e exploratória. Através da justificativa deste elemento comum, Kennedy tenta criar um sentimento de unidade frente a todos os povos do continente. A partir desta fala, o presidente convoca toda a América, como uma a só, a se unir contra outro inimigo que assola os países latino-americanos impedindo seu sucesso definitivo: a pobreza e a fome.

Na segunda parte do discurso, Kennedy anuncia o lançamento do programa Aliança Para o Progresso, apresentando o mesmo como a principal solução para a resolução destes problemas mencionados. Por melhor que fossem as intenções da Aliança Para o Progresso, e de fato o programa contribuiu para melhoria das condições de vida de muitas famílias, não podemos esquecer do contexto político que sustentava a existência do programa. Neste sentido, a ideia de Kennedy ao lançar este ambicioso projeto de suporte financeiro aos países latino americanos esteve vinculado, muito mais, em promover uma política de união dos países latino americanos em torno dos Estados Unidos para que o comunismo pudesse ser erradicado, do que propriamente para satisfazer um espírito filantropo do governo norte-americano.⁶⁷

Neste sentido, podemos afirmar que o apoio da Igreja em relação a John Kennedy se dá por dois motivos. O primeiro, pelo fato da Aliança Para o Progresso atuar diretamente sob o aspecto social (erradicar a pobreza e a fome), área em que a Igreja Católica sempre atuou de

⁶⁷ A discussão mais profunda a respeito das intenções da Aliança para o Progresso, bem como a descrição mais detalhada de como funcionava o programa já foram abordados no capítulo I.

maneira contundente. Segundo, em decorrência do inimigo comum que se fazia presente: o comunismo. Estes fatores justificam a grande admiração que a imprensa católica em Goiás, em especial a *Revista da Arquidiocese* e do jornal *Brasil Central*, demonstrava em relação ao presidente norte-americano. Seus pronunciamentos e elogios a sua figura política, foram presença constante nos veículos em questão durante os anos em que esteve no comando dos Estados Unidos.

Nos meses que se seguiram, em outras edições, o posicionamento político da *Revista da Arquidiocese* pode ser evidenciado. Em 16 de novembro de 1961, a revista traz em sua edição um editorial publicado no Jornal do Brasil demonstrando sua consternação em relação ao governo brasileiro frente aos países do bloco comunista. Nesta publicação, a crítica parte, especificamente, do fato do governo, segundo a coluna: “se dar ao luxo de estabelecer relações diplomáticas com o comunismo internacional, em uma hora em que a União Soviética não esconde seus objetivos imperialistas sobre a América Latina”. A matéria faz questão de reforçar ainda mais o discurso de associação de João Goulart ao comunismo, como fica claro no artigo intitulado *A Mala Diplomática*:

Estamos diante de um fato consumado. O governo brasileiro deu mais um passo em direção à Moscou. Não só reconhece o governo comunista, totalitário, anti-humano e anti-cristão; não só mantém relações comerciais com o bloco soviético, sem nenhuma vantagem econômica para o nosso país, agora resolve firmar relações diplomáticas com a URSS, oferecendo-lhes regalias e facilidades oficiais para que o comunismo, sem maiores obstáculos, possa enviar-nos seus agentes com farta propaganda subversiva para minar, ainda mais, os alicerces da nacionalidade⁶⁸.

Seguindo a mesma linha da coluna reproduzida acima, regularmente, a *Revista da Arquidiocese* publicava matérias com o intuito de criar uma paranoia em seu público leitor quanto à presença comunista no país. As situações em que a suposta presença se evidenciava, eram as mais diversas, sendo, em alguns casos, apresentadas de forma literalmente parcial e, em outros, não contendo análises muito profundas por parte dos editores da revista. Fatos que podem ser evidenciados a partir de dois casos publicados. O primeiro, a denúncia feita pelo almirante Penna Botto, publicado na Editora *Vozes de Petrópolis*. O segundo, a respeito da atuação comunista nas escolas brasileiras.

⁶⁸ A Mala Diplomática. Revista da Arquidiocese. Goiânia, nov.1961. p. 50.

No primeiro caso, a Revista da Arquidiocese reproduz o discurso em que o almirante afirma ter interceptado documentos que continham planos reais de comunistas para dominar o país através da cooptação das organizações operárias, estudantis e militares.⁶⁹ No caso em questão, a revista apenas se detém a comunicar a respeito das afirmações do almirante, não detalhando o teor do documento ou as possíveis inverdades que este pudesse conter. No segundo caso, na coluna intitulada *Tietes Comunistas Querem Subverter a Nossa Infância*, a revista fala a respeito da infiltração comunista presente nas escolas brasileiras, influenciando jovens entre 12 e 13 anos através de materiais didáticos fornecidos pela Editora Brasiliense. Segundo a revista, o conteúdo subversivo continha: “apologia à luta de classes, enaltecimento de Cuba e incentivo às reformas sociais pela violência”⁷⁰.

A oposição explícita presente nos artigos em relação ao comunismo não era uma novidade da *Revista da Arquidiocese*. Seu posicionamento político seguia, abertamente a risca, as recomendações da Igreja firmadas pelo *Divini Redemptoris*. No entanto, o que de fato se mostra inovador e ao mesmo tempo incomum, era a interferência política exercida durante o ano eleitoral de 1962. Naquele ano, Goiás já contava com a presença constante do IBAD/ADEP no estado. Em virtude da compatibilidade de ideais partilhadas entre o complexo e a Igreja Católica em relação ao comunismo, a arquidiocese de Goiânia procurou se vincular ao IBAD a fim de somar forças em prol do objetivo comum: erradicar o comunismo do estado, contribuindo para que o mesmo não acontecesse no restante do Brasil. Logo, o primeiro passo para garantir o sucesso desta empreitada, passava pelo processo eleitoral de 1962. Por este motivo, os veículos de comunicação católicos passaram a apoiar candidatos de oposição ao presidente João Goulart no pleito. Neste contexto surge a ALEF (Aliança Eleitoral Pela Família), uma espécie de braço político da Igreja Católica.

A ALEF foi criada com o intuito de substituir à Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada na década de 1920 pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, e que atuou diretamente nas eleições de 1933 para a Assembleia Nacional Constituinte. Com representatividade em diversos estados brasileiros, (Bahia, Guanabara, São Paulo e Goiás) a ALEF em Goiás seguia uma forma de atuação padronizada, agindo com o intuito de mobilizar o eleitorado católico a promover candidatos preocupados em defender os pontos fundamentais

⁶⁹ Tietes Comunistas Querem Subverter a Nossa Infância. Revista da Arquidiocese. Goiânia p. 59

⁷⁰ Idem p. 296.

da doutrina e estrutura familiar social cristã. Desta forma, a ALEF estabelecia uma espécie de pacto eleitoral entre os seus filiados (eleitores), os partidos e os candidatos. Ou seja, sua função consistia em orientar o eleitorado católico a escolher os candidatos designados pela Igreja, rechaçando, desta forma, aqueles candidatos que esta considerava ter inclinação comunista (KORNIS, 2017). Em Goiás, a *Revista da Arquidiocese* e o jornal *Brasil Central*, ambos pertencentes à Arquidiocese de Goiânia, se tornariam grandes porta-vozes da ALEF.

Desde sua fundação a *Revista da Arquidiocese* ofereceu apoio à ALEF, fato que pudemos evidenciar ao analisarmos a edição de julho e agosto de 1962, mais precisamente na coluna intitulada: *Manifesto da Aliança Eleitoral Pela Família*⁷¹. Nesta coluna, a *Revista da Arquidiocese* fez aos leitores o comunicado a respeito da fundação da ALEF, levando ao conhecimento de seu público os princípios defendidos pela própria *Aliança*, tais como: defesa da propriedade privada, dos direitos trabalhistas do cidadão, justiça salarial e orientação política. Sendo esse último, o aspecto mais enfatizado pela matéria. Segundo a revista, o objetivo principal da ALEF era promover uma reforma na concepção política em Goiás. Para dar início ao seu projeto, a *Revista da Arquidiocese* convoca todas as legendas partidárias do estado a apresentarem ao povo seus “melhores” candidatos. A julgar pela concepção ideológica cristã que prevalece nesta organização, podemos interpretar que os candidatos apontados como os “melhores” pela revista, correspondiam àqueles que tivessem um posicionamento compatível com a ideologia política católica, traduzidas, evidentemente, pelo repúdio ao comunismo e pela oposição às propostas de abertura diplomática com os países parceiros da URSS, amplamente defendidos pelo governo João Goulart.

Alguns veículos de imprensa que não possuíam vinculação de nenhuma natureza com o IBAD, caso do *5 de Março*, se opuseram às pretensões declaradamente políticas de um setor da Igreja Católica em Goiás. Podemos notar este fato através da análise de uma coluna publicada no próprio jornal na edição do dia 7 de outubro de 1962. As críticas partem diretamente em relação ao engajamento da ALEF com as eleições de 1962. Segundo o jornal:

No Brasil vivemos uma época de inversão de valores tão grande que até a religião serve de trampolim, serve de armadilha e se presta a jogos de certas pessoas, que trairiam até o próprio Cristo- caso ele voltasse para uma nova redenção da humanidade.

⁷¹ Manifesto da Aliança Eleitoral Pela Família. Revista da Arquidiocese. Goiânia, jul/ago. 1961

Surgiu a famigerada Aliança Eleitoral Pela Família e esse foi entregue a um grupo, sabiamente comprometido. Este grupo fez o apregoado leilão de vagas celestes-vendendo lotes no céu e se esquecendo que o Cristo, do Evangelho era e é um dos humildes, era e é das meretrizes, era e é dos doentes. ‘Os sãos não precisam de médico’.

[...] Indicou para o povo dos nomes que o Instituto Brasileiro de Ação Democrática indicaria. Cópia fiel, sem critério e moral, eu perguntaria: o Anísio Rocha?

[...] De qual eleitorado dispõe a Aliança Eleitoral? Do povo? De católicos conscientes? Ou só de carolas que nunca leram o evangelho, ou o que é pior, nunca o colocaram em prática.

Não há de ser nada, continuaremos com nossa consciência e continuaremos cristãos, por que a religião não é propriedade privada de grupos bajuladores. [...] os conscientes e os que não precisam de tele guiados e pensam em um Brasil sem exploração internacional, todos estes saberão escolher seus candidatos diante da pátria e diante de Deus [...] (Cinco de Março, 7/10/1962).

Nesta coluna, além da forte crítica realizada pelo jornal a membros específicos da Igreja Católica em Goiás, há uma parte da coluna, em especial, que merece destaque. O que nos chama mais atenção é a acusação do *5 de Março* ao fato da Aliança Eleitoral Pela Família (ALEF) ter se associado ao IBAD, mencionado na parte em que jornal se refere ao instituto como: “um grupo sabiamente comprometido”. Embora o *5 de Março* tenha suas razões políticas para ter publicado estas graves acusações, uma vez que também indicou candidatos de sua preferência, a ligação entre Instituto Brasileiro de Ação Democrática e a Igreja Católica em Goiás foi apontada em estudo realizado na década de 1980 pelo jornalista uruguaio René Armand Dreifuss sobre o complexo IPES/IBAD.

Nesta obra clássica, *1964: A Conquista do Estado*, Dreifuss afirma que o IPES, no ano de 1962, convocou seus jornalistas a realizarem entrevistas em todo o país com o intuito de selecionar membros de renome nacional para fazer parte do instituto. Neste questionário realizado pelo IPES, segundo Dreifuss (1981), as perguntas se refeririam à “Aliança para o Progresso, educação e *O que você pensa sobre uma posição de centro ?*” Os jornalistas vinculados ao IPES também procuravam engajar os jornais a que eram ligados, a fim de propiciarem a cobertura dos eventos e a necessária ressonância. Com esse projeto, o IPES esperava contar com importantes políticos e membros da igreja como: Dom Helder Câmara (Bispo do Rio de Janeiro), Dom Vicente Scherer (Arcebispo de Porto Alegre), Dom Fernando Gomes dos Santos (Arcebispo de Goiânia), Dom José Távora (Bispo de Aracaju) e padre

D'Ávila (vice-reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) (DREIFUSS, 1981).

Como nos mostra Dreifuss, o nome de Dom Fernando Gomes dos Santos estava listado como uma das prioridades do IBAD para ser integrado ao instituto, haja vista sua responsabilidade frente à coordenação da arquidiocese de Goiânia durante o período. Fortemente engajado nos assuntos políticos, teve o arcebispo fundamental importância no combate ao comunismo no estado, se utilizando, principalmente, de seu poder através da imprensa.

Outro aspecto do governo Jango que a *Revista da Arquidiocese* criticava duramente era a questão da reforma agrária no Brasil. É válido ressaltar que o próprio D. Fernando, com o intuito de dar uma solução alternativa ao comunismo, distribuiu terras pertencentes à Arquidiocese de Goiânia para a realização de uma reforma agrária controlada pela Igreja⁷² (BORGES, 2011). A Igreja católica não se opunha ao projeto de implantação de uma reforma no campo que viesse atender as demandas dos trabalhadores rurais mais carentes. No entanto, sua crítica se colocava em relação à forma como esse projeto seria conduzido. Seu maior temor era que a reforma agrária fosse realizada pelo governo dentro de um modelo comunista, algo que a revista sempre enfatizava.

O exemplo desta preocupação parte do grupo de editores da revista e pode ser percebido na coluna intitulada *Frente Agrária: movimento nacional católico no campo- Hostilizado a FA Gaúcha pelo governador Brizola*. Nesta matéria, são levadas ao público goiano as palavras de Leonel Brizola, um dos principais aliados de João Goulart na gestão de seu governo. Apresentadas de maneira hostil em relação a Frente Agrária Gaúcha (movimento camponês de filiação católica favorável à reforma agrária no Brasil), a revista afirma que Brizola: “atuando no sentido obscurecer o seu arbitrário movimento de sem terras, resolveu caluniar o movimento da igreja”.⁷³ A *Revista da Arquidiocese* culpa, ainda, o governador do Rio Grande do Sul de estar incitando a população brasileira a ir contra a FAG, justificando através das afirmações de que o movimento cristão, em breve: “constituirá uma força

⁷² Segundo Borges (2011) As terras doadas foram as da fazenda Nossa Senhora da Conceição, situada no município de Corumbá. “Dom Fernando se entusiasmou com o plano elaborado por Dom Hélder Câmara para que se aproveitassem terras pertencentes às dioceses com a finalidade de reforma agrária de inspiração cristã, que servissem de modelo nas várias regiões do país (BORGES, 2011, p.63).

⁷³ *Frente Agrária: movimento nacional católico no campo- Hostilizado a FA Gaúcha pelo governador Brizola* Revista da Arquidiocese. Goiânia. 1961. p. 126.

avassaladora que tomará rumos que entraram em desacordo com a realidade e a tradição do país”⁷⁴.

Para reforçar o argumento de que o plano de reforma agrária nos moldes defendidos pelo governo são exemplos de políticas comunistas fadadas ao fracasso, na mesma página, a revista seleciona outra matéria: *Fidel confessa fracasso agrícola- Cuba, Ilha da Fome*, demonstrando nessa reportagem os males que a crise de alimentos estava gerando na ilha caribenha. Segundo a revista:

As notícias reveladas a [sic] muito pelos fugitivos da ilha, são agora confirmadas pelo próprio Fidel ao anunciar novos planos de racionamento, desta vez abrangendo feijão, arroz e matérias graxas. ‘Mataram a produção em Cuba’- comentam os jornais. Os métodos de coletivização, destruíram o estímulo à propriedade privada⁷⁵.

As notícias que demonstravam o caos político e econômico vivenciados por Cuba e China se seguiram de maneira intensa durante todo o ano de 1962. Para além dessas questões, a revista enfatizava, ainda, o aspecto autoritário dos regimes comunistas, divulgando constantemente a perseguição, prisão, expulsão e tortura de fiéis e membros do clero católico nos respectivos países.

O combate ao comunismo seguiu intenso nas edições da revista ao longo de toda a década de 1960. Porém, a revista não foi a única ferramenta utilizada por D. Fernando no combate ao comunismo em Goiás. Além dos investimentos realizados pela arquidiocese para garantir sua circulação mensal, outros dois veículos de comunicação católicos atuaram em paralelo ao IBAD no estado: a Rádio Difusora e o jornal *Brasil Central*, este último reativado pela arquidiocese de Goiânia em 1957 a pedido do próprio D. Fernando.

Antigo e importante jornal católico goiano, o *Brasil Central*, durante a segunda fase em que esteve em funcionamento (1957-1964), se notabilizou por um intenso engajamento político, perceptível constantemente em suas edições. O *Brasil Central* circulou ativamente na capital goiana, mas era principalmente no interior do estado, que sua tiragem era maior.

⁷⁴ Idem, p. 126.

⁷⁵ Fidel confessa fracasso agrícola- Cuba, Ilha da Fome. Revista da Arquidiocese. Goiânia, jul/ago. 1962. p. 126.

3.3 Jornal *Brasil Central*

A origem do jornal *Brasil Central* se remete a década de 1930, período que causara grande preocupação para o clero goiano, fruto das tensões geradas pelo surgimento de três frentes que ameaçavam se estabelecer de forma expressiva em todo o país: o espiritismo, a maçonaria e o comunismo (ULHOA, 2012). Em decorrência deste fato, a Igreja buscou combater tais ideologias através da ampliação e diversificação dos seus veículos de informação. Além dos tradicionais boletins e revistas religiosas, a Igreja em Goiás procurou investir em um periódico de cunho jornalístico. Seu objetivo era ampliar seu público leitor, atingindo uma camada menos participativa da Igreja da sociedade goiana. Este novo modelo traria maior credibilidade à difusão das ideologias cristãs, as deixando de maneira menos explícitas para o público menos engajado com as causas da Igreja. Sob esta nova concepção doutrinária surge o jornal *Brasil Central*, principal jornal católico do estado, inaugurado na Cidade de Goiás em 1931, pelo bispo dom Emanuel Gomes de Oliveira (ULHOA, 2012).

Após um longo período desativado, nos anos sessenta, sob a gestão de D. Fernando na Arquidiocese de Goiânia, o jornal *Brasil Central* volta a circular de forma ainda mais intensa, se comparado à sua primeira fase. Nesta nova etapa, o jornal contou com incentivos financeiros maiores, chegando a competir com os grandes periódicos do estado na época, a exemplo do *O Popular*, *Cinco de Março* e *o Folha de Goyaz*. Circulando diariamente, o jornal *Brasil Central* seguia um padrão jornalístico bem definido, semelhante aos demais periódicos da época (BORGES, 2011). Tanto D. Fernando como seu editor chefe, afirmavam que o *Brasil Central* se destacava dos demais por carregar consigo, além da evidente concepção católica, um compromisso jornalístico autêntico. Por este motivo não se veiculavam no periódico apenas notícias a respeito da Arquidiocese ou das demais instituições católicas, mas sim, matérias esportivas, notícias da política nacional e internacional, economia, mercado e trabalho.

Por mais que o modelo de jornalismo político caracterizasse a estrutura textual do jornal, este não abandonara suas origens. A própria Arquidiocese, sob a voz de D. Fernando, afirmou que a reativação do jornal *Brasil Central* se dera com o intuito de veicular “uma categoria de notícias e uma visão de mundo voltada para a doutrina católica, respeitando sua linha rígida e segura.” (BORGES, 2011, p.27). Neste sentido, a proposta do periódico era

trazer ao público leitor a opinião da igreja acerca dos acontecimentos políticos de âmbito nacional e internacional que estivessem relacionadas ao contexto da Guerra Fria.

Diante deste fato, se torna evidente, sobretudo nas edições da década de sessenta, um forte teor propagandista anticomunista vinculado ao periódico, claramente expressando a postura católica frente ao tema. Notícias que mostravam o fracasso financeiro e social gerado pelo por este sistema, a autoridade e insensatez do regime soviético, bem como suas campanhas expansionistas, estiveram presentes em quase todas as edições ao longo desta década.

Na edição do dia 12 de agosto de 1962 a reportagem intitulada *A Experiência Iugoslava* deixa claro ao leitor a mensagem de fracasso que o sistema comunista imputara aos países que o aderiram. Tomando o exemplo da Iugoslávia, um dos principais estados comunistas aliados à União Soviética, o jornal procura mostrar ao leitor que o caos político vivido pelo país sob o comando do presidente Josip Broz Tito, acabara por resultar em uma catástrofe econômica gradual. A principal crítica desta matéria se dá em relação à política socialista de fixação do salário dos operários e dos constantes ajustes de remuneração. Segundo a reportagem, esta forma de condução específica, praticada pela política de fixação, trouxeram prejuízos incalculáveis às fábricas iugoslavas. Para reforçar os argumentos, alguns dados estatísticos são apresentados:

Com isso obtiveram ele péssimo [sic] resultados em 1961: o volume de produção industrial aumentou 7%, a produtividade em 2%, enquanto os salários subiram 22%. Não é preciso acrescentar muita coisa para se ver como vai a pátria de Tito”.⁷⁶

Além de produzir ou, em alguns casos, apenas reproduzir notícias de outros periódicos que explicitassem os números negativos alcançados pelo modelo econômico de estatização comunista, o jornal *Brasil Central* reforçava, ainda, o fato de que tal modelo político representava uma ameaça real que já se fazia presente de forma triunfante em diversos países da América Latina e que, cada vez mais, se próxima do Brasil. Tal estratégia era utilizada pelo periódico quase que cotidianamente frente ao seu público leitor.

Em matéria publicada no dia 12/08/1962 o *Brasil Central* reproduz uma matéria que fora publicada pelo jornal peruano *La Prensa*. Na notícia em questão, o jornal acusa

⁷⁶ A Experiência Iugoslava. *Brasil Central*. Goiânia, 12, ago. 1962. p. 3.

diretamente os comunistas de estarem planejando uma *Conspiração Para Envolver os Sindicatos Livres da América Latina* (matéria intitulada desta forma). Segundo o *La Prensa*, os comunistas do Peru, sob a justificativa de reorganizar as Confederações de Trabalhadores Peruanos (CTPs), estariam orientando o referido sindicato a ficar à disposição das ordens de Moscou e Havana, fato que poderia ser perigoso ao país e para o continente, pois traria para o lado soviético uma importante força popular. Embora não estabelecesse de maneira explícita o paralelo com o Brasil, a reprodução de tal matéria tem o intuito de alertar os leitores do jornal que o comunismo se alastrava pela classe trabalhadora de um país, geograficamente muito próximo ao Brasil.

Outras colunas que repudiavam o comunismo de maneira mais enfática puderam ser identificadas com bastante frequência entre as páginas do periódico durante o ano de 1962. Em muitas delas, a crítica em relação ao comunismo se dava pela forma em que os colunistas do jornal procuram explicar aos leitores o que de fato era o modelo político comunista. Tal exemplo pode ser evidenciado em: *O Comunismo*, coluna publicada por Marília Silva Manatta na edição de 4 de março de 1962:

O COMUNISMO

O que é o comunismo?

Comunismo é uma seita, é um sistema, é um monopólio é uma forma de governo. Não é o céu, o solo, o povo, a consciência, o lar, o berço dos filhos. Mas sim, é o túmulo onde jaz a honra deste sublime sentimento- “A LIBERDADE” (MANATTA, 1962, p. 02).

Embora fossem frequentes as reportagens publicadas no jornal designadas a ataques contra a União Soviética ou ao modelo comunista, o *Brasil Central* não apelava apenas para este tipo de estratégia. Matérias que apoiavam o lado oposto da Guerra Fria, representadas sob forma de enaltecimento à figura política e pessoal do grande ícone do bloco capitalista do período: John Kennedy, tornaram-se marca registrada do jornal.

Em 1962 o *Brasil Central* lançou uma espécie série, intitulada: *Histórias Verdadeiras*. Publicadas em forma de capítulos, localizadas sempre nas últimas páginas do jornal, a série mostrava alguns eventos vivenciados por John Kennedy antes de assumir a presidência dos Estados Unidos. Contados de maneira exaltada, estes eventos eram narrados em forma de romance, deixando transparecer claramente a intenção de representar a imagem de Kennedy de maneira heroica. Alguns capítulos, como o da edição do dia 20 de maio de 1962, retratava

suas experiências em campo de batalha a serviço da marinha norte-americana durante a Segunda Guerra Mundial. Outros retratavam importantes eventos de sua trajetória acadêmica, com ênfase na época em que ele era um estudante universitário em Harvard. Aspectos de sua vida particular também foram explorados pelo *Brasil Central*, como o dia em que conheceu sua esposa, a primeira dama dos Estados Unidos durante seu mandato, Jacqueline Kennedy. Narradas em uma linguagem simples e atraente, a série *História Verdadeiras* foi criada com o intuito de despertar no público leitor uma empatia imediata pelo presidente norte-americano. Se o carisma natural de Kennedy já funcionava como um forte elemento que contribuiu imensamente para a obtenção de tal feito, o jornal buscava potencializar este fator ao retratar aspectos pessoais da vida de Kennedy. A ideia era criar uma forte identificação com os leitores através da representação do presidente de forma mais humanizada.

Se os aspectos da vida particular de Kennedy eram transmitidos pelo jornal *Brasil Central* de forma positiva, a mesma premissa se repetia quanto à divulgação de suas ações no campo da política externa. E neste segundo aspecto se encontra a justificativa para a existência de uma postura de tanta cumplicidade dos veículos católicos em relação ao presidente norte-americano: o programa Aliança Para o Progresso. Muitas foram as matérias que retratam com exaltação os benefícios que este programa, criado em seu governo, trouxeram para o continente. Na edição do dia 22 de julho, intitulada: *Aliança Para o Progresso é Uma Resposta ao Repto Comunista*, essa intenção fica evidente ao repassar ao leitor a mensagem do novo embaixador da Costa Rica em Washington, o Sr. Gonzalo Frácio Segrada. Após visita ao presidente Kennedy nos Estados Unidos, o jornal destaca os elogios de Segrada em relação às benfeitorias da Aliança Para o Progresso em seu país e como a mesma “está combatendo de maneira eficiente o comunismo para amenizar os efeitos da pobreza na Costa Rica”⁷⁷.

Em relação ao Brasil, o comprometimento do *Brasil Central* frente às discussões referentes à política interna se intensificavam à medida que as eleições de 1962 se aproximavam. Este é um fato importante, pois marca a inauguração de uma nova fase no periódico. As matérias que remetem ao suporte a John Kennedy, ataques a URSS e a presença constante do comunismo na América Latina não são deixadas de lado pelo jornal, mas cedem mais espaço para matérias que se referem aos aspectos internos da política brasileira,

⁷⁷ .Aliança Para o Progresso é Uma Resposta ao Repto Comunista. *Brasil Central*. Goiânia. 22 jun. 1962.

concentradas, principalmente, sob a forma de ataques constates à figura de João Goulart. Tanto o presidente brasileiro, quanto membros de sua base aliada, principalmente o ministro da fazenda, Sr. San Thiago Dantas⁷⁸, citado em várias colunas de maneira depreciativa com a intenção de sujar a imagem do ministro frente ao público, foram acusados de “estimular o comunismo” no país através da incitação de greves.

Outros dois aspectos que acabaram por marcar fortemente as características desta nova fase do *Brasil Central*, merecem destaque. O primeiro se dá em relação à forma explícita com que o jornal expôs, pela primeira vez em suas edições, sua simpatia frente a algumas pautas adotadas pelo IBAD. Tal postura fica evidente durante a edição publicada em 19 de agosto de 1962, quando o jornal atribuiu ao plano de reforma agrária apresentado pelo IBAD como a “solução verdadeiramente cristã” para solucionar o problema de terras no Brasil. A publicação em questão funcionou como forma de um comunicado em que o jornal Brasil Central convida os seus leitores a adquirir o livro do IBAD que tratava a respeito deste tema:

Recomendações Sobre Reforma Agrária.

Já se encontra à venda em Goiânia o livro “Recomendações Sobre Reforma Agrária”, uma edição do IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

Se você quer conhecer a solução verdadeiramente cristã e por isso verdadeiramente democrática para o problema da terra no Brasil, não deixe de ler: “Recomendações Sobre Reforma Agrária”, que é encontrado nas seguintes livrarias:

Livraria Enciclopédia Lisita- Rua 4, nº 40.

Livraria Nacional- Avenida Anhanguera, 122.

Papel Gráfica Imperial- Rua 3, nº 67.

Livraria Araguaia- Rua 4, nº 24 B.

J. Câmara & Irmãos- Avenida Goiás, 31.

Embora esteja apresentada de maneira sucinta, a publicação acima nos chama a atenção para um dado inédito na história do *Brasil Central*. Dentre todas as edições analisadas, esta foi a única em que o jornal se referiu diretamente ao IBAD. Neste caso específico, a demonstração de que a Igreja confiava nos planos de reforma agrária nos termos propostos pelo IBAD nos dá margem para a construção de uma conclusão que problematiza

⁷⁸ San Thiago Dantas foi advogado e deputado federal, eleito pelo PTB em 1958. Durante o governo João Goulart, fora nomeado pelo presidente como ministro da fazenda entre 1962 e 1963.

as causas desta aliança: A associação da Arquidiocese de Goiânia ao IBAD ocorreu, apenas, em virtude da semelhança existente entre seus objetivos no estado. Caso contrário, por maiores que fossem os recursos financeiros despejados pelo IBAD à Igreja, esta, jamais, aceitaria apoiar o instituto. A relação entre ambas não se deu de forma hierárquica, pois uma jamais esteve subordinada a outra. Em decorrência da falta de provas concretas que indiquem a transferência de dinheiro do IBAD diretamente para a Igreja Católica Goiana, podemos concluir, ao que tudo indica, que D. Fernando não atuou diretamente como um “agente” a serviço do IBAD em Goiás, mas sim, como membro da Igreja que viu na existência de um agente externo poderoso (o IBAD), uma força complementar capaz de auxiliar a igreja em seu projeto maior de acabar com a ameaça comunista em Goiás.

O segundo aspecto que marca esta fase do *Brasil Central*, se notabiliza pelo engajamento político do periódico frente aos comunicados da ALEF e do apoio à campanha eleitoral dos candidatos da mesma. Ambos, a partir de maio de 1962, passaram a ganhar mais espaço no jornal. Tamanha fora a importância dada ao processo eleitoral de 1962, que o jornal chegava a publicar, quase que cotidianamente, os comunicados da aliança. Presente em todas as edições do periódico nesta fase, as sessões da ALEF ficavam encarregadas de explicitar o posicionamento do jornal à respeito das principais notícias referentes à política interna brasileira. Além disso, a própria sessão ficava responsável por alertar de forma mais contundente sobre a presença comunista no Brasil e como lidar com este “problema”. Podemos evidenciar tal postura através da análise da edição publicada no dia 2 de dezembro de 1962 -*Trabalhadores Paulistas Aliados Contra o Comunismo*, onde o jornal publica uma matéria a respeito dos protestos de trabalhadores sindicalizados do estado de São Paulo contra a existência de comunistas no Congresso Nacional.

Na mesma coluna, mas localizada em outro tópico, A ALEF através de um apelo junto a Confederação das Famílias Cristãs, pressiona o governo para a tomada de uma atitude imediata:

Apelo da Aliança Eleitoral Pela Família.

A Confederação das Famílias Cristãs distribuiu notícia aos jornais alertando o eleitorado católico. Diz a nota que não havendo providência do nosso governo para coibir abusos, afastando marxistas ou expulsando agentes mercenários estrangeiros, russos ou cubanos fidelistas, é necessário, é imprescindível, é urgente a união dos católicos. Todos os brasileiros devem

tomar posição de sentido e ver como melhor poderão servir a nossa terra momentos graves que atravessamos [sic].

Tal coluna pode ser vista como uma espécie de complemento da primeira matéria. Se na primeira são apresentadas as causas do protesto realizado pelos trabalhadores paulistas, na segunda, o jornal mostra o ultimato dado pelos setores católicos ao governo em prol da tomada de uma postura de retaliação às ideologias marxistas no Brasil.

Em muitas colunas publicadas no *Brasil Central* a ALEP emitia notas afirmando que a única forma de preservar os valores cristãos era por meio da via política, tornando o eleitorado católico ainda mais forte. Vejamos o que foi dito na coluna intitulada *Com a ALEF Salvaremos 450 Anos de Cristianismo no País*:

A Aliança Eleitoral Pela Família Dirige veementemente um apelo a todos os brasileiros de todas as tendências políticas e democráticas, para que se filiem, urgentemente, aos seus quadros, formando a vanguarda cristã em defesa dos superiores interesses do nosso povo.

Brasileiro consciente da gravidade da hora, católico que vive sua fé e zela pela família, pelos interesses de Deus na terra, mãe de família que zela pelos filhos um Brasil melhor, cidadão enjoado com a política e inclinado a não mais ouvir falar em eleições, entrem na igreja mais próxima e informe-se como alistar-se imediatamente na ALEF (Brasil Central, 29/06/1962).

Todos os veículos de imprensa católica em Goiás, sobretudo a *Revista da Arquidiocese* e o jornal *Brasil Central*, funcionavam como os principais porta-vozes da ALEF. A proximidade com as eleições de 1962 trouxeram ao periódico uma enxurrada de comunicados da Aliança Eleitoral Pela Família orientando os fiéis sobre a melhor forma de se votar, justificando a imensa importância que o clérigo católico atribuía ao pleito. A presença comunista no Brasil para os católicos era real, seu estabelecimento no país através da implantação de uma ditadura sob o formato ateu era o principal ponto de divergência da Igreja em relação ao comunismo. A associação dos comunistas com o governo brasileiro, bem como sua tentativa de um golpe de esquerda, foi abordada de forma tão excessiva pelo jornal que o discurso utilizado pela Igreja para que os fiéis escolhessem os candidatos indicados pela ALEF constituía uma espécie de dever moral inerente à condição de cristão. Para reforçar este argumento, a coluna do padre João Botelho faz referência a um momento na história, cuja data não está especificada, em que a presença comunista na Itália tornou-se tão ameaçadora

que o papa Pio XII⁷⁹ (1939-1958) teve de se pronunciar publicamente pedindo aos fieis que utilizassem seu voto durante as eleições nacionais como arma de combate contra o comunismo, caso contrário, estariam constituindo “falta grave diante de Deus” (AUTOS, 1962, p.3)⁸⁰. Vejamos o que diz a coluna em questão publicada no *Brasil Central* na edição do dia 5 de agosto de 1962:

Definimos Nossa Posição

Quando o Papa Pio XII governava a Santa Igreja houve uma eleição na Itália em que os comunistas estavam com muita possibilidade de vitória. O Santo Padre convocou os fiéis à Praça de São Pedro e lhes fez uma alocução que era uma verdadeira ordem para que votassem bem, sob pena de falta grave diante Deus [sic]. Chegou mesmo a autorizar Organizações contemplativas a saírem às ruas para o cumprimento desse dever. Não estamos dizendo isso por causa de nossos adversários que dizem que a Igreja não deve se meter-se [sic] em política, mesmo porque a Igreja dispensa a opinião deles. Estamos dizendo isso por causa da extrema gravidade das próximas eleições de outubro, quando todos os filhos de Deus, que já deram prova de que o são, se para evitar assim o perigo de se implantar ai uma ditadura do ateísmo comunista. Este perigo não foi tão grande como agora, e um cochilo nosso poderá perder-nos.

Todos os eleitores católicos precisam votar em candidatos que sejam católicos verdadeiros. Isto é obrigação de consciência. Ninguém tem o direito de fazer pirracinhas, rasgando títulos, dizendo-se desiludido e outras infantilidades. A hora é muito séria para essas brincadeiras tolinhas.

Assim como é muito justo que uma associação civil qualquer possa ter preferência por este ou aquele candidato, é também muito justo que uma associação religiosa, afim de evitar dispersão que só aproveita os inimigos, concentre sua votação em um determinado elemento bem escolhido e até trabalhar por ele⁸¹.

Ao trazer à tona o discurso de Pio XII, Pe. Botelho tenta alertar o público leitor para a existência no Brasil de uma realidade assustadora que se assemelha a da Itália daquele contexto. A comparação entre os cenários políticos deixa evidente sua intenção: solucionar o problema da presença comunista através do mesmo artifício utilizado pelo Papa. Ou seja: através do processo eleitoral. É notório na coluna que o discurso de convencimento utilizado por Pe. Botelho transcende a questão da moral e incide diretamente sob a questão do pecado. Se pelo discurso do Papa Pio XII, o católico que não escolher os candidatos compatíveis com

⁷⁹ Combatente ferrenho do comunismo, no dia 1 de julho de 1949, através de um decreto publicado pelo Santo Ofício, o Santo Padre ordena a excomunhão automática de todos os católicos que, em obstinação consciente, defendessem abertamente ou colaborassem com organizações de caráter comunista.

⁸⁰ BOTELHO, João. Definimos Nossa Posição. *Brasil Central*. Goiânia, 5 ago. 1962. p. 3.

⁸¹ Idem.

as causas da Igreja naquele momento consistia, acima de tudo, em “falta grave para com Deus”, a mesma falta se faz presente caso os católicos de Goiás não se mobilizarem em prol da causa da Igreja, uma vez que o cenário se repete. Embora Pe. Botelho afirme que a Igreja dispensa a opinião dos críticos, a coluna tem, justamente, o intuito de dar uma resposta à todos aqueles que desaprovam seu grande envolvimento político com as eleições de 1962, se apoiando na explicação de que isto se dá em prol de um bem maior. Por mais que a Igreja não diga exatamente neste momento quem são os candidatos que poderão ajuda-la nesta missão, o fato da ALEF já haver publicado o nome de alguns candidatos de sua confiança para o processo eleitoral de 1962 no Brasil Central em edições anteriores, a exemplo do dia 3 de julho, deixa evidente aos leitores quem eram estes.

Poucos dias após a coluna de Pe. Botelho ser publicada no Brasil Central, os leitores tomaram conhecimento da maioria dos candidatos escolhidos pela ALEF ao longo das edições subsequentes. Entre 3 de julho, data em que a ALEF oficializou o acordo com os primeiros partidos e políticos, e outubro de 1962, os demais candidatos foram sendo gradativamente apresentados aos leitores do Brasil Central. Nos meses em questão, vitais para o processo eleitoral, o jornal passou a funcionar como um verdadeiro palanque de propaganda para os candidatos da ALEF.

3.4 Os candidatos do IBAD em Goiás

O perfil dos candidatos indicados pela ALEF, apoiados também pelo jornal *Brasil Central*, era compatível com o perfil dos candidatos vinculados ao IBAD em todo o Brasil. Ou seja, filiados, em sua maioria, à UDN e PSD, opositores do presidente João Goulart e anticomunistas convictos⁸². Assim como o vespertino carioca *A Noite*, apontado pela CPI do IBAD como receptor de dinheiro de origem ilícita para propagandear a campanha eleitoral de diversos candidatos a vereadores, deputados estaduais e deputados federais em todo território nacional, o jornal *Brasil Central* seguiu pelo mesmo caminho, divulgando de maneira totalmente parcial a rotina que envolvia a campanha de políticos de nome reconhecido no cenário goiano. Dentre eles se destacavam principalmente as figuras: José Peixoto da Silveira

⁸² Em IBAD: Sigla da Corrupção, Dutra (1963) traçou o perfil dos candidatos que aceitaram se vincular ao IBAD. O mesmo notou que suas posições políticas seguiam um padrão comum em diversos estados brasileiros.

(PSD), Anísio Rocha (PSD), José Ludovico de Almeida (coligação PSP, UDN e PDC), José Luiz Bittencourt, José Fleury (UDN), Wagner Campos (PDC) e José Feliciano (senado)⁸³.

Indicados pelo IBAD, os candidatos mencionados acima apareciam com frequência considerável no jornal *Brasil Central*. Para isso, os editores reservavam uma sessão especial no jornal intitulada *Política Dia a Dia*. Nesta sessão, publicada em forma de colunas, o jornal levava ao público as principais informações acerca dos candidatos ao longo de todo o ano eleitoral. Esta coluna ficava encarregada de divulgar, exaustivamente, suas respectivas rotinas de campanha, detalhando minuciosamente cronograma de programação de comícios e visitas realizadas ou a serem realizadas nas cidades do estado de Goiás pelos candidatos em questão.

Um dos nomes de maior destaque, tanto pelo peso na política goiana quanto pelo destaque atribuído pelo *Brasil Central*, era José Peixoto da Silveira. Candidato a deputado federal pelo PSD nas eleições de 1962, Peixoto da Silveira já era um nome conhecido na política do estado. Mineiro de Cristais-MG, antes mesmo de iniciar sua carreira política, transferiu-se para Jaraguá- GO, onde atuava como médico e proprietário agrícola. Em 1946 ingressara na política tornando-se prefeito da cidade. No entanto, não ocupara o posto por muito tempo, pois no ano seguinte, em 1947, abandonou a prefeitura para se mudar para Goiânia, onde assumiu o posto de deputado estadual na assembleia do estado. Como deputado, cumpriu integralmente o mandato, saindo em 1951⁸⁴.

Após 1951, Peixoto da Silveira exerceu, ainda, o cargo de Secretário de Saúde e Assistência de Goiás durante toda a gestão de Pedro Ludovico (1951-1955), participando ativamente da comissão de estudos de localização da nova capital. Em 1955, já no governo de José Ludovico de Almeida (1955-1959), assumiu a Secretaria da Fazenda do estado. Após sua retirada da comissão de estudos no ano de 1956, voltou a ocupar o cargo de secretário de Saúde entre 1959 e 1960, durante o governo de José Feliciano Ferreira (1959-1961). Foi, ainda, secretário de Educação no governo do tenente-coronel Mauro Borges Teixeira entre 1961 e 1962. Em outubro de 1962, atuando pelo PSD, pleiteava pela primeira vez em sua

⁸³ Ao analisar o jornal *Brasil Central*, meu objetivo foi encontrar os candidatos apoiados pela Igreja Católica que, caso eleitos, pudessem fazer oposição às reformas propostas de João Goulart no congresso. Desta forma, me detive em analisar, apenas, os candidatos que pleiteavam os cargos a deputado federal.

⁸⁴ Verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-peixoto-da-silveira>

trajetória política a câmara federal. Eleito, assumiu o posto em janeiro de 1963 permanecendo até o final do ano, cumprindo, assim, seu primeiro e único mandato⁸⁵.

Como empresário agrícola, Peixoto da Silveira tinha motivos pessoais para não admitir a reforma agrária nos termos propostos pelo presidente João Goulart. Filiado ao PSD, (juntamente com a UDN as siglas de maior oposição ao governo), Peixoto da Silveira fora um dos candidatos que recebera apoio de forma mais contundente por parte da ALEF e da imprensa católica, fato que pudemos evidenciar a partir da análise de algumas colunas publicadas no jornal *Brasil Central* durante o ano da eleição.

A primeira coluna em que o *Brasil Central* oferece apoio de maneira explícita a José Peixoto da Silveira foi publicada no dia 20 de maio de 1962 na sessão *Política Dia a Dia*. Nesta coluna específica, o periódico trás em detalhes, para o conhecimento do público, todo o cronograma de campanha do candidato realizado pelo Estado de Goiás. Segundo jornal:

Depois de percorrer diversos municípios da Região de São Patrício, regressou à Goiânia o Sr. José Peixoto da Silveira, candidato a deputado federal. Entre outras, visitou as seguintes cidades: Uruaçu, Ceres, Rialma, Carmo do Rio Verde e Rianápolis. Peixoto da Silveira permanecerá em Goiânia até dia 24 quando viajará para Brasília, onde participará da reunião do conselho da *Novacap*. (*Brasil Central*, 20 de maio de 1962, p.3).

Em outra oportunidade, o nome de Peixoto da Silveira apareceu novamente de forma evidente na edição do dia 5 de agosto de 1962. Nesta coluna publicada na sessão *Política Dia a Dia*, o *Brasil Central* além de chamar a atenção de seus leitores para a evidente organização da campanha eleitoral do candidato, ainda o coloca como um dos favoritos à vitória no pleito de 1962.

Candidato à Deputado Federal, José Peixoto da Silveira desenvolve atividade intensíssima, sendo sua campanha a mais organizada até aqui. Distribuiu por todo interior do Estado uma revista sobre sua vida de homem público e farto material de propaganda. Será um dos candidatos mais votados. (*Brasil Central*, 5 de agosto de 1962, p.3).

Nem sempre os nomes dos candidatos apoiados pelo *Brasil Central* ganhavam destaque em colunas. Para candidatos específicos, o periódico selecionava espaço em algumas

⁸⁵ Verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em:
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-peixoto-da-silveira>.

páginas para expor apenas o nome, partido e o cargo pretendido pelo mesmo, o que frequentemente ocorria com Peixoto da Silveira. Embora seu nome tenha sido vinculado pelo jornal constantemente durante o ano eleitoral, dentre o material disponível, não conseguimos identificar um número muito significativo de colunas a respeito de sua campanha.

Em contrapartida, outros candidatos mencionados no *Brasil Central* receberam maior apoio por parte do periódico, como foi o caso de José Ludovico de Almeida. Goiano de Itaberaí, José Ludovico pertencia a uma das famílias políticas mais tradicionais do estado, sendo este sobrinho de Pedro Ludovico Teixeira e primo de Mauro Borges Teixeira (governador de Goiás naquela conjuntura). Durante o tempo em que os Teixeira estiveram no comando do estado, José Ludovico de Almeida exerceu importantes cargos políticos, como: deputado estadual (1933-1937), Secretário da Fazenda de Goiás (em duas oportunidades, sendo a primeira entre 1940-1945 e a segunda entre 1951-1954) e Governador de Goiás (1955-1959)⁸⁶.

Durante as eleições de 1962, José Ludovico de Almeida concorreu ao cargo de deputado federal pela coligação formada entre PSP, UDN e PDC, passando a receber amplo apoio da arquidiocese para sua campanha⁸⁷. A mobilização da arquidiocese em prol do candidato foi bem intensa, sendo maior do que a feita a outros candidatos se levarmos em conta a frequência com que o jornal produzia colunas a respeito de sua campanha. No fragmento abaixo podemos notar o exemplo de uma delas:

JUCA NÃO PARA.

O Sr. José Ludovico de Almeida desenvolve atualmente incansável trabalho político pelo interior do estado, percorrendo municípios aos quais quer visitar, um a um até o final da campanha, Juca está fundando e reestruturando o diretório do PSP e coordenando as forças eletivas em favor de sua candidatura a deputado federal (Brasil Central. 13/05/1962. p.3).

Além do *Brasil Central*, a própria *Radio Difusora*, dirigida pelos padres redentoristas e de posse da Arquidiocese de Goiânia durante a gestão de Dom Fernando, serviu como ferramenta para potencializar a divulgação de campanha de José Ludovico. Tal mobilização fica evidente neste fragmento publicado no *Brasil Central* na edição de 13 de maio de 1962:

⁸⁶ Verbetes biográficos do CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jose-ludovico-de-almeida>.

⁸⁷ O *Brasil Central*, da mesma forma que anunciara a rotina de campanha de Peixoto da Silveira, fizera com José Ludovico Teixeira (José Ludovico prossegue campanha. Disponível em Jornal *Brasil Central* 13/05/1962, p. 5)

JUCA INTENSIFICA CAMPANHA

O Sr. José Ludovico de Almeida, candidato a deputado federal vem intensificando sua campanha à medida que se aproximam as eleições. Há alguns dias lançou um programa radiofônico na Radio Difusora para a divulgação de suas atividades pré-eleitorais. (Brasil Central. 13/05/1962. p.3).

O papel da Radio Difusora de Goiânia durante o processo eleitoral de 1962 foi, sem sombra de dúvidas, de fundamental importância em decorrência do elevado número de ouvintes católicos cativos presentes no estado, fato que a tornava uma das rádios mais populares da região. A passagem acima, referente à campanha de José Ludovico de Almeida, exemplifica bem o papel da rádio em prol de interesses políticos específicos. No ano eleitoral, o IBAD veiculou à Difusora um programa intitulado *A Semana em Revista*. Programa que analisava os principais eventos políticos do estado, além de promover a campanha dos candidatos apoiados pelo instituto com a aprovação da Igreja. Assim como fazia o *Brasil Central*, os jornais que apoiaram a causa do IBAD e da Arquidiocese de Goiânia, ficavam encarregados de divulgar o programa, informando ao público as datas de transmissão do mesmo e quais candidatos seriam apoiados (BORGES, 1990).

Em sua dissertação de mestrado⁸⁸, Dalva Borges (1990), além de confirmar os nomes de alguns candidatos que foram apoiados pelo IBAD em Goiás, ainda exemplifica como eram abordados os informes de suas respectivas campanhas nos jornais que ao instituto estiveram vinculados. O fragmento abaixo, extraído da dissertação de Borges (1990), corresponde a uma coluna publicada na edição de 6 de abril de 1962 no jornal *O Popular*⁸⁹, desde aquela época, considerado um dos principais jornais do estado. Nesta passagem, *O Popular* trás um anúncio da *Rádio Difusora* convidando os leitores do jornal a acompanharem o programa *Semana em Revista* que iria ao ar pela rádio no dia em que a edição foi publicada:

A Semana em Revista- Radio Difusora- hoje às 21:05 hs. Ouça hoje todas as sextas feiras uma interessante análise dos fatos ocorridos na semana. A semana em Revista, um programa IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Radio Difusora de Goiânia, hoje às 21:05” (BORGES, 1990, p.60).

⁸⁸ Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da UFG intitulada: *1964 em Goiás. O Ovo da Serpente. Militares e Proprietário de Terra na Gestão da Ditadura*.

⁸⁹ Maior jornal de Goiás na atualidade, desde a década de 1960 este jornal já obtinha uma das maiores tiragens do estado. Alegando ausência de funcionários para coordenar sessão onde se encontra o acervo que contém as antigas edições do jornal *O Popular*, não foi possível obter acesso ao material referente à década de 1960, uma vez que a direção do jornal não permite a visita de pesquisadores ao acervo até que o problema seja solucionado.

Por meio da *Rádio Difusora*, pertencente à arquidiocese de Goiânia naquele período, foi possível a confirmação da existência de um programa de cunho eleitoral próprio do IBAD. A passagem acima confirma que, de fato, houve uma efetiva presença do IBAD em Goiás e que o mesmo agia em associação direta com setores específicos da Igreja Católica no estado. Ao reativar a imprensa católica goiana durante a sua gestão frente à arquidiocese, D. Fernando buscou criar um sistema bem articulado de informações, associando a imprensa católica aos maiores jornais goianos do período. Através desta parceria, D. Fernando buscava ampliar o alcance de sua imprensa, atingindo o maior número de pessoas possível.

Seguindo a análise dos demais candidatos apoiados pelo *Brasil Central*, Anísio Rocha⁹⁰ fora outro político a estabelecer uma relação de grande proximidade com a arquidiocese de Goiânia. Sua presença nos comícios organizados pela ALEF ao lado das maiores lideranças católicas do estado, em especial Dom Fernando, fizeram dele um dos principais candidatos da *Aliança* para as eleições de 1962. Sua proximidade com o arcebispo se dera de forma tão intensa que, em algumas oportunidades, Anísio Rocha chegou a discursar para a Rádio Difusora tecendo elogios abertos ao trabalho do arcebispo. Este episódio é relatado pelo *Brasil Central* na edição de 20 de maio de 1962:

ANÍSIO ROCHA FEZ PALESTRA NA DIFUSORA

Atendendo o convite da direção da Radio Difusora o deputado Anísio Rocha proferiu naquela emissora uma conferência sobre a doutrina Social da Igreja, focalizando com precisão o pensamento do último Papa sobre a questão social e analisando sucintamente o trabalho apostólico da Igreja em Goiás com as recentes iniciativas do arcebispo Dom Fernando Gomes dos Santos (Brasil Central. 20/05/1962, p.3).

⁹⁰ Baiano de Palmeira, Anísio Rocha passou a se interessar por questões referentes à política quando era apenas um estudante de graduação na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Durante o curso, tomou parte na campanha pela reconstitucionalização do país no último ano do Estado Novo varguista. No ano em questão, Anísio Rocha fundou o Comitê Universitário Pró-Candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Após graduar-se em Direito, se mudou para Goiás em 1954 onde optou pela filiação ao PSD para concorrer ao posto de deputado federal nas eleições daquele ano. O sucesso no pleito, lhe rendeu uma cadeira em Brasília no ano seguinte, marcando o início oficial de sua trajetória na política. Entre 1954 e 1967, Anísio Rocha era presença constante no Congresso Nacional, vencendo todas as eleições que disputou para o cargo até então. Tornando-se um dos nomes mais importantes da política goiana, durante os anos em que fora deputado federal no governo Jânio Quadros, Rocha fez parte da oposição ao presidente, tendo sido, inclusive, crítico ferrenho da nova política cambial do presidente. Após nova reeleição, impulsionado pelo dinheiro do IBAD na campanha de 1962, Anísio Rocha cumpriu seu último mandato como deputado federal. Em 1964, na metade de seu último mandato, foi um dos articuladores do movimento civil-militar que derrubou João Goulart e instaurou nos anos seguintes a ditadura militar no Brasil. (fonte: Verbetes CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-de-alcantara-rocha>).

Outra estratégia utilizada pelo *Brasil Central* para valorizar a campanha de Anísio Rocha era destacar suas realizações de cunho social. Em algumas oportunidades, o jornal alguns informes destinados aos leitores sobre programas aprovados por Anísio Rocha, com o evidente intuito de demonstrar os dois lados do candidato: o de político profissionalmente competente e ao mesmo tempo, o homem bondoso, preocupado com as mazelas sociais de seu estado. Em 10 de outubro de 1962 através desta coluna, podemos evidenciar esta intenção:

ANÍSIO ROCHA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Fomos informados de que o deputado Anísio Rocha consignou ao Orçamento Federal uma verba de dois milhões de cruzeiros destinadas à Vila dos Pobres, instituição beneficente desta capital. (Brasil Central. 10/06/1962. p.3)

Se o teor de oposição ao governo João Goulart se tornou uma características marcante que figurava como plano de fundo do jornal, isso pode se evidenciar através dos ataques que incidiam de forma direta nas colunas do *Brasil Central* em relação à decisão do presidente quanto à escolha de seus ministros. Em alguns casos, os próprios candidatos apoiados pelo periódico se encarregam de criticar abertamente as decisões de Jango. A coluna a seguir, publicada no *Brasil Central* na edição de 24 de outubro de 1962, traremos um trecho do discurso do deputado Anísio Rocha em relação à nomeação de San Thiago Dantas para o cargo de primeiro ministro:

ANÍSIO ROCHA CONTRA A INDICAÇÃO DE SAN THIAGO.

Discursando na câmara federal, o deputado Anísio Rocha criticou a indicação de San Thiago Dantas para a chefia do gabinete de ministros. Disse o representante goiano que o presidente João Goulart, apontando San Thiago, estava 'jogando uma cartada perigosa para o destino da nação'. (Brasil Central. 24/07/1962, p.3.)

O posicionamento contrário à figura política de San Thiago Dantas por parte de Anísio Rocha era partilhado por todos os aliados do IBAD e dos candidatos da ALEF. Esta postura comum foi plausivelmente justificada, pois o ministro, no decorrer de sua trajetória política, demonstrava ser adepto de uma ideologia política totalmente contrária aos preceitos defendidos pelos grupos em questão. Seguidor da chamada "política externa independente"⁹¹ (PEI)", posicionamento adotado durante seu período como ministro das Relações Exteriores

⁹¹ A PEI (Política Externa Independente) criada por San Thiago Dantas, garantia ao Brasil, em meio ao conturbado cenário, maiores vantagens comerciais ao propor para o país o estabelecimento de relações comerciais com as nações que julgasse mais conveniente, independente de seu alinhamento político.

do governo Jânio Quadros, San Thiago Dantas promoveu uma mudança paradigmática do Brasil em relação à política externa ao buscar a aproximação política e comercial do país com a União Soviética e com os demais países do bloco socialista. Outra característica marcante de San Thiago Dantas em seu período a frente do Ministério da Fazenda, fora sua postura de discordância veemente em relação às atitudes dos Estados Unidos nos assuntos referentes à política externa da Guerra Fria. Em um episódio específico, ocorrido na reunião de chanceleres dos países americanos realizada em janeiro de 1962, em Punta del Este (Uruguai), o ministro brasileiro discordou de forma contundente da posição dos Estados Unidos em expulsar Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁹². Pela primeira vez na história, após o estreitamento de laços entre Brasil e Estados Unidos, fruto da política da boa vizinhança durante a era Vargas, a relação entre ambos os países ficara estremecida.

Em decorrência de tais atitudes, San Thiago Dantas fora um dos membros do governo a receber maiores críticas por parte da oposição. Membros dos maiores partidos no congresso: PSD, UDN e PSP, em especial os que faziam parte da ADP, rechaçaram imediatamente escolha de San Thiago Dantas após anúncio oficial do presidente. Endossando o posicionamento da oposição, o jornal *Brasil Central* na edição do dia 24 de junho de 1962, separou uma coluna que noticiava em um tom bem áspero todo seu repúdio a figura do ministro, bem como o posicionamento contrário dos membros da UDN, PSD e do PSP no congresso à sua escolha para a pasta ministerial.

CLIMA DE AGITAÇÃO E DE PRESSÃO

A mudança no gabinete de ministros, a escolha de seus sucessores, embora seja algo corriqueiro no regime parlamentarista tem dado o que falar e provocada sérias ameaças as instituições democráticas.

Sem procurar consultar a opinião dos brasileiros, querem impingir um candidato para a organização do novo ministério destituído das qualidades exigidas para um posto de alta responsabilidade.

O Sr. San Thiago Dantas desmereceu a consideração da maior parte de seus concidadãos ao tomar atitudes contrárias ao sentimento do povo, deixando se levar pela onda de oportunistas que primam pela confusão e pela política de mão estendida e de real aproximação com adeptos do extremismo rubro.

Ainda bem que homens de bom senso souberam manifestar a sua independência política, colocando os interesses pessoais num plano

⁹² Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001]. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/san_tiago_dantas

secundário e manifestando sua oposição à indicação de um homem que, por todos os títulos, é o menos indicado nas atuais circunstâncias da vida brasileira [...]. (Brasil Central, 24/06/1962, p.3)

De fato, a pressão oferecida por diversos membros do congresso e pela imprensa de oposição ao governo surtiu efeito. João Goulart foi obrigado a recuar, suspendendo o nome de San Thiago Dantas para o cargo de primeiro ministério. No entanto, sua trajetória na política do governo Jango não se encerraria com essa derrota. Dantas retornaria ao ministério no ano seguinte, em 1963, desta vez, para ocupar o Ministro da Fazenda.

O nome de Anísio Rocha no *Brasil Central* não apareceu apenas quando os ataques a Jango e a San Tiago Dantas ocorriam. Assim como os demais candidatos apoiados pelo jornal, sua foto contendo pedidos de voto aos leitores, bem como a exposição de sua rotina de campanha eleitoral, foram expostas de forma constante, de forma a manter o padrão estabelecido pelo *Brasil Central*.

Nem todos os candidatos escolhidos pela ALEF pertenciam ao *hall* dos grandes e tradicionais políticos do estado, como foi o caso de José Ludovico de Almeida, Peixoto da Silveira e Anísio Rocha. Candidatos de pouca expressão neste cenário tiveram seu espaço garantido no *Brasil Central* por demonstrarem grande comprometimento com as causas da Igreja e do IBAD. Um desses candidatos foi José Luís Bittencourt⁹³.

Bittencourt foi um caso a parte dentre os políticos que concorreram às eleições de 1962 por se tratar de uma pessoa de inteira confiança de D. Fernando Gomes dos Santos e Pe. Nelson Geraldo Antonino⁹⁴, principais nomes da Igreja Católica em Goiás. Se compararmos com os todos os outros candidatos vinculados à ALEF, Bittencourt foi, sem dúvidas, o que mais apareceu nos veículos de comunicação da Arquidiocese de Goiânia (jornal *Brasil*

⁹³ Advogado, jornalista, escritor e político, José Luís Bittencourt iniciou sua trajetória política em 1954, após se eleger vereador na cidade de Palmeiras de Goiás. Entre 1955 a 1962 atuou como vereador em Goiânia, ocupando o cargo por dois mandatos consecutivos. Durante as eleições de 1962 concorreu a deputado estadual, não conseguindo se eleger. Entre 1962 e 1966 ocupou o cargo de secretário da Educação e da Administração durante a gestão de Hélio Brito na prefeitura de Goiânia. Durante o regime militar, atuou como vice-governador de Goiás durante o mandato de Irapuan Costa Júnior (1975–1979), onde assumiu o governo interinamente em 1979. Faleceu em setembro de 2008 em decorrência de uma parada cardíaca. (Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Acesso em 9, dez. 2017).

⁹⁴ Em um de seus depoimentos, José Luís Bittencourt afirma que tanto Pe. Nelson como D. Fernando possuíam com ele uma relação de grade amizade, estabelecida durante muitos anos de convivência. Este fato acabou culminando com a ascensão profissional de Bittencourt, pois o mesmo afirma crer que a indicação de D. Fernando para que ele assumisse o posto de diretor-geral da Rádio Difusora se deu, justamente, em razão desta amizade partilhada entre eles. (Difusora de Goiânia: 50 Anos de Evangelização e Promoção de Cidadania. Central de Jornalismo-Rádio Difusora de Goiânia e Missionários Redentoristas. Goiânia. 2007. p. 17).

Central e Revista da Arquidiocese) durante sua candidatura ao cargo de deputado estadual para as eleições de 1962. Sua associação direta com os assuntos da Igreja no estado, sendo este diretor-geral da *Radio Difusora* no início da década de 1960, deram a Bittencourt tal condição. A arquidiocese o via como uma grande aposta para galgar cargos políticos importantes em Goiás, pois se tratava de um membro que convivia diretamente com o círculo dos “poderosos” membros da Igreja no estado, podendo atuar como um agente interno em prol dos interesses políticos da mesma.

Além da função de vereador, cargo que exercera desde 1955, Bittencourt dividia as atenções com a direção da *Radio Difusora*, sendo ele o responsável pela análise e revisão de todo o conteúdo de caráter jornalístico transmitido pela rádio no início da década de 1960. O comprometimento de Bittencourt com os assuntos da arquidiocese era tão grande que ele chegava a passar mais tempo na rádio do que propriamente na câmara municipal. Segundo Bittencourt:

Eu chegava e ficava aqui até às 22h, pois eu olhava tudo o que deveria ser lido no jornal das 21h, com Jorge Abrão. De vez em quando escapuliam algumas coisas e D. Fernando me chamava a atenção. Ele ouvia a rádio a noite e telefonava para tirar satisfação. Mas quando o quadro ficava escurecido eu procurava uma orientação. Quando ele estava no Concílio, Dom Fernando vinha aqui toda a semana. Ele logo cedo aparecia, indagava, perguntava algumas coisas⁹⁵.

Esta fala de Bittencourt também nos revela algo sobre o papel desempenhado por D. Fernando frente aos veículos de comunicação, sobretudo durante este emblemático período que antecedeu às eleições. Mesmo que a tarefa de fiscalizar o conteúdo do *Rádio Difusora* não fosse de sua responsabilidade, o arcebispo a fazia de maneira assídua e com muita frequência. Isso se dava não somente com a rádio, mas com os demais veículos católicos, tendo D. Fernando escrito colunas de conteúdo político tanto na *Revista da Arquidiocese* quanto no jornal *Brasil Central*, onde possuía, em ambos, ativa participação. Tal elemento nos mostra que D. Fernando não atuava apenas como um clérigo convencional. O tempo despendido com assuntos referentes à imprensa católica, além das tarefas básicas que sua posição de arcebispo exigia, revelam que o arcebispo trabalhava intensamente para que a consolidação da Igreja em Goiás na política fosse assegurada. Por ter plena consciência da enorme importância que os veículos de comunicação católicos tinham para o processo

⁹⁵ BITTENCOURT, José Luís. *Difusora de Goiânia: 50 Anos de Evangelização e Promoção de Cidadania. Central de Jornalismo-Rádio Difusora de Goiânia e Missionários Redentoristas*. Goiânia. 2007. p. 33.

eleitoral, D. Fernando trabalhava pesado para tonar deste instrumento a principal forma de promoção da campanha de seus candidatos.

Durante todo o processo eleitoral, Bittencourt apareceu cotidianamente nos meios de comunicação pertencentes à arquidiocese, não só na sessão *Política Dia a Dia* que era direcionada aos candidatos da ALEF no *Brasil Central*, mas também em espaços cuja evidência era maior, como as primeiras páginas do jornal. A cada cidade do interior de Goiás visitada pelo candidato durante a campanha eleitoral, o mesmo levava o nome da ALEF, sendo ele um dos principais responsáveis por difundir em todas as regiões do estado o nome da organização e suas diretrizes. Bittencourt se notabilizava por ser um dos principais porta-vozes da *Aliança* em Goiás, fazendo com que seu nome fosse constantemente evocado pelo *Brasil Central*, tornando-o, claramente, o candidato com maior número de matérias publicadas a respeito de suas realizações durante a campanha.

A medida que as eleições se aproximavam, a agenda de visitas dos candidatos ficava cada vez mais cheia. Informes como este presente abaixo, se tornaram constantes no *Brasil Central*, sendo atualizados para os leitores sempre que Bittencourt visitava uma nova cidade.

CANDIDATO ESTEVE EM MORRINHOS

O Vereador José Luís Bittencourt, candidato a Deputado Estadual, esteve em Morrinhos tratando de assuntos relacionados a sua candidatura. Ontem Bittencourt esteve em Catalão e visitará Goiandira e Cumari⁹⁶.

Além das informações acerca de campanha de José Luís Bittencourt, o *Brasil Central* se utilizou de outra estratégia para promover a campanha o candidato em questão. Através do cargo de vereador exercido por Bittencourt em Goiânia, o jornal produziu algumas reportagens que visavam enaltecer o trabalho desempenhado por ele frente do município com o objetivo de construir uma imagem positiva do candidato perante o público leitor. Um exemplo desta estratégia pode ser notado nesta edição publicada em 29 de julho de 1962:

BITTENCOURT PREOCUPA-SE COM OS BAIRROS.

Avistando-se com o Prefeito Hélio de Brito o vereador José Luiz Bittencourt externou sua preocupação ante sérios problemas sociais para cuja solução deve a prefeitura voltar-se com especial cuidado. Expôs ao chefe do executivo da cidade a situação dos bairros quanto a urgência de soluções

⁹⁶ Candidato Esteve em Morrinhos. *Política Dia a Dia*. *Brasil Central*. Goiânia, 20, ago. 1962. p. 3.

humanas para os problemas habitacionais. Neste sentido será apresentada para pelo vereador Bittencourt série de sugestões ao Município e ao Estado.

Para elogiar as realizações de Bittencourt como vereador de Goiânia, o *Brasil Central* não se utilizou de matérias produzidas somente pela redação do jornal. Por vezes seus editores preferiram apenas reproduzir algumas colunas presentes em outros jornais aliados ao IBAD que apoiavam os mesmos candidatos da ALEF. Vejamos uma destas reportagens publicada, primeiramente no jornal *Folha de Goyaz*, reproduzidas subsequentemente pelo *Brasil Central*:

VEREADOR ELOGIADO PELA IMPRENSA

Em edição de ontem o jornal *Folha de Goyaz* dedicou palavras de elogio a José Luiz Bittencourt na Câmara Municipal. Entre outras afirmativas destacamos as palavras seguintes: “O Sr. José Luís Bittencourt está sendo um dos mais ativos vereadores de nossa capital”. O destaque foi bem recebido pela opinião pública particularmente pelos moradores de Campinas, que quer conduzir o vereador Bittencourt à Assembleia Legislativa⁹⁷.

Além do evidente caráter promocional da imagem de José Luís Bittencourt presente na coluna acima, outro elemento que nos chama atenção é o fato de *Folha de Goyaz* também estar envolvido na campanha eleitoral do candidato. Exploraremos as motivações que levaram o *Folha de Goyaz* a se envolver com as eleições posteriormente, mas a coluna em questão já nos evidencia a existência de uma articulação existente entre todos os meios de comunicação solidários as causas do IBAD de acabar com o comunismo em Goiás.

Por maiores que tivessem sido os investimentos da arquidiocese em promover a campanha de Bittencourt, todo o esforço não gerou o resultado esperado. O candidato acabou sendo derrotado por concorrentes cuja tradição política no estado era maior. Após as eleições, Bittencourt continuou atuando na esfera municipal onde foi convidado a exercer o cargo de Secretário da Educação na prefeitura de Goiânia durante a gestão de Hélio Brito⁹⁸.

Voltando nossa análise para seletos grupos dos grandes nomes da política Goiana, José Fleury, membro da poderosa e tradicional família Fleury⁹⁹ fora outro candidato apoiado pela

⁹⁷ Vereador Elogiado Pela Imprensa. Política Dia a Dia. Brasil Central. Goiânia. 1962. p. 3.

⁹⁸ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. Acesso em 9, dez. 2017).

⁹⁹A família Fleury está presentes em Goiás desde os tempos do Brasil colonial. De origem portuguesa, esta família se beneficiou com a extração da mineração aurífera na região Pirenópolis-GO. Durante o século XIX, a união com a família Curado por meio de casamento de um de seus membros promoveu a diversificação e ampliação do poder político e econômico dos Fleury, fazendo com que seus descendentes se dividissem entre a

ALEF no estado. Deputado Federal entre 1951 e 1956 pela UDN, antes de concorrer à câmara federal em 1962, Fleury exercera o cargo de líder udenista em Goiás. Derrotado durante o processo eleitoral a que concorrera, o ex-deputado continuou sua carreira, tendo exercido cargo público em mais duas oportunidades. A primeira, após apoiar a deposição de Jango durante o golpe civil-militar, na condição de secretário de Justiça do estado durante a interventoria do marechal Emílio Ribas Júnior, que assumiu a chefia do estado após a deposição do governador eleito Mauro Borges pelo regime militar (1964-1985). Na segunda oportunidade, após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº. 2 no Brasil, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de base do regime militar, onde exercera o cargo de presidente do partido em Goiás¹⁰⁰

Apesar do nome de peso que carregava sua família, durante sua candidatura para deputado federal em 1962, o *Brasil Central* se propôs a apresentar a campanha de José Fleury de maneira menos evidente em comparação aos demais candidatos. Nas edições que analisadas durante todo o ano de 1962, o registro de sua rotina de campanha não foi encontrado com muita frequência no *Brasil Central*. Poucos foram os momentos em que a campanha do candidato recebeu destaque pelos editores do jornal, com exceção desta nota publicada pela ALEP na coluna *Política Dia a Dia* do jornal *Brasil Central*, presente na edição do dia 27 de maio de 1962:

DISCURSO DE FLEURY

O discurso do Sr. José Fleury na convecção da UDN, instalada ontem em Goiânia, era esperado com grande interesse pelos convencioneiros, sobretudo porque seriam apontadas graves falhas existentes na organização do partido. A convenção da UDN é o fato político mais destacado dos últimos dias em face a apresentação dos candidatos e os rumos a serem tomados pela agremiação no próprio pleito. (*Brasil Central*. 27/05/1962. p.3)

O ponto que mais nos chama atenção no discurso empregado na coluna, é o fato da ALEP aguardar com certa ansiedade a escolha dos eventuais nomes apontados pela UDN para o pleito de 1962. Tido como o segundo maior partido do país, a UDN que agia como o principal bloco de oposição do governo João Goulart no Congresso Nacional, pretendia

administração pública e as atividades agropecuárias. (JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas*, Vols. I e V, Goiânia: Editora UFG, 1971).

¹⁰⁰Verbetes do CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fleury-jose>.

ampliar suas cadeiras representativas com as eleições. Faziam parte do partido, homens cujos nomes eram de grande reconhecimento e representatividade no cenário político brasileiro, a exemplo de Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Carlos Lacerda (governador da Guanabara), constantemente flagrados tecendo duras críticas ao modelo de governo populista implementado por João Goulart. A posição ideológica da UDN no quadro político brasileiro, em conformidade com a acepção política da igreja, nos ajuda a entender por que a ALEP aguardava a escolha de nomes que pudessem arraigar os votos necessários para vencer as eleições.

Para fortalecer sua oposição ao governo, a UDN adotara uma postura emblemática no processo eleitoral de 1962. Com intuito de fortalecer sua oposição ao governo, segundo informações concedidas pelo ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil, na conjuntura em questão o Sr. Lincoln Gordon, a legenda aderiu diversos deputados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (GORDON, 1977), fato que a tornou o partido com mais candidatos filiados ao IBAD. Embora o PSD obtivesse maior representatividade em Goiás, a UDN era importante no estado, exemplificado pelo nome de José Fleury.

Se o IBAD possuía candidatos que trabalhavam em prol da concretização de seus propósitos no cenário político brasileiro, o instituto também possuía opositores engajados em denunciar todo o esquema de corrupção que envolvia partidos, empresas e a imprensa. A própria Igreja Católica, acusada de participar do esquema, sofreu duras críticas no ano de eleição. Muitos foram os ataques em relação à criação da ALEF e seu intuito de promover explicitamente o apoio à campanha eleitoral de vários candidatos. Um dos casos de maior repercussão envolveu o ministro da Justiça, o Sr. Oliveira Neto. Se unindo a San Thiago Dantas, Oliveira Neto, inconformado com a postura do clero goiano, passou a acusar abertamente a Igreja de promover em seu interior “reuniões políticas ilegais e clandestinas”

101.

¹⁰¹ Em resposta ao caso, o jornal *Brasil Central* publicou na página *Política Dia a Dia*, na edição do dia 12 de agosto de 1962, uma coluna se defendendo das acusações do ministro Oliveira Neto. Na coluna, o *Brasil Central* afirma serem caluniosas as declarações do ministro, mostrando repúdio veementemente pelo fato deste levar as acusações para o congresso. Após a publicar a defesa de alguns parlamentares, solidários à Igreja, a coluna encerra com a seguinte frase: “Oliveira Neto, o ministro (que não tem peito para combater a infiltração comunista) resolveu demonstrar coragem contra senhoras indefesas”. As “senhoras” aqui mencionadas simbolizam o eleitorado católico leitor do jornal, comprometido com as posições da igreja e simpatizantes dos candidatos indicados pela ALEF.

A postura adotada pelo ministro Oliveira Neto nos mostra claramente que a interferência política da Igreja gerou fortes reações contrárias, inclusive, por membros fortes do Congresso Nacional. Conscientes do forte poder de influência exercido por esta instituição no Brasil, alguns parlamentares tentaram barrar as ações da ALEF denunciando no congresso tais atitudes, consideradas por eles como antiéticas. No entanto, para o desfecho da guerra fria no Brasil, as eleições de 1962 foram tão importantes que transcenderam para além da esfera de atuação da Igreja. Alguns jornais de posição laica acabaram por se unir a causa do IBAD, dentre eles a *Folha de Goyaz*, atual Diário da Manhã. A seguir, analisaremos como este periódico se comportou durante o processo eleitoral.

3.5 A Ação do Folha de Goyaz

A ação do IBAD em Goiás, como vimos, esteve presente, também, fora da mídia católica. Dentre os veículos de comunicação laicos atuantes no estado, o jornal *Folha de Goyaz*, era um dos mais influentes no período. Vinculado a maior empresa de comunicação do país: os *Diários Associados*, o *Folha de Goyaz* pertencia ao Grupo Assis Chateaubriand, que no início da década de 1960 esteve fortemente vinculado ao IBAD (DREYFUSS, 1981).

Antes de mostrarmos a participação da *Folha de Goyaz* durante o pleito de 1962, é necessário, em um primeiro momento, definirmos as diretrizes política adotadas pelos Diários Associados, uma vez que este impunha um padrão político-ideológico que, via de regra, era adotado por todos os periódicos de sua posse no Brasil. A postura política definida pelo grupo era reflexo da conduta adotada por seu fundador, o megaempresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, responsável pela gestão de verdadeiro império midiático com mais de oitenta veículos de comunicação a sua disposição no Brasil, dentre eles: impressos, revistas, emissoras de rádio e televisão (LIMA, 2001). Envolvido em diversas tramas políticas que marcaram a história do Brasil, a trajetória profissional de Assis Chateaubriand é permeada por constantes parcerias com o governo, onde a enorme influência que sua ampla rede midiática possuía, garantia a manutenção dos interesses do grupo.

O primeiro, e um dos mais relevantes casos, envolve o processo de consolidação da Aliança Liberal durante o episódio que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder na Revolução de 1930. Na ocasião, Chateaubriand se opôs à nomeação de Júlio Prestes, candidato paulista indicado por Washington Luís para substituí-lo na presidência da República, utilizou os veículos de comunicação que se encontravam a sua disposição para fazer intensa propaganda na campanha a favor de Vargas durante as eleições de 1929. Ainda

que a pressão dos Diários Associados pelas vias legais não tenham dado certo, em decorrência da vitória de Júlio Prestes sob a Aliança Liberal nas urnas, os periódicos vinculados ao Grupo de Chateaubriand fizeram enorme pressão para que a posse de Júlio Prestes fosse impedida, ajudando a fortalecer a tese de supostas fraudes eleitorais (FERREIRA, 2015).

O sucesso da Revolução de 1930 e a consolidação de Vargas no poder, amplamente apoiada pelos jornais pertencentes aos Diários Associados, renderam a Assis Chateaubriand voluptuosos lucros financeiros, permitindo que sua megaempresa ampliasse ainda mais seu monopólio sobre o setor de comunicação no país. Além do Diário de São Paulo, na capital paulista, e o *Diário da Noite*, no Rio de Janeiro:

[...] Chateaubriand adquiriu em abril de 1934 a revista *A Cigarra*, no Rio de Janeiro, e comprou também, nesse mesmo ano, sua primeira estação de rádio, a Tupi do Rio. Pouco tempo depois adquiriu a Rádio Tupi de São Paulo e a Educadora do Rio, que passou a se chamar Rádio Tamoio, dando início à constituição de uma cadeia de radio-emissoras que chegou a ter 25 estações [...] Em 1943 adquiriu o Diário de Notícias de Salvador, incorporando mais esse órgão à sua cadeia radio jornalística. (FERREIRA, 2015, p. 5-6)

As parcerias políticas de Assis Chateaubriand objetivavam alcançar uma meta específica bem definida: o monopólio midiático absoluto dos Diários Associados. Para o sucesso de sua empreitada, a estratégia era simples: apoiar, quase sempre, aqueles que ocupavam a chefia do poder executivo.

Após a saída de Vargas da presidência em 1945, o candidato apoiado pelos Diários Associados, Brigadeiro Eduardo Gomes, perdera as eleições frente ao general Eurico Gaspar Dutra. Mesmo com a frustração inicial de seus planos, Chateaubriand conseguiu rearticular os interesses de seu grupo, estabelecendo parceria com o novo presidente ainda em 1946, passando a divulgar de maneira positiva em seus veículos de comunicação, as reformas do novo governo.

Embora tenha apoiado timidamente a campanha de Vargas durante a segunda, e última, fase de seu mandato (1951-1954), desentendimentos com a postura econômica nacionalista do presidente fizeram com que Chateaubriand passasse a fazer oposição a ele. Em sua visão, a Petrobrás deveria ser privatizada e o capital estrangeiro deveria entrar nos país para fomentar a indústria (FERREIRA, 2015).

Nos anos do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), Chateaubriand foi convidado, a pedido do próprio presidente, a abandonar o cargo de senador e se tornar embaixador do

Brasil na Inglaterra. No entanto, sua participação no cargo fora apenas de auxiliar, não assumindo oficialmente o posto, mas atuando como chefe da delegação brasileira em várias conferências internacionais¹⁰². Os anos de cordialidade com o governo JK renderam bons negócios a sua empresa, permitindo o aumento das concessões para a abertura de mais emissoras de televisão no Brasil. No entanto, os dois governos seguintes marcariam o fim da parceria entre estado e Diários Associados. As ideologias política de Jânio Quadros e João Goulart atrapalhariam os negócios de Chateaubriand tornando a campanha oposicionista dos Diários Associados, marca registrada do período.

Os anos 60 foram fundamentais para a consolidação do poder dos Diários Associados sob outras plataformas. Embora tivesse sido fundada por Assis Chateaubriand em 1951, a TV Tupi, primeira estação de TV da América Latina, via seu alcance crescer vertiginosamente com a popularização dos aparelhos na década 1960. Em contrapartida, a chegada de Jânio Quadros à presidência da República em janeiro 1961, para descontentamento de Chateaubriand que havia apoiado o general Henrique Teixeira Lott, marcou uma breve ruptura de parceria entre os Diários Associados e o governo. As mudanças políticas no país impactaram diretamente os negócios do grupo, que “perdia seus ‘privilégios’ com o Banco do Brasil, Ministério da Fazenda e Institutos de Previdência” (LIMA, 2001, p. 70).

Diferente do que havia feito com os demais presidentes, os Diários Associados decidiam manter sua oposição ao governo Jânio Quadros durante todo seu breve mandato, posição esta que se manteve nos anos em que João Goulart esteve no poder. Ainda que os Diários Associados tivessem apoiado a posse de Jango durante o processo da Campanha Pela Legalidade, iniciado após a renúncia de Jânio Quadros, em decorrência de suas posturas demasiado comunistas, o suporte de Chateaubriand por meio de seus veículos de comunicação não se mantiveram por muito tempo. Não tardaria muito para que sua empresa arquitetasse a queda de João Goulart.

Com a chegada das eleições de 1962, Chateaubriand vira neste evento a possibilidade de juntar força suficiente para enfraquecer o presidente no congresso apoiando candidatos da

¹⁰² Participação na II Conferência Internacional do Açúcar, em 1958, em Genebra- Suíça, XVII, XVIII e XIX sessões plenárias do Comitê Consultivo Internacional do Algodão, realizadas respectivamente em 1958, 1959 e 1960, em Londres, Washington e Cidade do México. (FERREIRA, 2015).

oposição para a vitória no processo eleitoral. Neste contexto, a parceria entre Diários Associados e o complexo ADEP/IBAD se materializa¹⁰³.

Pertencente ao *hall* dos diários de maior circulação no estado, o *Folha de Goyaz* era o único periódico pertencente aos Diários Associados em Goiás. Seguindo a conduta universal adotada pelos demais periódicos do Grupo Assis Chateaubriand que circulavam em todo o Brasil, o *Folha de Goyaz* chegou a reproduzir diversas colunas encaminhadas pela própria sede dos Diários Associados, localizada no Rio de Janeiro, cujas colunas eram compostas por análises políticas a respeito do governo João Goulart com ênfase para a figura comunista que atribuída a sua imagem. Tais colunas, em algumas oportunidades, foram publicada no *Folha de Goyaz* tendo como autor o economista e ex-ministro da fazenda Eugênio Gudín, crítico ferrenho do presidente.

Em uma destas colunas, Gudín acusa João Goulart de tentar implantar no Brasil uma “república sindicalista”, semelhante a da Bolívia. Para concluir este objetivo, Gudín afirma que mesmo diante déficit orçamentário de 300 bilhões de dólares o presidente, interessado apenas em ampliar seus poderes, autorizou o repasse verbas feito pelo governo federal a membros da UNE e sindicatos de transportes, o que configuraria compra de “compra de apoio” político por parte destes setores. Endossando o que havia dito o candidato ao senado federal, Juracy Magalhães, Gudín afirma que o plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963 não decidirá apenas a questão do regime político adotado no país, mas sim a redução ou ampliação dos poderes de Jango, que em sua visão, não seria digno de confiança¹⁰⁴.

Por vezes, colunas de opinião política escritas pelo próprio Assis Chateaubriand foram publicadas no *Folha de Goyaz*. No entanto, o conteúdo dos textos escritos pelo empresário eram mais comedidos em relação à figura de João Goulart. Em nenhuma delas Chateaubriand atacou diretamente o presidente, suas críticas se direcionavam em relação às decisões de Jango, sendo estas mais contundentes quando se tratava das pessoas que compuseram seu governo. Em um destes casos, publicado na edição de 17 de agosto de 1962, Chateaubriand crítica duramente o ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas, pelo fato deste ter-se mostrado contrário a retirada de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante a reunião de chanceleres dos países americanos em Punta del Este (Uruguai). Ao final

¹⁰³ Dentre os veículos de comunicação associados ao IBAD, os Diários Associados aparecem na lista de René Dreifuss. Ver referência na página 33.

¹⁰⁴ GUDÍN, Eugênio. À Ditadura e ao Comunismo por Via Legal. *Folha de Goyaz*. Goiânia. 1, set. 1962. p. 4-5.

da coluna, Chateaubriand faz um alerta em relação a se instalação comunista no Brasil por meio dos sindicatos e ligas camponesas. Chateaubriand reforça ainda a importância da manutenção do programa Aliança Para o Progresso na América como um eficiente mecanismo de combate ao comunismo.

Além das publicações das colunas políticas, o *Folha de Goyaz* passou a apoiar deliberadamente os candidatos indicados pelo IBAD para as eleições de 1962, dentre os quais se destacam para os cargos federais: Anísio Rocha, Alfredo Nasser, Benedito Vaz, Odorico Santana, Peixoto da Silveira, Wagner Estelita Campos e Wilmar Guimarães.

Os assuntos políticos e o suporte do jornal em relação aos candidatos ficavam, na maioria das edições, localizados na coluna: *Política & Políticos*, tradicionalmente na quarta página do jornal. Nesta sessão, além da divulgação da rotina de campanha dos candidatos, assim como fez o jornal *Brasil Central*, os comunicados da ALEF também estiveram presentes.

Ainda sob suspeitas de envolvimento com IBAD, no decorrer de toda a campanha eleitoral, a ALEF se engajava no intuito de garantir que seus comunicados não ficassem restritos, apenas, ao público católico. Da mesma forma que havia feito no Brasil Central, a coluna que alertava os eleitores a aguardarem a indicação da ALEF para escolha dos candidatos indicados pela igreja também se repetia. O próprio presidente da ALEF, prof. Gerônimo de Queiroz, comunicou a que a Aliança divulgaria os nomes dos candidatos que se comprometessem a: “defender o programa daquele órgão de orientação política, e que, honestos, idôneos e competentes, serão submetidos à apreensão e julgamento do eleitorado esclarecido” (*Folha de Goyaz* 20/09/62, p.4). Uma semana após esse comunicado, a *Folha de Goyaz* na edição do dia 27 de setembro de 1962, divulga, na íntegra, duas importantes listas emitidas pela própria ALEF. A primeira, com os nomes dos candidatos que seriam apoiados pela Aliança:

Aliança Eleitoral Pela família
Comunicado Oficial

A Aliança Eleitoral pela Família do Estado de Goiás, pela unanimidade de seus conselheiros presentes, dá publicidade aos nomes de candidatos que apoiaram incondicionalmente o seu programa e ora se submetem à apreciação e julgamento do eleitorado esclarecido:

Para SENADORES: Jerônimo Coimbra Bueno; José Feliciano Ferreira; Pedro Ludovico Teixeira.

Para DEPUTADOS FEDERAIS: -PSD: - Anísio Rocha, Benedito Vaz, Galeno Paranhos, Gerson de Castro Rocha, José Cruciano de Araújo, José

dos Santos Freire, José Ludovico de Almeida José Peixoto da Silveira, Odorico Leite Santana.

Coligação UDN-PSP-PDC: Alfredo Nasser, Antônio de Lisboa Machado, Cesar da Cunha Bastos, Emival Caiado, José Ludovico de Almeida, Manoel Demóstenes Barbo Siqueira, Nicanor de Faria e Silva, Wagner Estelita Campos e Wilmar Guimarães.

PTB: Antônio Rezende Monteiro (Folha de Goyaz. 27/09/62, p. 5).

A segunda lista continha dados mais curiosos. Objetivando fazer uma propaganda reversa, no sentido de denegrir a imagem de alguns candidatos específicos, a ALEF, além de retirar seu incentivo à campanha desses candidatos, faz questão de publicar o nome de cada um deles, deixando claro ao público leitor que tais candidatos não eram considerados de confiança por parte da Aliança. Segundo a ALPF, esses candidatos que não apresentavam uma conduta “adequada” eram aqueles cuja postura se tornara incompatível com a ideologia defendida pela Igreja. Dentre os candidatos expurgados, apenas um concorria ao senado: Geraldo de Araújo Vale (PL). De acordo com a lista publicada em *Folha de Goyaz* no dia 27 de setembro de 1962, para a câmara federal foram recusados os nomes dos candidatos: Dario Délio Cardoso, Geraldo D’Abadia Pina, Pedro Celestino Filho e Sebastião Júlio de Aguiar, todos filiados ao PSD. Na coligação UDN-PSP-PDC, foi retirado o apoio aos candidatos: Cleonice Mota Marcondes, Jales Machado de Siqueira, Jayro Cardoso Junqueira e João Rodrigues Leal e do PTB, Doriocan Curado, Floriano Catarinense Peixoto, Haroldo Silva Duarte, José Eduardo Soares, Lisandro Vieira da Paixão e Tindaro Pereira, além de dezenas de candidatos à assembleia legislativa. Em contrapartida, para os candidatos que se mantiveram na lista da ALEF, todo o apoio midiático para suas respectivas campanhas fora fornecido pelo *Folha de Goyaz*.

Embora a lista com os nomes de todos os candidatos tenha sido liberada somente no final de setembro de 1962, ou seja, muito próximo às eleições que aconteceriam em 7 de outubro, a mobilização da ALEF e do *Folha de Goyaz* para promover a campanha dos candidatos já ocorria desde o primeiro semestre de 1962. Cotidianamente o jornal expunha a rotina de campanha destes candidatos, seus feitos passados, no caso específico de alguns, e expondo aos leitores seus projetos políticos para o futuro.

Dentre os candidatos mais citados pelo *Folha de Goyaz* com intuito promocional, os nomes que mais estiveram em evidência foram: Anísio Rocha, Alfredo Nasser e Benedito Vaz. Citados quase que cotidianamente pelo jornal.

Baiano de Palmeiras, Anísio Rocha já demonstrava precocemente suas aptidões políticas. Ainda no início da graduação de direito, cursado na Universidade de Direito do Rio de Janeiro, Rocha ingressou no movimento estudantil, sendo fundador do Comitê Universitário Pró-Candidatura de Eurico Dutra à presidência da República, favorável a reconstitucionalização do Brasil.

Importante político de Goiás com uma carreira bem consolidada no estado, Anísio Rocha foi deputado federal pelo PSD, eleito pela primeira vez em 1954, onde ocupou ininterruptamente o posto por dois mandatos consecutivos, permanecendo até 1962. Após selar mais uma vitória como deputado federal nas eleições de 1962, manteve sua postura crítica em relação ao presidente João Goulart, sendo um dos articuladores do movimento militar que forçou a renúncia do presidente em 1964¹⁰⁵.

Mesmo Anísio Rocha tendo apoiado a posse de João Goulart à presidência da república durante a Campanha Pela Legalidade, a postura crítica em relação ao presidente foi uma constante durante todo seu governo. Desde a escolha do gabinete ministerial, as críticas a Jango não cessaram. Ao contrário, só aumentavam a medida que as eleições se aproximavam. Anísio Rocha era um dos parlamentares mais ativos no que se refere à oposição ao governo, sendo flagrado, constantemente, subindo ao palanque da Câmara dos Deputados para criticar as nomeações feitas pelo presidente para integrar seu corpo de ministros. Além dos frequentes ataques de Rocha a nomeação de Santiago Dantas, já abordadas no tópico referente ao jornal *Brasil Central*, quase todos os outros ministros escolhidos pelo presidente também desagradavam o deputado udenista e seu partido.

Em 03 de junho de 1962, o jornal *Folha de Goyaz* publicou trechos de um discurso de Anísio Rocha à câmara dos deputados durante uma sessão da câmara. No discurso em questão, Rocha contesta veementemente a escolha do gabinete ministerial de Tancredo Neves (primeiro-ministro), com aval de João Goulart, sob a justificativa de que o mesmo se configurava como um desrespeito constitucional em razão do caráter provisório que seu governo obtinha. As críticas se tornam ainda mais contundentes quando Rocha passa a atacar diretamente vários ministros escolhidos por Jango sob a acusação de que alguns estariam ocupando os cargos que lhes foram designados com o intuito exclusivo de atender a interesses

¹⁰⁵ Verbete do CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-de-alcantara-rocha>. Acesso em 13, out. 2017.

particulares, tanto pessoais como daqueles que financiariam suas respectivas campanhas¹⁰⁶. Na coluna em questão, Rocha afirma que o esquema corrupção se configurava por meio de troca de favores entre os ministros e grandes empresários do país. Estes empresários, visando a obtenção de benefícios de cunho político se proporiam a financiar as campanhas eleitorais dos ministros em questão¹⁰⁷. Vejamos o que diz o discurso de Anísio Rocha:

Como podemos esperar que o Sr. Gabriel Passos renuncie a cobertura dos tubarões que dependem do seu ministério, cobertura que promete ao ministro das energias autofinanciáveis a cadeira de senador?

Que ilusão podemos alimentar quanto ao desprendimento do Sr. Souto Maior que saiu do anonimato total em que vivia para um lugar no Conselho de Ministros?

Que sonho angelical esperamos que o intelectualmente e biologicamente púbere Sr. Armando Monteiro desista agora de ser candidato pessedista ao governo pernambucano, contra todas as condições políticas?

[...] O Sr. Ulisses Guimarães não vai querer desfalar do poderio de seu ministério tão ligado aos cafeicultores e aos industriais para enfrentar os seus concorrentes amparados nas fortunas pessoais [...]

[...] Esses ministros não podem pensar no povo e no país se o tempo que dispõe ainda acham pequeno para cuidar de si mesmos e da sua camarilha, dos seus cabos eleitorais, dos seus currais de votos, esquecidos da angustiada situação do povo brasileiro. E como não podem brigar uns com os outros, eles conseguiram consolidar a mais estranha união nacional de que há notícia nesta República: a união nacional dos espertos e aproveitadores que neste momento conduzem os negócios quase sempre mal conduzidos desta infeliz República¹⁰⁸.

A propaganda de Anísio Rocha veiculada ao *Folha de Goyaz* muito se assemelhava com a feita pelo jornal *Brasil Central*. A maneira como que a imagem do candidato era abordada pelo jornal ao longo da campanha, passava para o público a impressão de um político extremamente correto, cumpridor de suas obrigações como deputado federal e detentor de um grande apreço pela população goiana. Em relação a sua popularidade, a maneira com que o *Folha de Goyaz*, em diversas oportunidades, explorou a forma ovacionada com que o candidato era recebido pela população interiorana do estado em seus comícios de campanha¹⁰⁹, corresponde a um projeto de *marketing* muito bem elaborado pelo jornal. Este

¹⁰⁶ Os ministros em questão são: Tancredo Neves (Primeiro Ministro) Gabriel dos Passos (Ministério de Minas e Energia), Estácio Gonçalves Souto Maior (Ministério da Saúde), Armando Monteiro Filho (Ministério da Agricultura) Ulisses Guimarães (Ministro da Indústria e Comércio) e Juarez Távora (Ministério dos Transportes).

¹⁰⁷ ROCHA, Anísio. Precisamos Destruir a Influência do Poder Econômico. Folha de Goyaz. Goiânia, 03, jun. 1962. p. 6.

¹⁰⁸ Precisamos Destruir a Influência do Poder Econômico: Anísio Rocha. Folha de Goyaz. Goiânia. 3, jun. 1962. p. 6.

¹⁰⁹ Folha de Goyaz. Política e Políticos. Goiânia, 31. jul. 1962. p.4

projeto, cuja proposta não foi exclusiva para o candidato, possuía o intuito de promover sua imagem pública frente aos leitores do jornal.

Ao analisarmos os outros candidatos apoiados pelo *Folha de Goyaz* durante as eleições de 1962, vimos que as representação de suas imagens se assemelham em muitos aspectos. A presença destes candidatos quase que diariamente no *Folha de Goyaz* se insere em um processo que Thompson (1998) chama de “produção e disseminação de forças simbólicas”. Este fenômeno leva os líderes políticos e personalidades a se preocuparem constantemente com a visibilidade pública, gerando, através da exposição constante, uma relação de proximidade entre políticos e seu eleitorado.

Além de Anísio Rocha outro grande candidato que divida a atenção do *Folha de Goyaz* como uma de suas principais apostas para as eleições de 1962 foi Alfredo Nasser, presente tanto na lista da ALEF quanto na do IBAD, segundo estudos realizados por Borges (1990). O papel de Alfredo Nasser durante ao processo eleitoral foi marcado por algumas incoerências políticas cujas respostas não puderam ser obtidas com clareza durante a realização desta pesquisa.

Em 1962 Alfredo Nasser foi nomeado por Tancredo Neves como ministro da Justiça durante o governo Jango. Apesar do pouco tempo de serviço prestado nesta função, em decorrência da renúncia coletiva do gabinete ministerial em junho de 1962, Nasser defendeu o reatamento das relações comerciais e diplomáticas do Brasil com a União Soviética durante o exercício de suas atribuições, dando segmento à política externa inaugurada por Afonso Arinos de Melo Franco, chanceler do governo Jânio Quadros, e que fora seguida pelo ministro das Relações Exteriores do governo Jango: San Tiago Dantas,¹¹⁰. A incoerência se estabelece pelo fato de que Alfredo Nasser ter sido apoiado pelo IBAD, segundo Borges (1990), e sua campanha ter sido fortemente propagandeada pelo *Folha de Goyaz*, sendo colocada como um dos principais nomes para concorrer à reeleição ao cargo de deputado federal pela UDN, partido de oposição mais expressivo em relação ao governo. Outro ponto de incoerência se deve ao fato de que sua postura de ampla negociação contrastava radicalmente tanto com a posição da UDN, seu partido, quanto com a política de boicote a União Soviética, uma das principais pautas defendida pelo IBAD.

¹¹⁰ Verbetes do CPDOC: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/nasser-alfredo>. Acesso: 15, dez. 2017.

No entanto, Nasser não foi o único a demonstrar contradições ideológicas durante o processo eleitoral de 1962. Mauro Borges, um dos grandes aliados de Jango durante o conturbado processo que envolveu a Campanha Pela Legalidade, em conjunto com seu partido em Goiás, o PSD, estabeleceram com a UDN, maior rival do PTB, uma parceira que resultou na formação da aliança política goiana mais expressiva para o pleito: a coligação UDN-PSD. Era o início do rompimento entre Mauro Borges e Jango¹¹¹.

Ainda que os motivos da vinculação de Nasser com IBAD não pareçam tão claras, o fato é que o candidato recebeu o apoio do *Folha de Goyaz*, sua rotina de visitas às cidades fora reportada pelo jornal assim como a divulgação de seu slogan de campanha¹¹². Sem dúvidas Alfredo Nasser era um dos candidatos mais conhecidos na política goiana do período. Sua ativa vida pública, preenchida pelos mais importantes cargos públicos da esfera legislativa exercidos no país a nível federal¹¹³, era algo que o tornava um forte candidato a vitória ao cargo de deputado federal. Antes mesmo da ALF oficializar seus candidatos preteridos, o IBAD já o tinha em mente, autorizando a publicação de sua propaganda nos veículos de comunicação parceiros do instituto.

Benedito Vaz fora outro candidato amplamente apoiado pelo *Folha de Goyaz* que, assim como Alfredo Nasser, também apareceu na lista da ALEF e do IBAD, segundo Borges (1990). Benedito Vaz, que já era deputado federal por Goiás desde 1951 e buscava no pleito de 1962 mais uma renovação de mandato por mais quatro anos. Atuado sempre pelo PSD, segunda legenda com maior número de candidatos financiados pelo IBAD no Brasil, o candidato era nome forte do partido, sendo um político de enorme prestígio no estado devido aos cargos de deputado estadual e federal que acumulara ao longo de sua carreira política iniciada em 1947.

Para Benedito Vaz o *Folha de Goyaz* montou uma estratégia de propaganda diferenciada em relação aos demais candidatos. Apostando na promoção da imagem do

¹¹¹ A explicação para o rompimento das relações políticas entre Mauro Borges e o presidente João Goulart é dada pelo próprio governador de Goiás em seu livro *O Golpe em Goiás: História de Uma Grande Traição*. A justificativa dada por Mauro Borges se encontra na nota da página 66.

¹¹² Slogan. Política & Políticos. Folha de Goyaz. Goiânia. 20, jun. 1962. p. 4.

¹¹³ Advogado e jornalista, Alfredo Nasser iniciou a notoriedade em carreira política em 1930 quando, na condição de deputado estadual, participou da Aliança Liberal, movimento aliado ao PRM (Partido Republicano Mineiro) e outras lideranças políticas do Rio Grande do Sul e da Paraíba que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas às eleições de 1930. Após a golpe de estado aplicado por Vargas em 1930, Nasser é escolhido para auxiliar o governo do primeiro interventor do Goiás: Carlos Pinheiros Chagas. Durante sua carreira política, Nasser exerceu os cargos de deputado estadual em uma oportunidade, três mandatos a deputado federal, um mandato a senador, além de ter sido nomeado para ocupar o Ministério da Justiça em uma ocasião.

candidato através do enaltecimento dos projetos de lei propostos por ele no decorrer do seu último mandato como deputado federal, em diversas edições, várias colunas contendo anúncios das realizações do deputado estiveram presentes. Em uma delas, a sessão *Política & Políticos* divulgou a apresentação de uma emenda orçamentária proposta Vaz que previa o envio de 50.00000.00,00 de cruzeiros para a pavimentação de uma rodovia que ligaria algumas cidades do interior goiano¹¹⁴. Esta estratégia pode ser notada novamente em outra coluna da sessão *Política & Políticos* do dia 1 de setembro de 1962:

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

O deputado Benedito Vaz apresentou projeto à câmara dos deputados criando o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região com sede em Goiânia. Justificando seu projeto que visa atender aspirações generalizadas dos trabalhadores de Goiás, que lhes foram transmitidas por líderes sindicais de Goiânia. O deputado Benedito Vaz disse que o grande progresso do Centro-Oeste justifica plenamente um Tribunal do Trabalho em Goiânia, que é a cidade ideal para sua sede, vez que fica a meio caminho de Brasília e Cuiabá [...] (Folha de Goyaz. 01/09/62).

Embora parecessem desprezíveis, e com aparente impressão de que o jornal apenas se interessava em transmitir aos leitores os projetos de Benedito Vaz, é notório o caráter promocional presente por trás destas notícias. Isto se torna mais evidente se levarmos em conta o fato de que os projetos de lei propostos por deputados de partidos da base aliada do governo, como o PTB, não foram sequer mencionados pelo *Folha de Goyaz*. Apesar da utilização recorrente deste artifício de promoção, para o candidato também foram reservados espaços no jornal destinados à publicação de sua foto seguidas da convocação direta para que os leitores do jornal votassem optassem por ele nas eleições de outubro. Esta forma de divulgação não era comum a todos os candidatos, sendo destinada apenas para os que possuíram maior destaque no jornal, como foram os casos de Anísio Rocha, Alfredo Nasser e Benedito Vaz.

Em relação aos demais candidatos apoiados pelo IBAD mencionados por Borges (1990), o jornal deu prosseguimento na promoção de suas respectivas campanhas através da estratégia de representá-los como favoritos aos cargos pelos quais concorriam. Este exemplo pode ser evidenciado nesta coluna do dia 22 de julho de 1962:

DEPUTADOS

Observadores políticos admitem que o Partido Social Democrático conseguirá eleger nas eleições de 7 de outubro próximo de sete a oito deputados. Tem-se como certa a eleição dos Srs. Anísio Rocha, Castro Costa, Benedito Vaz, Geraldo de Pina, Pedro Celestino e José Freire. Os

¹¹⁴ Benedito Vaz. *Política & Políticos*. Folha de Goyaz. Goiânia. 22, jul. 1962.

demais candidatos disputaram o número de oito que, possivelmente poderá eleger-se pelo Partido Social Democrata¹¹⁵.

Embora aparecessem com menos frequência no *Folha de Goyaz*, alguns dos deputados mencionados acima tiveram suas rotinas de campanha e agenda de comícios expostos pelo jornal sempre que alguma nova cidade era visitada durante a campanha. Na verdade, este foi um padrão que se repetiu de forma muito bem organizada pelo jornal, que ao longo do segundo semestre de 1962 conseguiu cobrir a campanha de todos os candidatos que apareceram na lista do IBAD e da ALEF.

3.6 O resultado das eleições

Mesmo com todo o empenho empreendido durante a campanha de 1962 a nível nacional, o IBAD não obteve êxito em seu principal objetivo: ampliar a bancada de oposição no congresso nacional para enfraquecer politicamente o presidente João Goulart (DUTRA, 1963). A quantidade de parlamentares eleitos não conseguiram alterar significativamente o equilíbrio entre direita e esquerda no congresso (DA SILVA, 2007). A apuração dos votos, finalizada em 16 de outubro, mostrou a derrocada dos candidatos do instituto e a ampliação da representatividade do PTB, partido de João Goulart, na Câmara dos Deputados que apresentou a maior margem de crescimento de votos em comparação com as eleições anteriores realizadas em 1960, passando de 177.583 para 190.034 parlamentares (LOPES, 2013). No quadro nacional de deputados eleitos, o partido ficou em segundo lugar com 116 cadeiras perdendo somente para o PSD, com 118. Já a UDN, maior força de oposição, apresentou uma queda considerável, ficando com 91 cadeiras¹¹⁶.

Embora o IBAD tenha sofrido nova derrota ao dividir a maioria dos governadores com o PTB, devemos salientar que nem todos os candidatos vinculados a UDN e ao PSD possuíam alguma relação com o IBAD. A vitória do PTB implicava sim em uma dificuldade imensa para a instituição manter os interesses norte-americanos assegurados no Brasil pelo fato da base aliada favorável a João Goulart estar fortalecida, mas nem sempre a vitória de um candidato da UDN ou do PSD para algum cargo administrativo implicava, necessariamente, em uma vitória a favor do IBAD. Mesmo alguns candidatos do PTB, em bem menor número

¹¹⁵ Deputados. Política & Políticos. Folha de Goyaz. Goiânia. 13, jul. 1962.

¹¹⁶ Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13038#>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

se comparados a UDN e o PSD, possuíam vínculos com o IBAD. Como mostra René Dreifuss.

De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede Ipes/Ibad/Adep que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR.¹¹⁷

Contrapondo-se ao resultado geral das eleições nacionais, em Goiás, quase todos os candidatos apoiados pelo IBAD e pela Arquidiocese de Goiânia obtiveram vitória para os cargos que concorreram. A coligação PSD-UDN, onde se filiaram a maioria dos candidatos vinculados ao IBAD, foi a que obteve o maior número de votos no estado para os cargos federais, contabilizando 146.490 votos contra 48.341 do PTB. No senado federal, o IBAD obteve êxito absoluto no estado, pois os dois candidatos apoiados pelo instituto foram eleitos: Pedro Ludovico Teixeira (PSD) e José Feliciano de Almeida (PSD), com 197.707 e 168.150 votos respectivamente¹¹⁸.

Para os cargos de deputado federal, das 13 vagas disponíveis para o estado, venceram oito candidatos do IBAD. Pela coligação PSD-UDN os candidatos foram: José dos Santos Freire, nome mais votado do estado, com 24.257 votos, José Peixoto da Silveira, com 22.655 votos, Anísio Rocha 15.738 votos e Benedito Vaz 13.794 votos. Pela coligação UDN-PSP-PDC: Alfredo Nasser 12.994, José Ludovico de Almeida 12.656 e Emival Caiado 12.542. Por fim, pelo PTB: Antônio Rezende Monteiro, com 20.671.

Na esfera estadual, para os cargos disponíveis na assembleia legislativa, a coligação composta por PDC-MTR foi a grande vencedora com 128.607 votos contabilizados contra 66.092 da UDN-PSP e 37.310 do PTB-PSB. Concorrente a esta função, o principal candidato da ALEF para a Assembleia Legislativa, José Luís Bittencourt mesmo diante de todos os investimentos da arquidiocese e do apoio dos veículos de comunicação apoiados pelo IBAD, não conseguiu se eleger.

¹¹⁷ KORNIS, Mônica Almeida, “*Parlamentarismo Sim ou Não*”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. Acesso em 15. Set, 2014.

¹¹⁸ Dados estatísticos: eleições federais, estaduais, realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores. Referendum 6.163, v. 6. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados. Acesso em 18, dez, 2017.

Os resultados das eleições de 1962 em Goiás nos mostram que para os cargos federais, cujos investimentos financeiros do IBAD foram maiores até mesmo em função do objetivo principal de ampliação das cadeiras da ADP no Congresso Nacional, houve uma vitória incontestável por parte dos candidatos do instituto. No entanto, não devemos atribuir esta vitória, exclusivamente, em função do apoio do IBAD, embora este tenha sido decisivo. A maioria dos candidatos financiados em Goiás possuíam suas carreiras políticas consolidadas, sendo políticos de muito renome no estado. O que devemos nos atentar, é que mesmo diante deste aparente favoritismo ao processo eleitoral, muitos destes conhecidos políticos goianos aceitaram os recursos ilícitos advindos do instituto para assegurar, ainda mais, o sucesso de suas respectivas campanhas. Ainda que a vitória do IBAD em Goiás pouco tenha contribuído para alteração da força política de João Goulart no Congresso, o resultado nos mostra uma grande atuação do instituto no estado em articulação com importantes setores que representam um dos pilares da sociedade brasileira, como a Igreja Católica.

Por maiores que tivessem sido os esforços do IBAD em manter-se anônimo, deixando de fora do conhecimento público toda sua ligação com candidatos que apoiava e a origem ilícita de seus recursos, este plano também fracassou. Em 1962 o deputado federal Eloy Dutra encabeçou uma comissão parlamentar de inquérito que abriu investigação contra o instituto, seus associados e o empresário Ivan Hasslocher, dono do IBAD e um dos principais nomes por trás de todo o esquema. Após as conclusões obtidas mediante investigações da CPI, se confirmaram não apenas as acusações de financiamento ilícito da campanha de diversos candidatos, como também a participação ativa do governo norte-americano nesse escândalo de corrupção eleitoral (DUTRA, 1963).

Em 1963 a CPI foi concluída e o complexo IBAD/ADEP/ADP foi declarado ilegal por Jango, pondo fim definitivo à suas atividades no Brasil. No entanto, mesmo com o fim do IBAD, a participação norte-americana na política brasileira não se encerrou. Os Estados Unidos continuaram atuando clandestinamente na política nacional por intermédio de outros mecanismos, buscando novas formas que de fato permitiriam a conclusão com sucesso de seu objetivo inicial: a queda de João Goulart.

Considerações Finais

Através deste estudo de caso realizado por meio de observação das fontes jornalísticas impressas em Goiás durante os anos de 1961 e 1962, em especial a *Revista da Arquidiocese*, jornal *Brasil Central* e jornal *Folha de Goyaz*, durante o contexto das eleições nacionais, foi possível identificar quais foram os candidatos apoiados pelo IBAD em Goiás. Embora, não tenha sido possível encontrar documentos que comprovem a transferência direta de verba do instituto para os respectivos jornais, foi possível identificar evidências que explicam o estabelecimento do vínculo ideológico entre o instituto e as mídias goianas em questão. Com base nas evidências apresentadas pela CPI do IBAD de 1963 que comprovam a transferência de dinheiro a outros jornais brasileiros no contexto das eleições de 1962, caso do vespertino carioca *A Noite*, é possível pressupor que o apoio do IBAD aos jornais goianos não tenha ficado apenas em termos ideológicos. Outro elemento que nos auxilia a chegar a conclusão de que a Igreja Católica esteve diretamente envolvida com o IBAD é o já conhecido vínculo estabelecido entre o instituto e a Radio Difusora, mencionado na página 97.

A presença do IBAD em Goiás nos mostra que o estado esteve inserido na dinâmica da Guerra Fria, sofrendo as consequências diretas geradas pelo embate travado entre Estados Unidos e União Soviética durante os anos mais tensos deste conflito. A presença comunista em Goiás em importantes movimentos sociais durante a segunda metade dos anos 1950, a projeção do estado dentro do Brasil, em decorrência do desenvolvimento econômico e político proporcionado pela construção de Brasília associado ao desejo do IBAD em controlar por intermédio da ADP o Congresso Nacional brasileiro, chamaram a atenção do instituto para o estado, permitindo que toda essa abrangente estrutura conspiratória estivesse presente. Todas as ações do IBAD em Goiás contaram ainda como a intensa participação de um importante segmento da Igreja Católica goiana: a Arquidiocese de Goiânia, coordenada naquela ocasião por D. Fernando, que pôde ser confirmada quando analisamos por meio do estudo de caso os veículos de comunicação católicos sob suspeita de associação ao IBAD.

A realização deste estudo de caso também nos mostrou a existência de um padrão homogêneo na representação dos candidatos apoiados pelos veículos de comunicação goianos católicos e laicos financiados pelo IBAD durante as eleições, comprovando a existência de uma parceria entre ambos para promover diversos candidatos em comum. Essa

homogeneidade pôde ser notada quando comparamos a outros jornais brasileiros que também estiveram vinculados ao instituto, a exemplo do jornal *A Noite* do Rio de Janeiro.

Toda esta mobilização do IBAD para com o processo eleitoral de 1962 se justifica pelo fato de que os Estados Unidos viam em João Goulart um exemplo marcante de que o Brasil estaria aderindo ao comunismo, visão esta alimentada pelo embaixador norte-americano no Brasil, Lincoln Gordon, principal responsável por repassar as informações a respeito do governo Jango ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos e ao Presidente John Kennedy. Neste sentido, a intervenção norte-americana na política nacional durante as eleições de 1962 fez parte de uma série de tentativas malfadadas de tentar enfraquecer o presidente Jango. Os insucessos destas tentativas culminaram na última e mais bem sucedida ação apoiada pelos Estados Unidos: a intervenção militar direta ocorrida em 1964 (FICO, 2008).

A escolha da imprensa como principal forma de propaganda para promover os candidatos do IBAD, bem como a representação da imagem comunista de João Goulart pelos jornais que aceitaram se associar ao instituto, se justifica pelo alto poder que a imprensa detém de legitimação e consolidação dos discursos. Associado a este fato, a baixa diversidade jornalística presente no Brasil durante a década de 1960 contribuiu para que grandes corporação midiáticas, detentoras de verdadeiros monopólios da comunicação, atuassem em função de formar no grande público uma opinião política determinada (HALLIN&MANCINI, 2004). Se tal resultado, não poder ser atingido ainda em 1962 durante o processo eleitoral, este projeto gerou frutos posteriores, evidenciados durante o golpe de 1964 uma vez que a adesão de uma parcela muito maior da população brasileira comprasse a ideia de que Jango estaria de fato vislumbrado a implantação de uma república socialista no Brasil. A imprensa teve ativo papel neste processo, antes e durante o golpe, sustentando a imagem de um governo conservador da ordem social.

Outras evidências que compravam a participação direta do IBAD por meio da imprensa foram identificadas, no entanto, estas não puderam ser validadas em decorrência do reduzido tempo designado para a resolução desta pesquisa. Tais evidências devem ser acrescidas em estudos posteriores que deveram dar continuidade a este trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Sebastião. Trombas: a guerrilha de Zé Porfírio. Brasília: Editora Goethe, 1985.

ASSIS, Denise. Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962-1964). Mauad, FAPERJ, Rio de Janeiro, 2001.

AVILA DE MATOS, Eloísa Ap. Silva. O Programa Aliança Para o Progresso: O Discurso Civilizador Na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná– Brasil. Buenos Aires, 2008.

AZEVEDO, Cicília. Em nome da “América”: os corpos de paz no Brasil (1961-1981). Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP. São Paulo, 1999.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. Opinião Pública. Campinas, vol. 12, nº 1, Abril/Maio, 2006, p. 88-113.

BORGES, Lindsay. *Memória e Sacralização de D. Fernando Gomes dos Santos: O Arcebispo da Providência*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2011.

BORGES, Dalva. 1964 em Goiás: O Ovo da Serpente. (Militares e Proprietários de Terras na Gestão da Ditadura). BC/UFG. Goiânia, 1990.

BORGES, Mauro. O Golpe Em Goiás: A história de uma grande traição. Civilização Brasileira. Retratos do Brasil, v. 44. Rio de Janeiro, 1965.

CANDIDO, Antonio. Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CASTILHO, Denis. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) e a formação de Ceres-
GO- Brasil. *Élisée, Rev. Geo. UEG - Goiânia*, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CEHELKY, Kathleen M. *The Policy Process in Brazil: land reform 1961-1969*. Dissertação
de doutorado. New York, Columbia Univ, 1974.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de Comunicação e a Prática Política. *Lua Nova* Nº 55-56,
2002.

COELHO, Lopo. FGV/CPDOC. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em 11, set. 2014.

CUNHA, Paulo Ribeiro Rodrigues. *Aconteceu Longe Demais: a luta pela terra de posseiros
de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB no período de 1950-1964*.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
São Paulo, 1994.

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: A Imprensa na França 1775-
1800*. New York Public Library, Astor and Tilden Foundation. New York, 1989.

DA SILVA, João Carlos Ferreira. *Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios
do Ibad e do Mensalão*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.

DA SILVA, Gil Vicente. *A Aliança Para o Progresso no Brasil: de Propaganda
Anticomunista a Instrumento de Intervenção Política (1961-1964)*. UFRS. Porto Alegre, 2008.

DAYRELL, Eliane Garcindo. *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de
colonização na expansão para o oeste*. Dissertação de mestrado a presentada ao Instituto de
Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1975.

DREIFUSS, René. *A Conquista do Estado*. Editora Vozes. 3ed. Petrópolis, 1981.

- DUTRA, Eloy. *Sigla da Corrupção*. Editora Civilização Brasileira S.A. Rio de Janeiro, 1963.
- FÁVARO, Tereza Cristina. *O Governo Mauro Borges (1961-1964): O Planejamento Tecnocrático e os Limites do Personalismo Populista*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2015.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão. Da operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.
- FIGUEIREDO, Aline. *Artes Plásticas no Centro-Oeste*. Edições UFMT/MACP. Cuiabá, 1979.
- FERREIRA, Jorge. *A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961*. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *Assis Chateaubriand*. In: ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora. CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015.
- GIANNASI, Carlos Alberto. *A Doutrina de Segurança Nacional e o “Milagre Econômico” (1969/1973)*. Tese defendida ao Programa de História do Departamento de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.
- GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2002. In: Da SILVA, João Carlos Ferreira. *Assaltos ao Parlamento: estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Brasília, 2007.
- GORDON Lincoln. *Castelo Perdeu a Batalha*. Veja, São Paulo, n. 444, p. 3-8, 9 mar. 1977. Entrevista concedida a Roberto Garcia.

HALLIN, D; MANCINI, P. Un estudio comparado de los medios en América Latina. In: DIAZ NOSTY, B. (Ed.). Medios de Comunicación. El escenario iberoamericano. Madrid: Ariel, 2007.

LIMA, Ana Paula Pereira. Assis Chateaubriand e Silvio Santos: Patrimônios da Imprensa Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 2001.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão. *As Eleições de 1962 na Guanabara: A Consolidação de Brizola no Cenário Político Nacional* (Monografia). UERJ. Rio de Janeiro. 2013, p 44.

MAIA, Claudio Lopes, Os Donos da Terra: A Disputa Pela Propriedade e Pelo Destino da Fronteira- A luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 2008.

MOREL, Edmar. O Golpe Começou em Washington. Editora Civilização Brasileira S. A. Rio de Janeiro, 1965.

MORRAY, J.P. Origens da Guerra Fria: de Yalta ao Desarmamento. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MUNHOZ, Sidnei J. A Guerra Fria no Brasil: Repressão Política e Resistência Durante a Primeira Fase do Conflito. ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

PHYLLIS R. Parker, 1964: *O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977, p. 96. In: FICO, Carlos. *O Grande Irmão*. Da operação brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2008, p. 93-94.

PINTO, João Alberto da Costa. SOBRE A IDENTIDADE DO INTELLECTUAL NA PRODUÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA. Revista UFG. Julho. Ano XIII nº 10. Goiânia, 2011.

RODRIGUES, Maria Alexandrina de Souza. A Brasília dos Pioneiros. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

SANTOS, Dom Fernando Gomes dos. Encontros com a Comunidade: “infiltração comunista”. Revista da Arquidiocese, Goiânia, n. 4/5, abr/maio 1959. p. 78. In: BORGES, Lindsay, p. 4.

SCHLESINGER. The Alliance for Progress: A Retrospective. In: HELLMAN, R. G. & ROSENBAUM, H. J. (eds.). Latin America: The Search for a New International Role. New York: J. Wiley. 1975. In: AVILA DE MATOS, Eloísa Ap. Silva. O Programa Aliança Para o Progresso: O Discurso Civilizador Na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná–Brasil. Buenos Aires, 2008.

SILVA Hélio, Olympio Mourão Filho, *Memórias de Um Revolucionário*. L&PM. Rio de Janeiro. 1978.

SOUZA, Dalva Maria Borges de Lima Dias de. 1964 em Goiás: o ovo da serpente (militares e proprietários de terras na gestação da ditadura). Goiânia: UFG, 1990.

THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade. Editora Vozes. Petrópolis, 1998

ULHOA, Clarissa Adjunto. Retratos do Espiritismo no Jornal Católico *Brasil Central*: identidades e representações. Anais Simpósios da ABHR. Goiânia. 2011

VASCONCELOS, Esteves C.M. et al. As Conferências Internacionais de Yalta e Potsdam e Sua Incorporação à Construção da Hegemonia Econômica Internacional Norte-Americana no Capitalismo do Após 2ª Guerra Mundial. Revista da UNICURITIBA, Curitiba, 2013.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de trinta e cinco: Sonho e Realidade*. Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A Guerra Fria: o desafio socialista à ordem americana*. Leitura XXI. Porto Alegre, 2004.

Internet

ABREU, Alzira Alves de. SOARES, Edmundo Macedo. FGV/CPDOC.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 06, mar, 2017.

BIAL, Pedro et al. “A Noite” . Hemeroteca Nacional Digital. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/noite>. Acesso em 03 dez. 2013.

BORBA, Odiones de Fátima & BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. Eixo Urbano Goiânia/GO, Anápolis/GO, Brasília/DF e Seu Entorno: uma análise da dinâmica urbana por meio da expansão da educação superior, pós 1990. Disponível em:

http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:_vnGmjQ47JQJ:observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/25.pdf+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 24 out. 2017.

COUTINHO, Amélia. MAGALHÃES, Juraci. FGV/CPDOC. Disponível em:

http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/juraci_magalhaes. Acesso em: 11, set. 2014

CHURCHILL, Winston. *Winston Churchill Speech: Iron Curtain*. Fulton, USA, 1946. Acesso em 09, jan, 2017. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/1946-03-05.pdf>

DALCANAL, Verônica. *O Jornal “A Noite” e as Eleições de 1962 – O Jornalismo e o Papel dos Intelectuais*. Acesso em 22, ago, 2017.

Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/229.pdf>

DE PAULA, Christiane Jalles. Ação Democrática Popular (ADEP). CPDOC. Acesso em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica). Acesso em: 23, ago, 2017.

KENNAN, George Frost. *The Large Telegram*. In: Foreign Affair. 1946. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/6-6.pdf

KORNIS, Mônica Almeida. “Parlamentarismo Sim ou Não”. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Parlamentarismo_sim_ou_nao. Acesso em 15. Set, 2014.

LAMARÃO, Sergio. Ação Democrático Parlamentar (ADP). CPDOC. Acesso em 05/12/2016. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-democratica-parlamentar-adp>.

PADRÓS, Enrique Serra. *As Escolas Militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina*. Outros Tempos, Vol. 1 esp. Departamento de História e PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 2007, p. 13-31 13.

TOSTE, Alexandre. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/mauro-ludovico-borges-teixeira>. Acesso em: 25. ago. 2017.

Instituto João Goulart. Disponível em: <http://www.institutojoaogoulart.org.br/noticia.php?id=5309>. Acesso em: 13/08/2017.

Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/13038#>. Acesso em: 05 de ago. 2014.

Documentários

O Dia que Durou 21 Anos. Direção: Camilo Tavares. Produção: TV Brasil & Pequi Filmes. Brasil, 2012. 78 min. son, color.